# BENTO XVI

# *Catequeses sobre oração*

# BENTO XVI

## Catequeses sobre a oração

O Papa Bento XVI iniciou, nas audiências gerais das quartas-feiras, um ciclo de catequeses dedicado à oração, que teve início no dia 4 de maio de 2011 e terminou em 3 de Outubro de 2012, perfazendo 40 sessões.

Fonte:
*https://www.vatican.va/*

## 1. O homem em oração (1)

Quarta-feira, 4 de Maio de 2011

*Queridos irmãos e irmãs,*

Hoje gostaria de dar início a uma nova série de catequeses. Depois das catequeses sobre os Padres da Igreja, sobre os grandes teólogos da Idade Média, sobre as grandes mulheres, gostaria de escolher um tema muito querido a todos nós: é o tema da oração, de modo específico da cristã, ou seja, a prece que Jesus nos ensinou e que a Igreja continua a ensinar-nos. Com efeito, é em Jesus que o homem se torna capaz de se aproximar de Deus com a profundidade e a intimidade da relação de paternidade e filiação. Com os primeiros discípulos, com confiança humilde, dirijamo-nos então ao Mestre e peçamos-lhe: «Senhor, ensina-nos a rezar» (*Lc* 11, 1).

Nas próximas catequeses, aproximando-nos da Sagrada Escritura, da grande tradição dos Padres da Igreja, dos Mestres de espiritualidade e de Liturgia, queremos aprender a viver ainda mais intensamente a nossa relação com o Senhor, quase uma «Escola de oração». Com efeito, sabemos que a oração não se deve dar por certa: é preciso aprender a rezar, quase adquirindo esta arte sempre de novo; mesmo aqueles que estão muito avançados na vida espiritual sentem sempre a necessidade de se pôr na escola de Jesus para aprender a rezar autenticamente. Recebemos a primeira lição do Senhor através do seu exemplo. Os Evangelhos descrevem-nos Jesus em diálogo íntimo e constante com o Pai: é uma profunda comunhão daquele que veio ao mundo não para fazer a sua vontade, mas a do Pai que O enviou para a salvação do homem.

Nesta primeira catequese, como introdução, gostaria de propor alguns exemplos de oração presentes nas antigas culturas, para relevar como, praticamente sempre e em toda a parte o homem se dirigiu a Deus.

Por exemplo, no antigo Egipto um homem cego, pedindo à divindade que lhe restituísse a vista, atesta algo de universalmente humano, que é a pura e simples prece de pedido da parte de quem se encontra no sofrimento,

este homem reza: «O meu coração deseja ver-te… Tu que me fizeste ver as trevas, cria a luz para mim. Que eu te veja! Debruça sobre mim o teu rosto dilecto» (A. Barucq — F. Daumas, *Hymnes et prières de l'Egypte ancienne*, Paris 1980, trad. it. em *Preghiere dell'umanità*, Brescia 1993, p. 30). Que eu te veja; eis o núcleo da prece!

Nas religiões da Mesopotâmia predominava um sentido de culpa arcano e paralisador, porém não desprovido da esperança de resgate e de libertação da parte de Deus. Assim podemos apreciar esta súplica da parte de um fiel daqueles cultos antigos, que ressoa assim: «Ó Deus, que és indulgente também na culpa mais grave, absolve o meu pecado… Olha, Senhor, para o teu servo arrasado, e sopra a tua brisa sobre ele: perdoa-o sem demora. Alivia a tua punição severa. Livre dos vínculos, faz com que eu volte a respirar; quebra a minha cadeia, liberta-me dos laços» (M.-J. Seux, *Hymnes et prières aux Dieux de Babylone et d'Assyrie*, Paris 1976, trad. it. em *Preghiere dell'umanità*, op. cit., p. 37). Trata-se de expressões que demonstram como o homem, na sua busca de Deus, intuiu, embora confusamente, por um lado a sua culpa, mas por outro também aspectos de misericórdia e de bondade divina.

No contexto da religião pagã da Grécia antiga assiste-se a uma evolução muito significativa: as preces, embora continuem a invocar o auxílio divino para obter o favor celeste em todas as circunstâncias da vida diária e para alcançar benefícios materiais, orientam-se progressivamente para os pedidos mais desinteressados, que permitem ao homem crente aprofundar a sua relação com Deus e tornar-se melhor. Por exemplo, o grande filósofo Platão cita uma prece do seu mestre Sócrates, considerado justamente um dos fundadores do pensamento ocidental. Assim orava Sócrates: «Fazei que eu seja bonito dentro. Que eu considere rico quem é sábio, e que de dinheiro eu só possua quanto o sábio puder tomar e levar. Não peço mais» (*Obras I. Fedro* 279 c., trad. it. P. Pucci, Bari 1966). Gostaria de ser sobretudo bonito dentro e sábio, e não rico de dinheiro.

Aquelas obras-primas excelsas da literatura de todos os tempos, que são as tragédias gregas, ainda hoje, depois de vinte e cinco séculos, lidas, meditadas e representadas, contêm preces que exprimem o desejo de conhecer a Deus e de adorar a sua majestade. Uma delas reza assim:

«Sustento da terra, que imperas sobre a terra, quem quer que sejas, difícil de ser entendido, Zeus, sê tu a lei de natureza ou de pensamento dos mortais, dirijo-me a ti, uma vez que tu, procedendo por caminhos silenciosos, guias as vicissitudes humanas segundo a justiça» (*Eurípides, As Troianas*, 884-886, trad. it. G. Mancini, em *Preghiere dell'umanità*, op. cit., p. 54). Deus permanece um pouco nebuloso e todavia o homem conhece este Deus desconhecido e ora àquele que guia os caminhos da terra.

Também para os Romanos, que constituíram aquele grande Império em que nasceu e se difundiu em grande parte o Cristianismo das origens, a oração, embora associada a um conceito utilitarista e fundamentalmente vinculado ao pedido da salvaguarda divina sobre a vida da comunidade civil, abre-se às vezes a invocações admiráveis pelo fervor da piedade pessoal, que se transforma em louvor e acção de graças. É testemunha disto um autor da África romana do século II d.C., Apuleio. Nos seus escritos, ele manifesta a insatisfação dos contemporâneos em relação à religião tradicional e o desejo de uma relação mais autêntica com Deus. Na sua obra-prima, intitulada *Metamorfoses*, um crente dirige-se a uma divindade feminina com estas palavras: «Tu és santa, tu és em todo o tempo salvadora da espécie humana, na tua generosidade tu dás sempre ajuda aos mortais, tu ofereces aos miseráveis em dificuldade o doce carinho de uma mãe. Nem um dia nem uma noite, nem qualquer instante, por mais breve que seja, passa sem que tu o cumules com os teus benefícios» (Apuleio de Madaura, *Metamorfoses* IX, 25, trad. it. C. Annaratone, em *Preghiere dell'umanità*, op. cit., p. 79).

Nesse mesmo período, o imperador Marco Aurélio — que também era um filósofo que meditava sobre a condição humana — afirma a necessidade de rezar para estabelecer uma cooperação fecunda entre acção divina e acção humana. Nas suas Recordações, ele escreve: «Quem te disse que os deuses não nos ajudam inclusive naquilo que depende de nós? Portanto, começa a pedir-lhes e verás» (*Dictionnaire de Spiritualitè XII/2*, col. 2213). Este conselho do imperador filósofo foi realmente posto em prática por inúmeras gerações de homens antes de Cristo, demonstrando assim que a vida humana sem a oração, que abre a nossa existência ao mistério de Deus, permanece desprovida de sentido e de referência. Com efeito, em cada prece manifesta-se sempre a verdade da criatura humana, que por um lado

experimenta a debilidade e a indigência e por isso pede auxílio ao Céu e, por outro, é dotada de uma dignidade extraordinária porque, preparando-se para acolher a Revelação divina, se descobre capaz de entrar em comunhão com Deus.

Caros amigos, nestes exemplos de orações das várias épocas e civilizações sobressai a consciência que o ser humano tem sobre a sua condição de criatura e da sua dependência de Outro, que lhe é superior e fonte de todo o bem. O homem de todos os tempos reza porque não consegue deixar de se interrogar sobre o sentido da sua existência, que permanece obscuro e desolador, se não se puser em relação com o mistério de Deus e do seu desígnio acerca do mundo. A vida humana é um entrelaçamento de bem e de mal, de sofrimento imerecido e de alegria e beleza, que espontânea e irresistivelmente nos impele a pedir a Deus a luz e a força interiores que nos socorram na terra e descerrem uma esperança que vá para além dos confins da morte. As religiões pagãs permanecem uma invocação que, da terra, espera uma palavra do Céu. Um dos últimos grandes filósofos pagãos, que viveu já em plena época cristã, Proclo de Constantinopla, dá voz a esta expectativa, dizendo: «Incognoscível, ninguém te contém. Tudo o que pensamos pertence a ti. Estão em ti os nossos males e os nossos bens, de ti depende todo o nosso anseio, ó Inefável, que as nossas almas sentem presente, elevando-te um hino de silêncio» (*Hymni*, ed. E. Vogt, Wiesbaden 1957, em *Preghiere dell'umanità*, op. cit., p. 61).

Nos exemplos de oração das várias culturas, por nós considerados, podemos ver um testemunho da dimensão religiosa e do desejo de Deus inscrito no coração de cada homem, que recebem cumprimento e plena expressão no Antigo e no Novo Testamento. Com efeito, a Revelação purifica e leva à sua plenitude o anseio originário que o homem tem de Deus, oferecendo-lhe na oração a possibilidade de uma relação mais profunda com o Pai celeste.

Então, no início deste nosso caminho na «Escola da oração», queremos pedir ao Senhor que ilumine a nossa mente e o nosso coração, a fim de que a relação com Ele na oração seja cada vez mais intensa, afectuosa e

constante. Mais uma vez, digamos-lhe: «Senhor, ensina-nos a rezar» (*Lc* 11, 1).

## 2. O homem em oração (2)

Quarta-feira, 11 de Maio de 2011

*Queridos irmãos e irmãs,*

Hoje gostaria de continuar a meditar sobre o modo como a oração e o sentido religioso fazem parte do homem, ao longo de toda a sua história.

Vivemos numa época em que são evidentes os sinais do secularismo. Deus parece ter desaparecido do horizonte de várias pessoas ou ter-se tornado uma realidade diante da qual o homem permanece indiferente. Mas, vemos ao mesmo tempo muitos sinais que nos indicam um despertar do sentido religioso, uma redescoberta da importância de Deus para a vida do homem, uma exigência de espiritualidade, de superar uma visão puramente horizontal, material da vida humana. Olhando para a história recente, malogrou a previsão de quem, desde a época do Iluminismo, preanunciava o desaparecimento das religiões e exaltava uma razão absoluta, separada da fé, uma razão que teria esmagado as trevas dos dogmatismos religiosos e dissolvido o «mundo do sagrado», restituindo ao homem a sua liberdade, a sua dignidade e a sua autonomia de Deus. A experiência do século passado, com as duas trágicas guerras mundiais, pôs em crise aquele progresso que a razão autónoma, o homem sem Deus parecia poder garantir.

*O Catecismo da Igreja Católica* afirma: «Pela criação, Deus chama todos os seres do nada à existência… Mesmo depois de, pelo pecado, ter perdido a semelhança com Deus, o homem continua a ser à imagem do seu Criador. Conserva o desejo d'Aquele que o chama à existência. Todas as religiões testemunham esta busca essencial do homem» (n. 2566). Poderíamos dizer — como demonstrei na última catequese — que não houve qualquer grande civilização, desde os tempos mais longínquos até aos nossos dias, que não tenha sido religiosa.

O homem é religioso por sua natureza, é *homo religiosus* como é *homo sapiens* e *homo faber*: «O desejo de Deus — afirma ainda o Catecismo — está inscrito no coração do homem, porque o homem foi criado por Deus e

para Deus» (n. 27). A imagem do Criador está impressa no seu ser, e ele sente a necessidade de encontrar uma luz para dar uma resposta às interrogações que dizem respeito ao sentido profundo da realidade; resposta que ele não pode encontrar em si mesmo, no progresso, na ciência empírica. O *homo religiosus* não emerge só dos mundos antigos, mas atravessa toda a história da humanidade. A este propósito, o rico terreno da experiência humana viu surgir diversificadas formas de religiosidade, na tentativa de responder ao desejo de plenitude e de felicidade, à necessidade de salvação, à busca de sentido. O homem «digital», como o das cavernas, procura na experiência religiosa os caminhos para superar a sua finitude e para assegurar a sua precária aventura terrena. De resto, a vida sem um horizonte transcendente não teria um sentido completo, e a felicidade, para a qual todos nós tendemos, está projectada espontaneamente para o futuro, para um amanhã que ainda se deve realizar. *O Concílio Vaticano II*, na Declaração *Nostra aetate*, sublinhou-o sinteticamente: «Os homens esperam das diversas religiões uma resposta aos mais árduos problemas da condição humana que, hoje como outrora, continuam a perturbar profundamente os seus corações: o que é o homem [— quem sou eu? —], qual o sentido e o fim da nossa vida, o que é o bem e o que é o pecado, qual é a origem e a finalidade do sofrimento, qual é o caminho para se obter a verdadeira felicidade, o que é a morte, o julgamento e a recompensa que se lhe hão-de seguir, e qual é, finalmente, aquele derradeiro e inefável mistério que envolve a nossa existência: donde partimos e para onde vamos?» (n. 1). O homem sabe que não pode responder sozinho à sua necessidade fundamental de compreender. Por mais que se tenha iludido e que ainda se iluda que é auto-suficiente, contudo ele faz a experiência de que não é suficiente a si mesmo. Tem necessidade de se abrir ao outro, a algo ou a alguém que possa doar-lhe quanto lhe falta, deve sair de si mesmo rumo Àquele que é capaz de satisfazer a amplidão e a profundidade do seu desejo.

O homem tem em si uma sede de infinito, uma saudade de eternidade, uma busca de beleza, um desejo de amor, uma necessidade de luz e de verdade, que o impelem rumo ao Absoluto; o homem tem em si o desejo de Deus. E o homem sabe, de qualquer modo, que pode dirigir-se a Deus, sabe que lhe pode rezar. S. Tomás de Aquino, um dos maiores teólogos da história, define a oração «expressão do desejo que o homem tem de Deus».

Esta atracção por Deus, que o próprio Deus colocou no homem, é a alma da oração, que depois se reveste de muitas formas e modalidades, segundo a história, o tempo, o momento, a graça e até o pecado de cada orante. Com efeito, a história do homem conheceu várias formas de oração, porque ele desenvolveu diversas modalidades de abertura ao Outro e ao Além, a tal ponto que podemos reconhecer a oração como uma experiência presente em cada religião e cultura.

Com efeito, estimados irmãos e irmãs, como vimos na quarta-feira passada, a oração não está ligada a um contexto particular, mas encontra-se inscrita no coração de cada pessoa e de cada civilização. Naturalmente, quando falamos da oração como experiência do homem enquanto tal, do *homo orans*, é necessário ter presente que ela é uma atitude interior, e não só uma série de práticas e fórmulas, um modo de ser diante de Deus, e não só o cumprir gestos de culto ou o pronunciar palavras. A oração tem o seu centro e afunda as suas raízes no mais profundo da pessoa; por isso não é facilmente decifrável e, pelo mesmo motivo, pode estar sujeita a mal-entendidos e a mistificações. Também neste sentido podemos entender a expressão: rezar é difícil. Com efeito, a oração é o lugar por excelência da gratuidade, da tensão para o Invisível, o Inesperado e o Inefável. Por isso, a experiência da oração é para todos um desafio, uma «graça» a invocar, um dom d'Aquele ao qual nos dirigimos.

Na oração, em cada época da história, o homem considera-se a si mesmo e a sua situação diante de Deus, a partir de Deus e em vista de Deus, e experimenta que é criatura carente de ajuda, incapaz de alcançar sozinho o cumprimento da própria existência e da própria esperança. O filósofo Ludwig Wittgenstein recordava que «rezar significa sentir que o sentido do mundo está fora do mundo». Na dinâmica desta relação com quem dá sentido à existência, com Deus, a oração tem uma das suas expressões típicas no gesto de se pôr de joelhos. É um gesto que contém em si uma ambivalência radical: com efeito, posso ser obrigado a pôr-me de joelhos — condição de indigência e de escravidão — mas posso também inclinar-me espontaneamente, declarando o meu limite e, portanto, o facto de que tenho necessidade de Outro. A Ele declaro que sou frágil, necessitado, «pecador». Na experiência da oração, a criatura humana exprime toda a consciência de si, tudo o que consegue captar da própria existência e, ao mesmo tempo,

dirige-se inteiramente para o Ser diante do qual se encontra, orienta a própria alma para aquele Mistério do qual espera o cumprimento dos desejos mais profundos e a ajuda para superar a indigência da própria vida. Neste olhar para o Outro, neste dirigir-se «para além» está a essência da oração, como experiência de uma realidade que supera o sensível e o contingente.

Todavia, só no Deus que se revela encontra pleno cumprimento a busca do homem. A oração, que é a abertura e elevação do coração a Deus, torna-se assim relação pessoal com Ele. E mesmo que o homem se esqueça do seu Criador, o Deus vivo e verdadeiro não cessa de chamar primeiro o homem ao misterioso encontro da oração. Como afirma o *Catecismo*: «Na oração, é sempre o amor do Deus fiel a dar o primeiro passo; o passo do homem é sempre uma resposta. À medida que Deus se revela e revela o homem a si mesmo, a oração surge como um apelo recíproco, um drama de aliança. Através das palavras e dos actos, este drama compromete o coração e manifesta-se ao longo de toda a história da salvação» (n. 2567).

Caros irmãos e irmãs, aprendamos a deter-nos em maior medida diante de Deus, de Deus que se revelou em Jesus Cristo, aprendamos a reconhecer no silêncio, no íntimo de nós mesmos, a sua voz que nos chama e nos reconduz à profundidade da nossa existência, à fonte da vida, à nascente da salvação, para nos fazer ir além do limite da nossa vida e abrir-nos à medida de Deus, à relação com Ele, que é Amor infinito. Obrigado!

## 3. O homem em oração (3)

## A intercessão de Abraão por Sodoma (*Gn* 18, 16-33)

Quarta-feira, 18 de Maio de 2011

*Prezados irmãos e irmãs,*

Nas últimas duas catequeses reflectimos sobre a oração como fenómeno universal, que — embora de diversas formas — está presente nas culturas de todos os tempos. Hoje, ao contrário, gostaria de começar um percurso bíblico sobre este tema, que nos levará a aprofundar o diálogo de aliança entre Deus e o homem, que anima a história da salvação até ao ápice, à palavra definitiva que é Jesus Cristo. Este caminho levar-nos-á a meditar sobre alguns importantes textos e figuras paradigmáticas do Antigo e do Novo Testamento. Será Abraão, o grande Patriarca, pai de todos os fiéis (cf. *Rm* 4, 11-12.16-17), a oferecer-nos um primeiro exemplo de oração, no episódio da intercessão pelas cidades de Sodoma e Gomorra. E gostaria também de vos convidar a aproveitar o percurso que faremos nas próximas catequeses, para aprender a conhecer mais a Bíblia, a qual espero que tenhais nos vossos lares e, durante a semana, deter-se a lê-la e a meditá-la na oração, para conhecer a maravilhosa história da relação entre Deus e o homem, entre Deus que se nos comunica e o homem que responde, que reza.

O primeiro texto sobre o qual queremos meditar encontra-se no capítulo 18 do *Livro do Génesis*; narra-se que a malvadez dos habitantes de Sodoma e Gomorra tinha chegado ao ápice, a ponto de tornar necessária uma intervenção de Deus para cumprir um gesto de justiça e para deter o mal, destruindo aquelas cidades. É aqui que se insere Abraão, com a sua prece de intercessão. Deus decide revelar-lhe aquilo que está para acontecer, e faz-lhe conhecer a gravidade do mal e as suas terríveis consequências, porque Abraão é o seu eleito, escolhido para se tornar um grande povo e fazer chegar a bênção divina ao mundo inteiro. A sua missão é de salvação, e deve responder ao pecado que invadiu a realidade do homem; através dele,

o Senhor quer reconduzir a humanidade à fé, à obediência e à justiça. E agora, este amigo de Deus abre-se à realidade e à necessidade do mundo, ora por aqueles que estão para ser punidos e pede que sejam salvos.

Abraão delineia imediatamente o problema em toda a sua gravidade, e diz ao Senhor: «E vais exterminar, ao mesmo tempo, o justo com o culpado? Talvez haja cinquenta justos na cidade: matá-los-ás a todos? Não perdoarás a cidade, por causa dos cinquenta justos que nela podem existir? Não, não serás capaz de proceder assim, e matar o justo com o culpado, tratando-os da mesma maneira! Longe de ti semelhante pensamento! O Juiz de toda a terra não fará justiça?» (vv. 23-25). Com estas palavras, com grande coragem, Abraão põe diante de Deus a necessidade de evitar uma justiça sumária: se a cidade é culpada, é justo condenar o seu crime e infligir o castigo, mas — afirma o grande Patriarca — seria injusto punir de modo indiscriminado todos os seus habitantes. Se na cidade existe alguns inocentes, eles não podem ser tratados como os culpados. Deus, que é um Juiz justo, não pode agir deste modo, diz justamente Abraão a Deus.

Mas, se lermos mais atentamente o texto, dar-nos-emos conta de que o pedido de Abraão é ainda mais sério e mais profundo, porque não se limita a pedir a salvação para os inocentes. Abraão pede o perdão para toda a cidade, e fá-lo apelando-se à justiça de Deus; com efeito, diz ao Senhor: «Não perdoarás a cidade, por causa dos cinquenta justos que nela podem existir?» (v. 24 b). Agindo deste modo, põe em jogo uma nova ideia de justiça: não aquela que se limita a punir os culpados, como fazem os homens, mas uma justiça diferente, divina, que busca o bem e o cria através do perdão que transforma o pecador, o converte e o salva. Portanto, com a sua oração, Abraão não invoca uma justiça meramente retributiva, mas uma intervenção de salvação que, tendo em consideração os inocentes, liberte da culpa inclusive os ímpios, perdoando-os. O pensamento de Abraão, que parece quase paradoxal, poder-se-ia resumir assim: obviamente, não se podem tratar os inocentes como os culpados, pois isto seria injusto; ao contrário, é necessário tratar os culpados como os inocentes, pondo em acção uma justiça «superior», oferecendo-lhes uma possibilidade de salvação, porque se os malfeitores aceitam o perdão de Deus e confessam a própria culpa, deixando-se salvar, já não continuarão a cometer o mal, mas tornar-se-ão também eles justos, e já sem a necessidade de ser punidos.

Este é o pedido de justiça que Abraão expressa na sua intercessão, um pedido que se baseia na certeza de que o Senhor é misericordioso. Abraão não pede a Deus algo contrário à sua essência, bate à porta do coração de Deus, conhecendo a sua verdadeira vontade. Sem dúvida, Sodoma é uma grande cidade, e cinquenta justos parecem poucos, mas não são porventura a justiça de Deus e o seu perdão a manifestação da força do bem, embora ele pareça menor e mais frágil que o mal? A destruição de Sodoma devia impedir o mal presente na cidade, mas Abraão sabe que Deus tem outros modos e outros meios para deter a propagação do mal. É o perdão que interrompe a espiral do pecado e, no seu diálogo com Deus, Abraão apela-se precisamente a isto. E quando o Senhor aceita perdoar a cidade, se nela encontrar cinquenta justos, a sua oração de intercessão começa a descer rumo aos abismos da misericórdia divina. Abraão — como recordamos — faz diminuir progressivamente o número de inocentes necessários para a salvação: se não forem cinquenta, poderiam ser suficientes quarenta e cinco, e depois cada vez menos, até dez, continuando com a sua súplica, que se faz quase ousada na insistência: «Talvez ali se encontrem quarenta… trinta… vinte… dez» (cf. vv. 29.30.31.32). E quanto menor se torna o número, tanto maior se revela e se manifesta a misericórdia de Deus, que ouve com paciência a oração, a acolhe e a repete a cada súplica: «Perdoarei… não destruirei… não o farei» (cf. vv. 26.28.a 32).

Assim, por intercessão de Abraão, Sodoma poderá ser salva, se nela se encontrarem unicamente dez inocentes. Este é o poder da oração. Porque através da intercessão, da prece a Deus pela salvação dos outros manifesta-se a exprime-se o desejo de salvação que Deus nutre sempre pelo homem pecador. Com efeito, o mal não pode ser aceite, deve ser indicado e destruído através da punição: a destruição de Sodoma tinha precisamente esta função. Mas o Senhor não quer a morte do ímpio, mas que se converta e viva (cf. *Ez* 18, 23; 33, 11); o seu desejo é sempre o de perdoar, salvar, dar vida, transformar o mal em bem. Ora, é precisamente este desejo divino que, na oração, se torna desejo do homem e se exprime através das palavras da intercessão. Com a sua súplica, Abraão empresta a própria voz, mas também o seu coração, à vontade divina: o desejo de Deus é misericórdia, amor e vontade de salvação, e este desejo de Deus encontrou em Abraão e na sua oração a possibilidade de se manifestar de modo concreto no interior da história dos homens, para estar presente onde há necessidade da graça.

Com a voz da sua oração, Abraão dá voz ao desejo de Deus, que não é o de destruir, mas de salvar Sodoma, de dar vida ao pecador convertido.

É isto que o Senhor quer, e o seu diálogo com Abraão é uma manifestação prolongada e inequívoca do seu amor misericordioso. A necessidade de encontrar homens justos no interior da cidade torna-se cada vez menos exigente e, no final, serão suficientes dez delas para salvar a totalidade da população. No texto não se diz por que motivo Abraão se limita a dez. Talvez seja um número que indica um núcleo comunitário mínimo (ainda hoje, dez pessoas são o quorum necessário para a oração pública judaica). De qualquer modo, trata-se de um número reduzido, uma pequena parte de bem pela qual começar para salvar um grande mal. Mas em Sodoma e Gomorra, não havia sequer dez justos, e assim as cidades foram destruídas. Uma destruição testemunhada de modo paradoxal como necessária, precisamente pela prece de intercessão de Abraão. Pois foi exactamente aquela oração que revelou a vontade salvífica de Deus: o Senhor estava disposto a perdoar, desejava fazê-lo, mas as cidades estavam fechadas num mal totalizador e paralisador, sem sequer poucos inocentes, a partir dos quais começar para transformar o mal em bem. Pois é precisamente este o caminho da salvação, que também Abraão pedia: ser salvos não quer dizer simplesmente evitar a punição, mas ser libertados do mal que habita em nós. Não é o castigo que deve ser eliminado, mas o pecado, aquela rejeição de Deus e do amor que já traz em si o castigo. O profeta Jeremias dirá ao povo rebelde: «Valeu-te este castigo a tua malícia, e as tuas infidelidades atraíram sobre ti a punição. Sabe, portanto, e vê como te foi funesto e amargo abandonar o Senhor teu Deus» (*Jr* 2, 19). É desta tristeza e amargura que o Senhor quer salvar o homem, libertando-o do pecado. Mas é necessária, portanto, uma transformação a partir de dentro, uma grande ocasião de bem, um início a partir do qual começar para mudar o mal em bem, o ódio em amor e a vingança em perdão. Por isso, os justos devem estar dentro da cidade, e Abraão repete continuamente: «Talvez ali se encontrem…». «Ali»: é no interior da realidade doentia que deve existir aquele germe de bem que pode purificar e restituir a vida. É uma palavra dirigida também a nós: que nas nossas cidades se encontre o germe do bem; façamos de tudo para que haja não só dez justos, para fazer realmente viver e sobreviver as nossas cidades e para nos salvar desta

amargura interior, que é a ausência de Deus. E na realidade doentia de Sodoma e Gomorra não se encontrava aquele germe de bem.

Mas a misericórdia de Deus na história do seu povo amplia-se ulteriormente. Se, para salvar Sodoma eram necessários dez justos, o profeta Jeremias dirá, em nome do Todo-Poderoso, que basta um único justo para salvar Jerusalém: «Percorrei as ruas de Jerusalém, olhai, perguntai; procurai nas praças, vede se nelas encontrais um homem, um só homem que pratique a justiça e seja leal; então Eu perdoarei a cidade» (5, 1). O número diminuiu ainda mais, e a bondade de Deus mostra-se ainda maior. E, no entanto, isto ainda não é suficiente, a misericórdia superabundante de Deus não encontra a resposta de bem que procura, e Jerusalém cai sob o assédio do inimigo. Será preciso que o próprio Deus se torne aquele justo. E este é o mistério da Encarnação: para garantir um justo, Ele mesmo se faz homem. Sempre haverá um justo, porque é Ele: porém, é preciso que o próprio Deus se torne aquele justo. O amor divino infinito e surpreendente será plenamente manifestado, quando o Filho de Deus se fizer homem, o Justo definitivo, o Inocente perfeito, que trará a salvação ao mundo inteiro, morrendo na cruz, perdoando e intercedendo por quantos «não sabem o que fazem» (*Lc* 23, 34). Então, a oração de cada homem encontrará a sua resposta, então cada uma das nossas intercessões será plenamente atendida.

Caros irmãos e irmãs, a súplica de Abraão, nosso pai na fé, nos ensine a abrir cada vez mais o coração à misericórdia superabundante de Deus, para que na prece quotidiana saibamos desejar a salvação da humanidade e pedi-la com perseverança e confiança ao Senhor, que é grande no amor. Obrigado!

## 4. O homem em oração (4)

### Luta noturna e encontro com Deus (*Gn* 32, 23-33)

Luta noturna e encontro com Deus (Gn 32, 23-33)

Quarta-feira, 25 de Maio de 2011

*Queridos irmãos e irmãs,*

Hoje gostaria de meditar convosco sobre um texto do *Livro do Génesis*, que narra um episódio bastante particular da história do Patriarca Jacob. É um trecho de não fácil interpretação, mas importante para a nossa vida de fé e de oração; trata-se da narração da luta com Deus no vau do Jaboc, da qual ouvimos um trecho.

Como recordareis, Jacob tinha subtraído ao seu irmão gémeo Esaú a primogenitura, em troca de um prato de lentilhas, e depois obtivera com o engano a bênção do pai Isaac, já muito idoso, aproveitando-se da sua cegueira. Tendo fugido à ira de Esaú, refugiou-se na casa de um parente, Labão; casou, enriqueceu e agora voltava para a sua terra natal, pronto a enfrentar o irmão, depois de ter tomado algumas prudentes precauções. Mas quando tudo está pronto para este encontro, após levar aqueles que estavam com ele a atravessar o vau da torrente que delimitava o território de Esaú, Jacob, permanecendo só é agredido repentinamente por um desconhecido, com o qual luta durante uma noite inteira. É precisamente este combate corpo corpo — que encontramos no capítulo 32 do *Livro do Génesis* — que se torna para ele uma experiência singular de Deus.

A noite é o tempo favorável para agir no escondimento, portanto, o melhor tempo para Jacob, para entrar no território do irmão sem ser visto e talvez com a ilusão de surpreender Esaú. Porém, é ele que é surpreendido por um ataque imprevisto, para o qual não estava preparado. Tinha usado a sua astúcia para procurar subtrair-se a uma situação perigosa, e pensava que conseguiria ter tudo sob controle, e no entanto agora encontra-se a enfrentar uma luta misteriosa, que o surpreende na solidão e sem lhe dar a

possibilidade de organizar uma defesa adequada. Inerme, no meio da noite, o Patriarca Jacob combate com alguém. O texto não especifica a identidade do agressor; utiliza um termo hebraico que indica «um homem» de modo genérico, «um, alguém»; portanto, trata-se de uma definição incerta, indeterminada, que mantém o assaltante voluntariamente no mistério. Está escuro e Jacob não consegue ver de modo distinto o seu adversário, e também para o leitor, para nós, ele permanece desconhecido; alguém se opõe ao Patriarca: este é o único dado certo oferecido pelo narrador. Só no final, quando a luta tiver terminado e aquele «alguém» tiver desaparecido, só então Jacob o mencionará e poderá dizer que lutou com Deus.

Portanto, este episódio tem lugar na obscuridade e é difícil reconhecer não apenas a identidade do agressor de Jacob, mas também qual é o andamento da luta. Lendo este trecho, é difícil estabelecer qual dos dois adversários consegue prevalecer; os verbos utilizados são muitas vezes sem um sujeito explícito, e os gestos realizam-se de modo quase contraditório, de tal forma que quando se pensa que prevalece um dos dois, a acção sucessiva desmente imediatamente e apresenta o outro como vencedor. Com efeito, no início Jacob parece ser o mais forte, e o adversário — reza o texto — «não podia vencê-lo» (v. 26); e no entanto, atinge Jacob na articulação do fémur, provocando-lhe uma luxação. Então, pensar-se-ia que Jacob deve sucumbir mas, ao contrário, é o outro que lhe pede para o deixar partir; e o Patriarca rejeita, pondo uma condição: «Não te deixarei partir, enquanto não me abençoares» (v. 27). Aquele que, com o engano, tinha defraudado o irmão da bênção do primogénito, agora pretende-a do desconhecido, cujos vestígios divinos começa a entrever, mas sem o poder ainda reconhecer verdadeiramente.

O rival, que parece detido e portanto derrotado por Jacob, em vez de se submeter ao pedido do Patriarca, pergunta-lhe o nome: «Qual é o teu nome?». E o Patriarca responde: «Jacob» (v. 28). Aqui, a luta passa por uma mudança importante. Com efeito, conhecer o nome de alguém implica uma espécie de poder sobre a pessoa, porque o nome, na mentalidade bíblica, contém em si a realidade mais profunda do indivíduo, revela o seu segredo e o seu destino. Então, conhecer o nome quer dizer conhecer a verdade acerca do outro e isto permite poder dominá-lo. Portanto, quando à pergunta

do desconhecido, Jacob revela o próprio nome, coloca-se nas mãos do seu opositor, é uma forma de rendição, de entrega total de si ao outro.

Mas neste gesto de se render, paradoxalmente também Jacob é vencedor, porque recebe um nome novo, juntamente com o reconhecimento de vitória da parte do adversário, que lhe diz: «O teu nome não será mais Jacob, mas Israel, porque lutaste com Deus e com os homens, e venceste» (v. 29). «Jacob» era um nome que evocava a origem problemática do Patriarca; com efeito, em hebraico recorda o termo «calcanhar», e remete o leitor para o momento do nascimento de Jacob quando, saindo do ventre materno, segurava com a mão o calcanhar do irmão (cf. *Gn* 25, 26), quase prefigurando a sua superação em detrimento do irmão, que teria realizado quando fosse adulto; mas o nome Jacob evoca também o verbo «enganar, suplantar». Pois bem, agora na luta o Patriarca revela ao seu opositor, num gesto de entrega e de rendição, a própria realidade de enganador, de derrotador; mas o outro, que é Deus, transforma esta realidade negativa em positiva: Jacob o enganador torna-se Israel, pois recebe um nome novo que assinala uma nova identidade. Mas também aqui, a narração conserva a sua duplicidade voluntária, porque o significado mais provável do nome Israel é: «Deus é forte, Deus vence».

Portanto, Jacob prevaleceu, venceu — é o próprio adversário que o afirma — mas a sua nova identidade, recebida do próprio adversário, afirma e testemunha a vitória de Deus. E quando Jacob perguntar por sua vez o nome do seu contendente, ele rejeitará dizê-lo, mas revelar-se-á num gesto inequívoco, concedendo-lhe a bênção. Aquela bênção que o Patriarca tinha pedido no início da luta agora é-lhe concedida. E não se trata de uma bênção obtida com o engano, mas aquela concedida gratuitamente por Deus, que Jacob pode receber porque já sozinho, sem protecção, sem astúcias nem vigarices, se entrega inerme, aceita render-se e confessa a verdade sobre si mesmo. Assim, no final da luta, após ter recebido a bênção, o Patriarca pode finalmente reconhecer o outro, o Deus da bênção: «Porque — disse — eu vi a Deus face a face, e conservei a vida» (v. 31), e agora pode atravessar o vau, portador de um nome novo mas «vencido» por Deus e marcado para sempre, coxeando pela ferida recebida.

As explicações que a exegese bíblica pode oferecer a propósito deste trecho são múltiplas; de modo particular, os estudiosos reconhecem nele intenções e componentes literários de vários tipos, assim como referências a certas narrações populares. Mas quando estes elementos são assumidos pelos autores sagrados e inseridos na narração bíblica, eles mudam de significado e o texto abre-se a dimensões mais amplas. Portanto, no episódio da luta de Jaboc oferece-se ao fiel um texto paradigmático em que o povo de Israel fala da própria origem e delineia as características de uma relação especial entre Deus e o homem. Por isso, como é afirmado também no *Catecismo da Igreja Católica*, «a tradição espiritual da Igreja viu nesta narrativa o símbolo da oração como combate da fé e vitória da perseverança» (n. 2.573). O texto bíblico fala-nos da longa noite da busca de Deus, da luta para conhecer o seu nome e para ver o seu rosto; trata-se da noite da oração que, com tenacidade e perseverança, pede a Deus a bênção e um nome novo, uma renovada realidade, fruto de conversão e perdão.

Assim, a noite de Jacob no vau do Jaboc torna-se para o fiel um ponto de referência para compreender a relação com Deus que, na oração, encontra a sua máxima expressão. A oração exige confiança, proximidade, quase num corpo a corpo simbólico não com um Deus adversário, inimigo, mas com o Senhor que abençoa, que permanece sempre misterioso, que parece inalcançável. Por isso, o autor sagrado utiliza o símbolo da luta, que implica força de espírito, perseverança e tenacidade para alcançar aquilo que se deseja. E se o objecto do desejo é a relação com Deus, a sua bênção e o seu amor, então a luta não poderá deixar de culminar no dom pessoal a Deus, no reconhecimento da própria debilidade, que vence precisamente quando consegue entregar-se nas mãos misericordiosas de Deus.

Caros irmãos e irmãs, toda a nossa vida é como esta longa noite de luta e de oração, que deve ser consumida no desejo e na busca de uma bênção de Deus, a qual não pode ser arrebatada nem vencida contando com as nossas forças, mas deve ser recebida d'Ele com humildade, como dom gratuito que enfim permite reconhecer o rosto do Senhor. E quando isto acontece, toda a nossa realidade muda, recebemos um nome novo e a bênção de Deus. E ainda mais: Jacob, que recebe um nome novo, torna-se Israel, dá um nome novo também ao lugar onde lutou com Deus, onde O interpelou; renomeia-o Penuel, que significa «Face de Deus». Com este

nome, reconhece aquele lugar repleto da presença do Senhor e torna sagrada aquela terra, imprimindo-lhe quase a memória daquele encontro misterioso com Deus. Aquele que se deixa abençoar por Deus abandona-se a Ele, deixa-se transformar por Ele e torna o mundo abençoado. Que o Senhor nos ajude a combater o bom combate da fé (cf. *1 Tm* 6, 12; *2 Tm* 4, 7) e a pedir, na nossa oração, a sua bênção para que nos renove na expectativa de ver a sua Face. Obrigado!

## 5. O homem em oração (5)

## A intercessão de Moisés pelo povo (*Ex* 32, 7-14)

Quarta-feira, 1 de Junho de 2011

*Queridos irmãos e irmãs,*

Lendo o Antigo Testamento, uma figura ressalta no meio das outras: a de Moisés, precisamente como homem de oração. Moisés, o grande profeta e guia do tempo do Êxodo, desempenhou a sua função de mediador entre Deus e Israel fazendo-se portador, junto do povo, das palavras e dos mandamentos divinos, conduzindo-o rumo à liberdade da Terra Prometida, ensinando os israelitas a viverem na obediência e na confiança em Deus, durante a sua longa permanência no deserto, mas também, e diria principalmente, rezando. Ele reza pelo Faraó quando Deus, com as pragas, procurava converter o coração dos Egípcios (cf. *Êx* 8–10); pede ao Senhor a cura da irmã Maria, atingida pela lepra (cf. *Nm* 12, 9-13), intercede pelo povo que se tinha revoltado, amedrontado pela descrição dos exploradores (cf. *Nm* 14, 1-19), reza quando o fogo estava prestes a devorar o acampamento (cf. *Nm* 11, 1-2) e quando serpentes venenosas faziam matanças (cf. *Nm* 21, 4-9); dirige-se ao Senhor e reage, protestando quando o fardo da sua missão se tinha tornado demasiado pesado (cf. *Nm* 11, 10-15); vê Deus e fala com Ele «face a face, como alguém que fala com o próprio amigo» (cf. *Êx* 24, 9-17; 33, 7-23; 34, 1-10.28-35).

Mesmo quando o povo, no Sinai, pede a Araão que construa o bezerro de ouro, Moisés reza, explicando de maneira emblemática a própria função de intercessão. Este episódio é narrado no capítulo 32 do *Livro do Êxodo* e contém uma narração paralela no capítulo 9 do *Deuteronómio*. É sobre este episódio que gostaria de meditar na catequese hodierna e, de modo particular, sobre a oração de Moisés, que encontramos na narração do Êxodo. O povo de Israel encontrava-se aos pés do Sinai enquanto Moisés, no monte, esperava a entrega das tábuas da Lei, jejuando durante quarenta dias e quarenta noites (cf. *Êx* 24, 18; *Dt* 9, 9). O número quarenta tem um

valor simbólico e significa a totalidade da experiência, enquanto com o jejum se indica que a vida deriva de Deus, é Ele que a sustém. Com efeito, o gesto de comer implica a assunção do alimento que nos sustenta; por isso jejuar, renunciando ao alimento, adquire neste caso um significado religioso: é um modo para indicar que não só de pão vive o homem, mas de toda a palavra que sai da boca do Senhor (cf. *Dt* 8, 3). Jejuando, Moisés demonstra que espera o dom da Lei divina como fonte de vida: ela revela a vontade de Deus e alimenta o coração do homem, fazendo-o entrar numa aliança com o Altíssimo, que é fonte da vida, é a própria Vida.

Mas enquanto o Senhor, no monte, oferece a Lei a Moisés, aos pés do mesmo monte o povo transgride-a. Incapazes de resistir à expectativa e à ausência do mediador, os israelitas pedem a Araão: «Faz-nos um deus que caminhe à nossa frente, porque a Moisés, que nos tirou do Egipto, não sabemos o que lhe aconteceu» (*Êx* 32, 1). Cansado de um caminho com um Deus invisível, agora que também Moisés, o mediador, desapareceu, o povo pede uma presença tangível, palpável, do Senhor, e encontra no bezerro de metal fundido, construído por Araão, um deus que se torna acessível, manobrável, ao alcance do homem. Trata-se de uma tentação constante no caminho de fé: eludir o mistério divino, construindo um deus compreensível, correspondente aos próprios esquemas, aos próprios programas. Aquilo que acontece no monte Sinai demonstra toda a insensatez e vaidade ilusória desta pretensão porque, como afirma ironicamente o *Salmo 106*, «Eles trocaram a sua glória pela estátua de um touro que come feno» (*Sl* 106 [105], 20). Por este motivo, o Senhor reage e ordena a Moisés que desça do monte, revelando-lhe aquilo que o povo estava a fazer, e terminando com estas palavras: «Deixa, pois, que se acenda a minha cólera contra eles e os devore; mas de ti farei uma grande nação» (*Êx* 32, 10). Como tinha acontecido com Abraão, a propósito de Sodoma e Gomorra, também agora Deus revela a Moisés o que pretende fazer, como se não quisesse agir sem o seu consenso (cf. *Am* 3, 7). Ele diz: «Deixa, pois, que se acenda a minha cólera». Na realidade, este «deixa, pois, que se acenda a minha cólera» é pronunciado precisamente para que Moisés intervenha e lhe peça para não o fazer, revelando deste modo que o desejo de Deus é sempre a salvação. Como para as duas cidades dos tempos de Abraão, a punição e a destruição, em que se exprime a ira de Deus como rejeição do mal, indicam a gravidade do pecado cometido; ao mesmo

tempo, o pedido do intercessor tenciona manifestar a vontade de perdão do Senhor. Esta é a salvação de Deus, que implica misericórdia, mas ao mesmo tempo também denúncia da verdade do pecado, do mal que existe, de maneira que o pecador, reconhecendo e rejeitando o próprio mal, possa deixar-se perdoar e transformar por Deus. A prece de intercessão torna deste modo concreta, no contexto da realidade corrompida do homem pecador, a misericórdia divina, que encontra voz na súplica do orante e que se torna presente através dele onde há necessidade de salvação.

A súplica de Moisés está inteiramente centrada na fidelidade e na graça do Senhor. Ele refere-se em primeiro lugar à história de redenção à qual Deus deu início com a saída de Israel do Egipto, para depois fazer memória da antiga promessa feita aos Pais. O Senhor realizou a salvação, libertando o seu povo da escravidão egípcia; para que então — pede Moisés — «os egípcios possam dizer: "Fê-los sair com a malícia, para os deixar morrer nas montanhas, para os fazer desaparecer da face da terra"?» (*Êx* 32, 12). A obra de salvação começada deve ser completada; se Deus fizesse perecer o seu povo, isto poderia ser interpretado como o sinal de uma incapacidade divina de completar o plano de salvação. Deus não pode permitir que isto aconteça: Ele é o Senhor bom que salva, o garante da vida, é o Deus de misericórdia e de perdão, de libertação do pecado que mata. E assim Moisés apela-se a Deus, à vida interior de Deus, contra a sentença exterior. Mas então, Moisés argumenta com o Senhor, se os seus eleitos perecerem, mesmo que sejam culpados, Ele poderia parecer incapaz de derrotar o pecado. E isto não se pode aceitar. Moisés fez uma experiência concreta do Deus de salvação, foi enviado como mediador da libertação divina e agora, mediante a sua oração, torna-se intérprete de uma dupla inquietação, preocupado com o destino do seu povo, mas ao mesmo tempo também preocupado com a honra que é devida ao Senhor, pela verdade do seu Nome. Com efeito, o intercessor deseja que o povo de Israel seja salvo, porque é o rebanho que lhe foi confiado, mas inclusive a fim de que naquela salvação se manifeste a verdadeira realidade de Deus. Amor aos irmãos e amor a Deus compenetram-se na prece de intercessão, são inseparáveis. Moisés, o intercessor, é o homem contendido entre dois amores, que na oração se sobrepõem num único desejo de bem.

Em seguida, Moisés apela para a fidelidade de Deus, recordando-lhe as suas promessas: «Recorda-te de Abraão, de Isaac e de Israel, teus servos, aos quais juraste por ti mesmo e disseste: “Tornarei a tua posteridade tão numerosa como as estrelas do céu, e toda esta terra, da qual te falei, dá-la-ei aos teus descendentes, que a possuirão para sempre”» (*Êx* 32, 13). Moisés faz memória da história fundadora das origens, dos Pais do povo e da sua eleição, totalmente gratuita, em que só Deus tivera a iniciativa. Eles não receberam a promessa por causa dos seus méritos, mas pela livre escolha de Deus e do seu amor (cf. *Dt* 10, 15). E agora, Moisés pede que o Senhor continue na fidelidade à sua história de eleição e de salvação, perdoando o seu povo. O intercessor não apresenta desculpas para o pecado do seu povo, não enumera méritos presumíveis, nem do povo nem seus, mas apela para a gratuidade de Deus: um Deus livre, totalmente amor, que não cessa de procurar quem se afastou, que permanece sempre fiel a Si mesmo e oferece ao pecador a possibilidade de voltar para Ele e de se tornar, mediante o perdão, justo e capaz de fidelidade. Moisés pede a Deus que se mostre até mais forte do que o pecado e a morte e, com a sua oração, suscita este revelar-se divino. Mediador de vida, o intercessor solidariza com o povo; desejoso unicamente da salvação que o próprio Deus deseja, ele renuncia à perspectiva de se tornar um novo povo agradável ao Senhor. A frase que Deus lhe tinha dirigido, «de ti farei uma grande nação», nem sequer é tomada em consideração pelo «amigo» de Deus, que ao contrário está pronto a assumir sobre si mesmo não só a culpa do seu povo, mas todas as suas consequências. Quando, depois da destruição do bezerro de ouro, ele voltar ao monte para pedir de novo a salvação de Israel, dirá ao Senhor: «Rogo-te que lhes perdoes agora este pecado! Senão, apaga-me do livro que escreveste» (v. 32). Com a oração, desejando a vontade de Deus, o intercessor entra cada vez mais profundamente no conhecimento do Senhor e da sua misericórdia, tornando-se capaz de um amor que chega até ao dom total de si mesmo. Em Moisés, que está no alto do monte face a face com Deus e que se faz intercessor para o seu povo e se oferece a si próprio — «apaga-me» — os Padres da Igreja viram uma prefiguração de Cristo que, no alto da cruz, realmente está diante de Deus, não apenas como amigo, mas como Filho. E não só se oferece — «apaga-me» — mas com o seu coração trespassado faz-se cancelar, torna-se como diz o próprio São Paulo, pecado, carrega sobre si os nossos pecados para nos salvar a todos; a sua intercessão é não só solidariedade, mas identificação connosco: traz todos

nós no seu corpo. E assim toda a sua existência de homem e de Filho é um clamor ao Coração de Deus, é perdão, mas perdão que transforma e renova.

Penso que devemos meditar sobre estas realidades. Cristo está diante do Rosto de Deus e reza por mim. A sua oração na Cruz é contemporânea a todos os homens, contemporânea a mim: Ele reza por mim, sofreu e sofre por mim, identificou-se comigo, assumindo o nosso corpo e a nossa alma humana. E convida-nos a entrar nesta sua identidade, fazendo-nos um corpo, um só espírito com Ele, porque do alto da Cruz Ele não trouxe novas leis, tábuas de pedra, mas trouxe a si mesmo, o seu corpo e o seu sangue, como nova aliança. É assim que nos faz consanguíneos com Ele, um corpo com Ele, identificados com Ele. Convida-nos a entrar nesta identificação, a estar unidos com Ele no nosso desejo de ser um corpo, um só espírito com Ele. Oremos ao Senhor, para que esta identificação nos transforme, nos renove, porque o perdão é renovação, é transformação.

Gostaria de concluir esta catequese com as palavras do apóstolo Paulo aos cristãos de Roma: «Quem poderia acusar os escolhidos de Deus? É Deus quem os justifica. Quem os condenará? Cristo Jesus, que morreu, ou melhor, que ressuscitou, que está à direita de Deus, é quem intercede por nós! Quem nos separará do amor de Cristo? […] nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados […] nem qualquer outra criatura nos poderá separar do amor que Deus nos testemunha em nosso Senhor Jesus Cristo» (*Rm* 8, 33-35.38.39).

## 6. O homem em oração (6)

## Profetas e orações em confronto (*1Rs* 18, 20-40)

Quarta-feira, 15 de Junho de 2011

*Prezados irmãos e irmãs,*

Na história religiosa do antigo Israel, tiveram grande relevância os profetas com o seu ensinamento e a sua pregação. Entre eles, sobressai a figura de Elias, suscitado por Deus para levar o povo à conversão. O seu nome significa «o Senhor é o meu Deus» e é em sintonia com este nome que se desenvolve a sua vida, inteiramente consagrada a provocar no povo o reconhecimento do Senhor como único Deus. De Elias, o *Ben Sirá* diz: «Levantou-se depois o profeta Elias, ardoroso como o fogo; as suas palavras ardiam como uma tocha» (*Ecli* 48, 1). Com esta chama, Israel volta a encontrar o seu caminho para Deus. No seu ministério, Elias reza: invoca o Senhor para que restitua a vida ao filho de uma viúva que o tinha hospedado (cf. *1 Rs* 17, 17-24), clama a Deus o seu cansaço e a sua angústia, enquanto foge para o deserto procurado pela rainha Jezabel que o queria matar (cf. *1 Rs* 19, 1-4), mas é sobretudo no monte Carmelo que se mostra em todo o seu poder de intercessor quando, diante de todo o Israel, reza ao Senhor para que se manifeste e converta o coração do povo. É o episódio narrado no capítulo 18 do *primeiro Livro dos Reis*, sobre o qual hoje meditamos.

Encontramo-nos no reino do Norte, no século IX a.C., na época do rei Acab, num momento em que em Israel se tinha criado uma situação de sincretismo aberto. Além do Senhor, o povo adorava Baal, o ídolo tranquilizador do qual se acreditava que derivava o dom da chuva e ao qual, por isso, se atribuía o poder de dar fertilidade aos campos e vida aos homens e ao gado. Embora pretendesse seguir o Senhor, Deus invisível e misterioso, o povo procurava a segurança também num deus compreensível e previsível, do qual julgava que podia obter a fecundidade e a prosperidade, em troca de sacrifícios. Israel cedia à sedução da idolatria, a

tentação contínua do crente, iludindo-se que podia «servir a dois senhores» (cf. *Mt* 6, 24; *Lc* 16, 13), e facilitar os caminhos impérvios da fé do Todo-Poderoso, depositando de novo a sua confiança também num deus impotente, feito pelos homens.

É precisamente para desmascarar a insensatez enganadora de tal atitude que Elias manda reunir o povo de Israel no monte Carmelo e que o põe diante da necessidade de fazer uma escolha: «Se o Senhor é Deus, segui-o, mas se é Baal, segui Baal» (*1 Rs* 18, 21). E o profeta, portador do amor de Deus, não deixa sozinho o seu povo perante esta escolha, mas ajuda-o, indicando-lhe o sinal que revelará a verdade: tanto ele como os profetas de Baal prepararão um sacrifício e rezarão, e o Deus verdadeiro manifestar-se-á, respondendo com o fogo que consumará o holocausto. Assim começa o confronto entre o profeta Elias e os seguidores de Baal, que na realidade está entre o Senhor de Israel, Deus de salvação e de vida, e o ídolo mudo e sem qualquer consistência, que nada pode, nem no bem nem no mal (cf. *Jr* 10, 5). E começa inclusive o confronto entre dois modos completamente diferentes de se dirigir a Deus e orar.

Com efeito, os profetas de Baal, clamam, agitam-se, dançam saltando, entram num estado de exaltação e chegam até a cortar-se «com espadas e lanças, até se cobrirem de sangue» (*1 Rs* 18, 28). Eles recorrem a si mesmos para interpelar o seu deus, confiando nas próprias capacidades para suscitar a sua resposta. Revela-se deste modo a realidade enganadora do ídolo: ele é pensado pelo homem como algo de que se pode dispor, que se pode gerir com as próprias forças, ao qual se pode aceder a partir de si mesmo e da própria força vital. A adoração do ídolo, em vez de abrir o coração humano à Alteridade, a uma relação libertadora que permita sair do espaço limitado do próprio egoísmo para aceder a dimensões de amor e de dom recíproco, fecha a pessoa no círculo exclusivo e desesperador da busca de si mesmo. E o engano é tal que, adorando o ídolo, o homem se encontra obrigado a gestos extremos, na tentativa ilusória de o submeter à própria vontade. Por isso, os profetas de Baal chegam a angustiar-se, a provocar feridas no corpo, com um gesto dramaticamente irónico: para ter uma resposta, um sinal de vida do seu deus, chegam a cobrir-se de sangue, e com ele simbolicamente de morte.

A atitude de oração de Elias, ao contrário, é muito diferente. Ele pede ao povo que se aproxime, envolvendo-o deste modo na sua acção e na sua súplica. A finalidade do desafio por ele dirigido aos profetas de Baal consistia em reconduzir para Deus o povo que se tinha perdido, seguindo os ídolos; por isso, ele quer que Israel se una a ele, tornando-se partícipe e protagonista da sua oração e daquilo que estava a acontecer. Depois, o profeta erige um altar utilizando, como o texto descreve, «doze pedras, segundo o número das doze tribos saídas dos filhos de Jacob, a quem o Senhor dissera: "Tu chamar-te-ás Israel"» (v. 31). Aquelas pedras representam todo o Israel, e constituem a memória tangível da história de eleição, de predilecção e de salvação, da qual o povo fora objecto. O gesto litúrgico de Elias tem um alcance decisivo; o altar é lugar sagrado que indica a presença do Senhor, mas aquelas pedras que o compõem representam o povo, que agora, graças à mediação do profeta, é colocado simbolicamente diante de Deus, tornando-se «altar», lugar de oferenda e de sacrifício.

Mas é necessário que o símbolo se torne realidade, que Israel reconheça o verdadeiro Deus e volte a encontrar a própria identidade de povo do Senhor. Por isso, Elias pede a Deus que se manifeste, e aquelas doze pedras, que deviam recordar a Israel a sua verdade, servem também para recordar ao Senhor a sua fidelidade, à qual o profeta se apela na oração. As palavras da sua invocação são densas de significado e de fé: «Senhor Deus de Abraão, de Isaac e de Israel, saibam todos hoje que sois o Deus de Israel, que eu sou vosso servo e que por vossa ordem fiz todas estas coisas. Ouvi-me, Senhor, ouvi-me: que este povo reconheça que vós, Senhor, sois Deus, e que sois vós que converteis os seus corações!» (vv. 36-37; cf. *Gn* 32, 36-37). Elias dirige-se ao Senhor, chamando-lhe Deus dos Pais, fazendo assim memória implícita das promessas divinas e da história de eleição e de aliança, que uniu indissoluvelmente o Senhor ao seu povo. O compromisso de Deus na história dos homens é tal que o seu Nome já está ligado de maneira inseparável ao dos Patriarcas, e o profeta pronuncia aquele Nome santo para que Deus se recorde e se mostre fiel, mas também a fim de que Israel se sinta chamado pelo nome e volte a encontrar a sua fidelidade. Com efeito, o título divino pronunciado por Elias parece um pouco surpreendente. Em vez de utilizar a fórmula habitual, «Deus de Abraão, de Isaac e de Jacob», ele recorre a um apelativo menos comum: «Deus de

Abraão, de Isaac e de Israel». A substituição do nome «Jacob» com «Israel» evoca a luta de Jacob no vau do Jaboc, com a troca do nome à qual o narrador faz uma referência explícita (cf. *Gn* 32, 31) e da qual falei numa das últimas catequeses. Tal substituição adquire um significado expressivo no contexto da invocação de Elias. O profeta reza pelo povo do reino do Norte, que se chamava precisamente Israel, distinto de Judá, que indicava o reino do Sul. E agora este povo, que parece ter esquecido a própria origem e a sua relação privilegiada com o Senhor, sente-se chamado pelo nome, enquanto é pronunciado o Nome de Deus, Deus do Patriarca e Deus do povo: «Senhor Deus […] de Israel, saibam todos hoje que sois o Deus de Israel».

O povo pelo qual Elias reza é posto de novo diante da própria verdade, e o profeta pede que também a verdade do Senhor se manifeste e que Ele intervenha para converter Israel, dissuadindo-o do engano da idolatria e levando-o assim à salvação. O seu pedido é para que o povo enfim saiba, conheça de modo pleno quem é verdadeiramente o seu Deus, e faça a escolha decisiva de seguir só Ele, o Deus verdadeiro. Pois somente assim Deus é reconhecido por aquilo que é, Absoluto e Transcendente, sem a possibilidade de lhe pôr ao lado outros deuses, que O negariam como Absoluto, tornando-o relativo. Esta é a fé que faz de Israel o povo de Deus; trata-se da fé proclamada no conhecido texto do *Shemá Israel*: «Ouve, ó Israel! O Senhor, nosso Deus, é o único Senhor. Amarás ao Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, toda a tua alma e todas as tuas forças» (*Dt* 6, 4-5). Ao Absoluto de Deus, o fiel deve responder com um amor absoluto, total, que comprometa a sua vida inteira, as suas forças e o seu coração. E é precisamente para o coração do seu povo que o profeta, com a sua oração, implora a conversão: «Que este povo reconheça que vós, Senhor, sois Deus, e que sois vós que converteis os seus corações!» (*1 Rs* 18, 37). Com a sua intercessão, Elias pede a Deus o que o próprio Deus deseja realizar, manifestar-se em toda a sua misericórdia, fiel à sua realidade de Senhor da vida que perdoa, converte, transforma.

E é isto que acontece: «O fogo do Senhor baixou do céu e consumiu o holocausto, a lenha, as pedras, a poeira e até mesmo a água do sulco. Vendo isso, o povo prostrou-se com o rosto por terra, exclamando: “O Senhor é Deus! O Senhor é Deus!”» (vv. 38-39). O fogo, este elemento necessário e

ao mesmo tempo terrível, ligado às manifestações divinas da sarça ardente e do Sinai, agora serve para assinalar o amor de Deus, que responde à oração e se revela ao seu povo. Baal, o deus mudo e impotente, não tinha respondido às invocações dos seus profetas; o Senhor, ao contrário, responde, e de modo inequívoco, não só consumindo o holocausto, mas até secando toda a água que tinha sido derramada em volta do altar. Israel já não pode ter dúvidas; a misericórdia divina veio ao encontro da sua debilidade, das suas dúvidas e da sua falta de fé. Agora Baal, o ídolo inútil, é derrotado, e o povo que parecia perdido voltou a achar o caminho da verdade e a encontrar-se a si mesmo.

Estimados irmãos e irmãs, o que nos diz, a nós, esta história do passado? Qual é o presente desta história? Em primeiro lugar está em questão a prioridade do primeiro mandamento: adorar unicamente a Deus. Onde Deus desaparece, o homem cai na escravidão de idolatrias, como mostraram, no nosso tempo, os regimes totalitários e como mostram também diversas formas de niilismo, que tornam o homem dependente de ídolos, de idolatrias, escravizando-o. Em segundo lugar, a finalidade primária da oração é a conversão: o fogo de Deus que transforma o nosso coração e nos torna capazes de ver Deus e, assim, de viver segundo Deus e de viver para o próximo. E o terceiro ponto: os Padres dizem-nos que também esta história de um profeta é profética, se — dizem — é sombra do porvir, do futuro Cristo; é um passo ao longo do caminho rumo a Cristo. E dizem-nos que aqui vemos o verdadeiro fogo de Deus: o amor que orienta o Senhor até à Cruz, até ao dom total de si mesmo. Então, a autêntica adoração de Deus consiste em dar-se a si próprio a Deus e aos homens, a verdadeira adoração é o amor. E a autêntica adoração de Deus não destrói, mas renova e transforma. Sem dúvida, o fogo de Deus, o fogo do amor consome, transforma e purifica, mas precisamente por isso não destrói mas, ao contrário, cria a verdade do nosso ser, volta a criar o nosso coração. E assim, realmente vivos pela graça do fogo do Espírito Santo, do amor de Deus, somos adoradores em espírito e em verdade. Obrigado!

## 7. O homem em oração (7)

## O povo de Deus que reza: os Salmos

Quarta-feira, 22 de Junho de 2011

*Queridos irmãos e irmãs,*

Nas catequeses precedentes, reflectimos sobre algumas figuras do Antigo Testamento particularmente significativas para a nossa meditação sobre a oração. Falei a respeito de Abraão, que intercede pelas cidades estrangeiras; acerca de Jacob, que na luta nocturna recebe a bênção; de Moisés, que invoca o perdão para o seu povo; e sobre Elias, que reza pela conversão de Israel. Com a catequese de hoje, gostaria de começar um novo trecho do percurso: em vez de comentar episódios particulares de personagens em oração, entraremos no «livro de oração» por excelência, o livro dos *Salmos*. Nas próximas catequeses leremos e meditaremos sobre alguns dos Salmos mais bonitos e mais queridos à tradição orante da Igreja. Hoje, gostaria de os introduzir, falando sobre o livro dos *Salmos* no seu conjunto.

O Saltério apresenta-se como um «formulário» de orações, uma colectânea de cento e cinquenta Salmos, que a tradição bíblica oferece ao povo dos fiéis para que se tornem a sua, a nossa oração, o nosso modo de nos dirigirmos a Deus e de nos relacionarmos com Ele. Neste livro, encontra expressão toda a experiência humana, com os seus múltiplos aspectos, bem como toda a gama de sentimentos que acompanham a existência do homem. Nos Salmos entrelaçam-se e exprimem-se alegria e sofrimento, desejo de Deus e percepção da própria indignidade, felicidade e sentido de abandono, confiança em Deus e solidão dolorosa, plenitude de vida e medo de morrer. Toda a realidade do crente conflui nestas orações, que primeiro o povo de Israel e depois a Igreja assumiram como mediação privilegiada da relação com o único Deus e resposta adequada ao seu revelar-se na história. Enquanto orações, os Salmos constituem manifestações da alma e da fé, em que todos se podem reconhecer e nos

quais se comunica aquela experiência de particular proximidade de Deus, à qual cada homem é chamado. E é toda a complexidade do existir humano que se concentra na complexidade das diversas formas literárias dos vários Salmos: hinos, lamentações, súplicas individuais e comunitárias, cânticos de acção de graças, Salmos sapienciais e outros géneros que se podem encontrar nestas composições poéticas.

Não obstante esta multiplicidade expressiva, podem ser identificados dois grandes âmbitos que resumem a oração do Saltério: a súplica, ligada à lamentação, e o louvor, duas dimensões ligadas entre si e quase inseparáveis. Porque a súplica é animada pela certeza de que Deus responderá, e de que isto abre ao louvor e à acção de graças; e porque o louvor e a acção de graças brotam da experiência de uma salvação recebida, que supõe uma necessidade de ajuda que a súplica exprime.

Na súplica, o orante lamenta-se e descreve a sua situação de angústia, de perigo e de desolação, ou então, como nos Salmos penitenciais, confessa a culpa, o pecado, pedindo para ser perdoado. Ele expõe ao Senhor o seu estado de espírito na confiança de ser ouvido, e isto implica um reconhecimento de Deus como bom, desejoso do bem e «amante da vida» (cf. *Sb* 11, 26), pronto a ajudar, salvar e perdoar. Por exemplo, assim reza o Salmista, no *Salmo* 31: «Junto de vós, Senhor, refugio-me. Que eu não seja confundido para sempre […] Vós livrar-me-eis das ciladas que me armaram, porque sois a minha defesa» (vv. 2.5). Por conseguinte, já na lamentação pode sobressair algo do louvor, que se preanuncia na esperança da intervenção divina e que em seguida se faz explícita, quando a salvação divina se torna realidade. De maneira análoga, nos Salmos de acção de graça e de louvor, fazendo memória do dom recebido contemplando a grandeza da misericórdia de Deus, reconhece-se também a própria insignificância e a necessidade de ser salvo, que se encontra na base da súplica. Confessa-se assim a Deus a própria condição de criatura, inevitavelmente caracterizada pela morte, e no entanto portadora de um desejo radical de vida. Por isso o Salmista exclama, no *Salmo* 86: «Louvar-vos-ei de todo o coração, Senhor meu Deus, e glorificarei o vosso nome eternamente. Porque a vossa misericórdia foi grande para comigo, e tirastes a minha alma das profundezas da região dos mortos» (vv. 12-13). De tal modo, na oração dos Salmos, súplica e louvor entrelaçam-se e fundam-se

num único cântico que celebra a graça eterna do Senhor que se debruça sobre a nossa fragilidade.

Precisamente para permitir que o povo dos fiéis se una a este cântico, o livro do Saltério foi concedido a Israel e à Igreja. Com efeito, os Salmos ensinam a rezar. Neles, a Palavra de Deus transforma-se em palavra de oração — e são as palavras do Salmista inspirado — que se torna também palavra do orante que recita os Salmos. Estas são a beleza e a particularidade deste livro bíblico: as preces nele contidas, diversamente de outras orações que encontramos na Sagrada Escritura, não estão inseridas numa trama narrativa que especifica o seu sentido e a sua função. Os Salmos são dados ao fiel precisamente como texto de oração, que tem como única finalidade tornar-se a oração daqueles que os assumem e com eles se dirigem a Deus. Dado que são uma Palavra de Deus, quem recita os Salmos fala a Deus com as palavras que o próprio Deus nos concedeu, dirige-se a Ele com as palavras que Ele mesmo nos doa. Deste modo, recitando os Salmos aprendemos a rezar. Eles constituem uma escola de oração.

Algo de análogo acontece quando a criança começa a falar, ou seja, a expressar as próprias sensações, emoções e necessidades, com palavras que não lhe pertencem de modo inato, mas que ele aprende dos seus pais e de que vive ao seu redor. Aquilo que a criança quer manifestar é a sua própria vivência, mas o instrumento expressivo pertence a outros; e ele apropria-se do mesmo gradualmente, as palavras recebidas dos pais tornam-se as suas palavras e através destas palavras aprende também um modo de pensar e de sentir, acede a um inteiro mundo de conceitos, e nele cresce, relaciona-se com a realidade, com os homens e com Deus. Finalmente, a língua dos seus pais tornou-se a sua língua, ele fala com palavras recebidas de outros, que já se tornaram as suas palavras. Assim acontece com a oração dos Salmos. Eles são-nos doados para que aprendamos a dirigir-nos a Deus, a comunicarmos com Ele, a falar-lhe de nós com as suas palavras, a encontrar uma linguagem para o encontro com Deus. E, através de tais palavras, será possível também conhecer e aceitar os critérios do seu agir, aproximar-se ao mistério dos seus pensamentos e dos seus caminhos (cf. *Is* 55, 8-9), de maneira a crescer cada vez mais na fé e no amor. Do mesmo modo como as nossas palavras não são apenas palavras, mas ensinam-nos um mundo real e conceitual, assim também estas preces nos ensinam o Coração de Deus,

pelo que não só podemos falar com Deus, mas podemos aprender quem é Deus e, aprendendo a falar com Ele, aprendemos como ser homens, como sermos nós mesmos.

A este propósito, parece significativo o título que a tradição judaica conferiu ao Saltério. Ele chama-se *tehillîm*, um termo hebraico que quer dizer «louvores», tirada daquela raiz verbal que encontramos na expressão «Halleluyah», isto é, literalmente: «Louvai o Senhor». Por conseguinte, este livro de orações, não obstante seja tão multiforme e complexo, com os seus diversos géneros literários e com a sua articulação entre louvor e súplica, é em última análise um livro de louvores, que ensina a dar graças, a celebrar a grandeza do dom de Deus, a reconhecer a beleza das suas obras e a glorificar o seu Nome santo. Esta é a resposta mais adequada diante do manifestar-se do Senhor e da experiência da sua bondade. Ensinando-nos a rezar, os Salmos ensinam-nos que também na desolação, inclusive na dor, a presença de Deus é uma fonte de maravilha e de consolação; pode-se chorar, suplicar, interceder e lamentar-se, mas com a consciência de que estamos a caminhar rumo à luz, onde o louvor poderá ser definitivo. Como nos ensina o *Salmo* 36: «Em vós está a fonte da vida, e é na vossa luz que vemos a luz!» (*Sl* 36, 10).

Mas além deste título geral do livro, a tradição judaica atribuiu a muitos Salmos alguns títulos específicos, conferindo-os em grande maioria ao rei David. Figura de notável importância humana e teológica, David é uma personagem complexa, que atravessou as mais diversificadas experiências fundamentais do viver. Jovem pastor do rebanho paterno, passando pelas vicissitudes alternadas e por vezes dramáticas, torna-se rei de Israel, pastor do povo de Deus. Homem de paz, combateu muitas guerras; incansável e tenaz investigador de Deus, traiu o seu Amor, e isto é característico: permaneceu sempre investigador de Deus, não obstante tenha pecado muitas vezes gravemente; penitente humilde, recebeu o perdão divino, mas também a pena divina, e aceitou um destino marcado pela dor. Assim, David foi um rei, com todas as suas debilidades, «segundo o Coração de Deus» (cf. *1 Sm* 13, 14), ou seja, um orante apaixonado, um homem que sabia o que quer dizer suplicar e louvar. Por conseguinte, a ligação dos Salmos a este insigne rei de Israel é importante, porque ele é uma figura

messiânica, Ungido do Senhor, no qual é de certa maneira ofuscado o mistério de Cristo.

Igualmente importantes e significativos são o modo e a frequência com que as palavras dos Salmos são retomadas pelo Novo Testamento, assumindo e sublinhando aquele valor profético sugerido pela ligação do Saltério à figura messiânica de David. No Senhor Jesus, que na sua vida terrena recitou com os Salmos, eles encontram o seu cumprimento definitivo e revelam o seu sentido mais pleno e profundo. As orações do Saltério, com as quais se fala a Deus, falam-nos dele, falam-nos do Filho, imagem do Deus invisível (cf. *Cl* 1, 15), que nos revela completamente o Rosto do Pai. Portanto o cristão, recitando os Salmos, reza ao Pai em Cristo e com Cristo, assumindo aqueles cânticos numa nova perspectiva, que tem no mistério pascal a sua última chave interpretativa. O horizonte do orante abre-se assim a realidades inesperadas, e cada Salmo adquire uma nova luz em Jesus Cristo, e o Saltério pode resplandecer em toda a sua riqueza infinita.

Caríssimos irmãos e irmãs, tomemos portanto na nossa mão este livro santo, deixemo-nos ensinar por Deus a dirigir-nos a Ele, façamos do Saltério uma guia que nos ajude e nos acompanhe quotidianamente no caminho da oração. E perguntemos também nós, como os discípulos de Jesus: «Senhor, ensinai-nos a rezar!» (*Lc* 11, 1), abrindo o coração para receber a oração do Mestre, em que todas as preces hão-de chegar ao seu cumprimento. Deste modo, tornando-nos filhos no Filho, poderemos falar a Deus, chamando-lhe «Pai Nosso». Obrigado!

## 8. O homem em oração (8)

## A leitura da Bíblia, alimento para o espírito

Quarta-feira, 3 de Agosto de 2011

*Estimados irmãos e irmãs!*

Estou muito feliz por vos encontrar aqui na praça em Castel Gandolfo e por retomar as audiências, interrompidas no mês de Julho. Gostaria de continuar o tema ao qual tínhamos dado início, ou seja, uma «escola de oração», e também hoje, de uma maneira um pouco diversificada, sem me afastar desta temática, referir-me a alguns aspectos de índole espiritual e concreta, que parecem úteis não apenas para quem vive — numa região do mundo — a temporada das férias de Verão, como nós, mas inclusive para todos aqueles que estão comprometidos no trabalho diário.

Quando temos um momento de pausa nas nossas actividades, de modo especial durante as férias, muitas vezes pegamos num livro, que desejamos ler. É precisamente este o primeiro aspecto, sobre o qual hoje gostaria de meditar. Cada um de nós tem necessidade de momentos e de espaços de recolhimento, de meditação e de calma… Graças a Deus é assim! Com efeito, esta exigência diz-nos que não fomos feitos apenas para trabalhar, mas também para pensar, ponderar, ou simplesmente para acompanhar com a mente e o coração uma narração, uma história com a qual nos identificarmos, num certo sentido, «perder-nos», para depois nos encontrarmos enriquecidos.

Naturalmente, muitos destes livros de leitura, que temos nas nossas mãos durante as férias, são sobretudo de evasão, e isto é normal. Todavia, várias pessoas, especialmente se podem contar com espaços de pausa e de descanso mais prolongados, dedicam-se à leitura de algo mais comprometedor. Então, gostaria de lançar uma proposta: por que deixar de descobrir alguns livros da Bíblia, que normalmente não são conhecidos? Ou dos quais, talvez, ouvimos alguns trechos durante a Liturgia, mas que nunca lemos na íntegra? Com efeito, muitos cristãos já não lêem a Bíblia, e têm

um seu conhecimento muito limitado e superficial. A Bíblia — como diz o nome — é uma colectânea de livros, uma pequena «biblioteca», nascida ao longo de um milénio. Alguns destes «livrinhos» que a compõem permanecem quase desconhecidos para a maior parte das pessoas, inclusive de bons cristãos. Alguns são muito breves, como o *Livro de Tobias*, uma narração que contém um sentido muito elevado da família e do matrimónio; ou o *Livro de Ester*, em que a rainha judia, com a fé e a oração, salva o seu povo do extermínio; ou ainda mais breve, o *Livro de Rute*, uma estrangeira que conhece Deus e experimenta a sua Providência. Estes pequenos livros podem ser lidos inteiramente numa hora. Mais exigentes, e autênticas obras-primas, são o *Livro de Job*, que enfrenta o grande problema da dor inocente; o *Qoelet*, que impressiona pela modernidade desconcertante com que põe em discussão o sentido da vida e do mundo; o *Cântico dos Cânticos*, maravilhoso poema simbólico do amor humano. Come vedes, são todos livros do Antigo Testamento. E o Novo? Sem dúvida, o Novo Testamento é mais conhecido, e os seus géneros literários são menos diversificados. Porém, a beleza da leitura integral do Evangelho deve ser descoberta, assim como recomendo os *Actos dos Apóstolos*, ou uma das *Cartas*.

Caros amigos, para concluir, hoje gostaria de sugerir que conserveis ao vosso alcance, durante a temporada de Verão, ou nos momentos de pausa, a Bíblia Sagrada, para a saborear de modo novo, lendo inteiramente alguns dos seus livros, aqueles menos conhecidos e também os mais famosos, como os Evangelhos, mas numa leitura contínua. Assim, os momentos de descanso podem tornar-se, além de um enriquecimento cultural, inclusive um alimento para o espírito, capaz de nutrir o conhecimento de Deus e o diálogo com Ele, a oração. E esta parece ser uma bonita ocupação para as férias: pegar num livro da Bíblia, gozar assim de um pouco de descanso e, ao mesmo tempo, entrar no grande espaço da Palavra de Deus e aprofundar o nosso contacto com o Eterno, precisamente como finalidade do tempo livre que o Senhor nos concede.

## 9. O homem em oração (9)

## Os “oásis” do espírito

Quarta-feira, 10 de Agosto de 2011

*Estimados irmãos e irmãs!*

Em cada época, homens e mulheres que consagraram a sua vida a Deus na oração — como os monges e as monjas — estabeleceram as suas comunidades em lugares particularmente lindos, nos campos, nas colinas, nos vales montanheses, às margens dos lagos ou do mar, ou até mesmo em pequenas ilhas. Estes lugares unem dois elementos muito importantes para a vida contemplativa: a beleza da criação, que remete à do Criador, e o silêncio, garantido pela distância em relação às cidades e às grandes vias de comunicação. O silêncio constitui a condição ambiental que melhor favorece o recolhimento, a escuta de Deus, a meditação. Já o próprio facto de nos deleitarmos com o silêncio, de nos deixarmos por assim dizer «cumular» do silêncio, predispõe-nos para a oração. O grande profeta Elias, no monte Horeb — ou seja, o Sinai — assistiu a um redemoinho, depois a um tremor de terra e finalmente a clarões de fogo, mas não reconheceu neles a voz de Deus; no entanto, reconheceu-a numa brisa ligeira (cf. *1 Rs* 19, 11-13). Deus fala no silêncio, mas é preciso saber ouvi-lo. Por isso, os mosteiros são um oásis em que Deus fala à humanidade; e neles encontra-se o claustro, lugar simbólico, porque é um espaço fechado, mas aberto para o céu.

Caros amigos, amanhã celebraremos a memória de Santa Clara de Assis. Por isso, apraz-me recordar um destes «oásis» do espírito particularmente queridos à família franciscana e a todos os cristãos: o pequeno convento de São Damião, situado um pouco abaixo da cidade de Assis, no meio dos olivais que descem gradualmente rumo a Santa Maria dos Anjos. Ao pé daquela igrejinha, que Francisco restaurou depois da sua conversão, Clara e as primeiras companheiras estabeleceram a sua comunidade, vivendo de oração e de pequenos trabalhos. Chamavam-se

«Irmãs Pobres», e a sua «forma de vida» era a mesma dos Frades Menores: «Observar o Santo Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo» (*Regra de Santa Clara*, I, 2), conservando a união da caridade recíproca (cf. *ibid*., X, 7) e observando em particular a pobreza e a humildade vividas por Jesus e pela sua santíssima Mãe (cf. *ibid*., XII, 13).

O silêncio e a beleza do lugar em que vive a comunidade monástica — beleza simples e austera — constituem como que um reflexo da harmonia espiritual que a própria comunidade procura realizar. O mundo está constelado de tais oásis do espírito, alguns muito antigos, particularmente na Europa, outros mais recentes e outros ainda restaurados por novas comunidades. Olhando a realidade numa perspectiva espiritual, estes lugares do espírito são estruturas importantes do mundo! E não é por acaso que muitas pessoas, especialmente nos períodos de pausa, visitam estes lugares, transcorrendo ali alguns dias: graças a Deus, também a alma tem as suas exigências!

Portanto, recordemos Santa Clara. Mas lembremos também outras figuras de Santos que nos evocam a importância de dirigir o olhar para as «coisas do céu», como *Santa Edith Stein, Teresa Benedita da Cruz*, co-Padroeira da Europa, celebrada ontem. E hoje, 10 de Agosto, não podemos esquecer São Lourenço, diácono e mártir, com especiais bons votos aos romanos, que desde sempre o veneram como um dos seus padroeiros. Agora, dirijamo-nos à Virgem Maria, para que nos ensine a amar o silêncio e a oração.

## 10. O homem em oração (10)

## A meditação

Quarta-feira, 17 de Agosto de 2011

*Amados irmãos e irmãs*

Ainda estamos na luz da solenidade da Assunção, que — como eu disse — é uma Festa da esperança. Maria chegou ao Paraíso e este é o nosso destino: todos podemos chegar ao Paraíso. A questão é: como. Maria conseguiu; Ela — reza o Evangelho — é «Aquela que acreditou que se haviam de cumprir as coisas que o Senhor lhe disse» (cf. *Lc* 1, 45). Portanto Maria acreditou, confiou em Deus, entrou com a sua vontade naquela do Senhor e assim pôs-se precisamente na via directíssima, no caminho rumo ao Paraíso. Crer, confiar no Senhor, entrar na sua vontade: este é o rumo essencial.

Hoje não gostaria de falar sobre todo este caminho da fé, mas só sobre um pequeno aspecto da vida de oração, que é a vida do contacto com Deus, ou seja, sobre a meditação. E o que é meditação? Quer dizer «fazer memória» do que Deus fez e não esquecer os seus numerosos benefícios (cf. *Sl* 103, 2b). Muitas vezes vemos só as coisas negativas; temos que conservar na nossa memória também as coisas positivas, os dons que Deus nos concedeu, prestar atenção aos sinais positivos que vêm de Deus e fazer memória dos mesmos. Portanto, falamos de um tipo de prece que na tradição cristã é chamada «oração mental». Em geral conhecemos a oração com palavras, naturalmente também a mente e o coração devem estar presentes nesta oração, mas falemos hoje de uma meditação que não é de palavras, mas um contacto da nossa mente com o coração de Deus. E aqui Maria é um modelo muito real. O evangelista Lucas repete várias vezes que Maria «conservava todas estas palavras, meditando-as no seu coração» (2, 19; cf. 2, 51b). Guardiã que não esquece, Ela está atenta a tudo o que o Senhor lhe disse e fez, e medita, isto é, entra em contacto com várias realidades, aprofundando-as no seu coração.

Portanto, Aquela que «acreditou» no anúncio do Anjo fez-se instrumento para que a Palavra eterna do Altíssimo pudesse encarnar, e acolheu também no seu coração o prodígio admirável daquele nascimento humano-divino, meditou-o, ponderou com a reflexão sobre o que Deus realizava nela, para acolher a vontade divina na sua vida e para lhe corresponder. O mistério da encarnação do Filho de Deus e da maternidade de Maria é tão grande que exige um processo de interiorização, e não é só algo de físico que Deus realiza nela, mas algo que requer uma interiorização da parte de Maria, que procura aprofundar a sua compreensão, interpretar o seu sentido e entender as suas influências e implicações. Assim, dia após dia, no silêncio da vida diária, Maria continuou a conservar no seu coração os sucessivos eventos admiráveis dos quais foi testemunha, até à prova extrema da Cruz e à alegria da Ressurreição. Maria viveu plenamente a sua existência, os seus deveres quotidianos, a sua missão de Mãe, mas soube manter em si um espaço interior para meditar sobre a palavras e a vontade de Deus, sobre o que se realizava nela, sobre os mistérios da vida do seu Filho.

No nosso tempo vivemos absorvidos por numerosas actividades e compromissos, preocupações e problemas; muitas vezes tendemos a preencher todos os espaços do dia, sem ter um momento para parar, meditar e alimentar a vida espiritual, o contacto com Deus. Maria ensina-nos como é necessário encontrar nos nossos dias, com todas as actividades, momentos para nos recolhermos em silêncio e meditar sobre aquilo que o Senhor nos quer ensinar, sobre o modo como está presente e age no mundo e na nossa vida: sermos capazes de parar um momento e de meditar. Santo Agostinho compara a meditação sobre os mistérios de Deus com a assimilação do alimento, e usa um verbo que se repete em toda a tradição cristã: «ruminar»; isto é, os mistérios de Deus devem ressoar continuamente em nós mesmos, para que se tornem familiares, orientem a nossa vida e nos nutram, como acontece com o alimento necessário para nos sustentarmos. E são Boaventura, referindo-se às palavras da Sagrada Escritura, diz que «devem ser sempre ruminadas para poderem ser fixadas com aplicação ardente do espírito» (*Coll. In Hex*, ed. Quaracchi 1934, p. 218). Portanto, meditar quer dizer criar em nós uma situação de recolhimento, de silêncio interior para ponderar, assimilar os mistérios da nossa fé e de quanto Deus realiza em nós; e não só sobre as coisas que vão e vêm. Podemos fazer esta

«ruminação» de vários modos, lendo por exemplo um breve trecho da Sagrada Escritura, sobretudo os Evangelhos, os Actos dos Apóstolos, as Cartas dos Apóstolos, ou então uma página de um autor de espiritualidade que nos aproxima e torna mais presentes as realidades de Deus no nosso hoje, talvez deixando-nos também aconselhar pelo confessor ou pelo director espiritual, ler e meditar sobre o que lemos, ruminando sobre isto, procurando compreendê-lo, entender o que me comunica, o que me diz hoje, abrir a nossa alma àquilo que o Senhor nos quer dizer e ensinar. Também o Santo Rosário é uma prece de meditação: repetindo a Ave-Maria somos convidados a repensar e meditar sobre o Mistério que proclamamos. Mas podemos meditar inclusive sobre alguma experiência espiritual intensa, sobre palavras que nos ficaram gravadas mediante a participação na Eucaristia dominical. Então, vede, há muitos modos de meditar e assim de entrar em contacto com Deus e de nos aproximarmos de Deus e, desta forma, de estar a caminho do Paraíso.

Caros amigos, a constância ao reservar o próprio tempo a Deus é um elemento fundamental para o crescimento espiritual; é o próprio Senhor que nos infundirá o gosto pelos seus mistérios, suas palavras, sua presença e acção, sentindo como é bom quando Deus fala connosco; far-nos-á compreender de modo mais profundo o que deseja de nós. No final, é mesmo esta a finalidade da meditação: entregar-nos cada vez mais nas mãos de Deus, com confiança e amor, certos de que só no cumprimento da sua vontade seremos enfim verdadeiramente felizes.

## 11. Arte e oração

Quarta-feira, 31 de Agosto de 2011

*Estimados irmãos e irmãs*

Ao longo deste período, evoquei várias vezes a necessidade de que cada cristão encontre tempo para Deus, para a oração, no meio das numerosas ocupações dos nossos dias. O próprio Senhor oferece-nos muitas oportunidades para nos recordarmos dele. Hoje, gostaria de meditar brevemente sobre um daqueles canais que nos podem conduzir a Deus e servir também de ajuda no encontro com Ele: trata-se do caminho das expressões artísticas, que faz parte daquela «*via pulchritudinis*» — «caminho da beleza» — da qual já falei diversas vezes e que o homem contemporâneo deveria recuperar no seu significado mais profundo.

Talvez vos tenha acontecido algumas vezes, diante de uma escultura, de um quadro, de certos versos de uma poesia ou de uma peça musical, sentir uma emoção íntima, ter uma sensação de alegria, ou seja, sentir claramente que diante de vós não havia apenas matéria, um pedaço de mármore ou de bronze, uma tela pintada, um conjunto de letras ou um cúmulo de sons, mas algo maior, algo que «fala», capaz de sensibilizar o coração, de comunicar uma mensagem e de elevar a alma. Uma obra de arte é fruto da capacidade criativa do ser humano, que se interroga diante da realidade visível, procura descobrir o seu sentido profundo e comunicá-lo através da linguagem, das formas, das cores e dos sons. A arte é capaz de expressar e de tornar visível a necessidade que o homem tem de ir além daquilo que se vê, pois manifesta a sede e a busca do infinito. Aliás, é como uma porta aberta para o infinito, para uma beleza e para uma verdade que vão mais além da vida quotidiana. E uma obra de arte pode abrir os olhos da mente e do coração, impelindo-nos rumo ao alto.

Mas existem expressões artísticas que constituem verdadeiros caminhos que conduzem a Deus, à Beleza suprema, aliás, são uma ajuda a crescer na relação com Ele, na oração. Trata-se das obras que nascem da fé e que

expressam a fé. Podemos ter um exemplo, quando visitamos uma catedral gótica: sentimo-nos arrebatados pelas linhas verticais que se perfilam rumo ao céu e atraem para o alto o nosso olhar e o nosso espírito enquanto, ao mesmo tempo, nos sentimos pequenos, e no entanto desejosos de plenitude… Ou então quando entramos numa igreja românica: somos convidados de modo espontâneo ao recolhimento e à oração. Compreendemos que nestes edifícios maravilhosos está como que encerrada a fé de gerações. Ou ainda, quando ouvimos uma peça de música sacra, que faz vibrar as cordas do nosso coração, a nossa alma é como que dilatada e ajudada a dirigir-se a Deus. Volta-me ao pensamento um concerto de músicas de Johann Sebastian Bach, em Munique da Baviera, dirigido por Leonard Bernstein. No final da última peça, uma das Cantatas, senti, não por raciocínio mas no profundo do coração, que quanto eu ouvira me tinha transmitido a verdade, a verdade do sumo compositor, impelindo-me a dar graças a Deus. Ao meu lado estava o bispo luterano de Munique e, espontaneamente, eu disse-lhe: «Ouvindo isto, compreende-se: é verdadeiro; são verdadeiras a fé tão forte, e a beleza que a presença da verdade de Deus exprime de maneira irresistível». Mas quantas vezes quadros ou afrescos, fruto da fé do artista, nas suas formas, nas suas cores e na sua luz, nos impelem a dirigir o pensamento para Deus e fazem aumentar em nós o desejo de beber na fonte de toda a beleza. Permanece profundamente verdadeiro aquilo que foi escrito por um grande artista, Marc Chagall, ou seja, que durante séculos os pintores molharam o seu pincel naquele alfabeto colorido que é a Bíblia. Então, quantas vezes as expressões artísticas podem ser ocasiões para nos recordarmos de Deus, para nos ajudar na nossa oração ou também na conversão do coração! Paul Claudel, dramaturgo e diplomata francês, poeta famoso, na Basílica de Notre Dame em Paris, em 1886, precisamente ouvindo o canto do *Magnificat* durante a Missa de Natal, sentiu a presença de Deus. Não tinha entrado na igreja por motivos de fé, mas precisamente para procurar argumentos contra os cristãos e, no entanto, a graça de Deus agiu no seu coração.

Queridos amigos, convido-vos a redescobrir a importância deste caminho também para a oração, para a nossa relação viva com Deus. As cidades e os povoados do mundo inteiro encerram tesouros de arte que exprimem a fé e nos exortam à relação com Deus. Então, a visita aos

lugares de arte não seja apenas uma ocasião de enriquecimento cultural — também isto — mas possa tornar-se sobretudo um momento de graça, de estímulo para refortalecer o nosso vínculo e o nosso diálogo com o Senhor, para nos determos a contemplar — na passagem da simples realidade exterior para a realidade mais profunda que exprime — o raio de beleza que nos atinge, que quase nos «fere» no íntimo e nos convida a elevar-nos rumo a Deus. Termino com a oração de um Salmo, o *Salmo* 27: «Uma só coisa pedi ao Senhor, e desejo-a ardentemente: poder habitar na casa do Senhor todos os dias da minha vida, contemplando a beleza do Senhor e orando no seu templo» (v. 4). Esperemos que o Senhor nos ajude a contemplar a sua beleza, tanto na natureza como nas obras de arte, assim como a sermos sensibilizados pela luz da sua face, a fim de que também nós possamos ser luzes para o nosso próximo. Obrigado!

## 12. "Levanta-te, Senhor, Salva-me!"

Quarta-feira, 7 de Setembro de 2011

*Estimados irmãos e irmãs*,

Retomemos hoje as audiências na praça de São Pedro e, na «escola da oração» que vivemos juntos nestas Catequeses de quarta-feira, gostaria de começar a meditar sobre alguns Salmos que, como eu dizia no passado mês de Junho, constituem o «livro de oração» por excelência. O primeiro Salmo sobre o qual medito é de lamentação e de súplica, imbuído de profunda confiança, no qual a certeza da presença de Deus funda a prece que brota de uma condição de extrema dificuldade em que se encontra o orante. Trata-se do *Salmo* 3, referido pela tradição judaica a David no momento em que foge do filho Absalão (cf. v. 1): é um dos episódios mais dramáticos e duros na vida do rei, quando o seu filho usurpa o seu trono régio e o obriga a deixar Jerusalém para salvar a própria vida (cf. 2 *Sm* 15 ss.). Portanto, a situação de perigo e de angústia experimentada por David serve de base para esta prece e ajuda a compreendê-la, apresentando-se como a situação típica em que tal Salmo pode ser recitado. No brado do Salmista, cada homem pode reconhecer os sentimentos de dor, de amargura e também de confiança em Deus que, segundo a narração bíblica, tinham acompanhado a fuga de David da sua cidade.

O Salmo começa com uma invocação ao Senhor:

«Senhor, quão numerosos são os meus adversários,
quão numerosos os que se levantam contra mim!
Muitos dizem a meu respeito:
“Não há salvação para ele em Deus!”» (vv. 2-3).

Portanto, a descrição que o orante faz da sua situação é marcada por tons fortemente dramáticos. Repete-se três vezes a ideia de multidão — «numerosos», «muitos», «tantos» — que no texto original é dita com a mesma raiz hebraica, de modo a frisar ainda mais a enormidade do perigo, de forma repetitiva, quase martelante. Esta insistência sobre o número e a

grandeza dos inimigos serve para expressar a percepção, da parte do Salmista, da desproporção absoluta existente entre ele e os seus perseguidores, uma desproporção que justifica e funda a urgência do seu pedido de ajuda: os opressores são muitos, prevalecem, enquanto o orante está sozinho e inerme, à mercê dos seus agressores. E no entanto, a primeira palavra que o Salmista pronuncia é «Senhor»; o seu grito começa com a invocação a Deus. Uma multidão incumbe e revolta-se contra ele, gerando um medo que amplia a ameaça, fazendo-a parecer ainda maior e mais terrificante; mas o orante não se deixa vencer por esta visão de morte, mantém firme a relação com o Deus da vida e antes de tudo dirige-se a Ele, em busca de ajuda. Mas os inimigos procuram também romper este vínculo com Deus e debilitar a fé da sua vítima. Eles insinuam que o Senhor não pode intervir, afirmam que nem sequer Deus pode salvá-lo. Portanto, a agressão não é só física, mas diz respeito à dimensão espiritual: «O Senhor não pode salvá-lo» — dizem — o fulcro central da alma do Salmista deve ser agredido. É a extrema tentação à qual o crente é submetido, é a tentação de perder a fé, a confiança na proximidade de Deus. O justo supera a última prova, permanece firme na fé e na certeza da verdade e na plena confiança em Deus, e precisamente assim encontra a vida e a verdade. Parece-me que o Salmo nos toca muito pessoalmente: em muitos problemas somos tentados a pensar que talvez nem Deus me salve, não me me conheça, talvez não seja capaz; a tentação contra a fé é a última agressão do inimigo, e a isto temos que resistir, pois só assim encontramos Deus e a vida.

Portanto, o orante do nosso Salmo é chamado a responder com a fé aos ataques dos ímpios: os inimigos — como eu disse — negam que Deus possa ajudá-lo, mas ele invoca-O, chama-O pelo nome, «Senhor», e depois dirige-se a Ele com um «tu» enfático, que exprime uma relação firme, sólida, e encerra em si a certeza da resposta divina:

«Mas Vós, Senhor, sois o meu escudo,
sois a minha glória! Sois Vós quem levantais o meu poder.
Com a minha voz invoco o Senhor
e Ele responde-me da sua montanha santa» (vv. 4-5).

Agora, a visão dos inimigos desaparece, eles não venceram porque quem crê em Deus está convicto de que Deus é o seu amigo: só permanece

o «Tu» de Deus, aos «muitos» opõe-se agora um só, mas muito maior e mais poderoso que numerosos adversários. O Senhor é ajuda, defesa, salvação; como escudo protege quem se confia a Ele, e faz-lhe levantar a cabeça, no gesto de triunfo e de vitória. O homem deixou de estar só, os inimigos não são invencíveis como pareciam, porque o Senhor ouve o clamor do oprimido e responde do lugar da sua presença, do seu monte santo. O homem clama na angústia, no perigo e na dor; o homem pede ajuda e Deus responde. Neste entrelaçar-se de clamor humano e resposta divina consiste a dialéctica da oração e a chave de leitura de toda a história da salvação. O clamor exprime a necessidade de ajuda e apela-se à fidelidade do outro; gritar quer dizer fazer um gesto de fé na proximidade e na disponibilidade à escuta de Deus. A oração expressa a certeza de uma presença divina já experimentada e acreditada, que na resposta salvífica de Deus se manifesta plenamente. Isto é relevante: que na nossa prece seja importante, presente, a certeza da presença de Deus. Assim o Salmista, que se sente cercado pela morte, confessa a sua fé no Deus da vida que, como escudo, o circunda com uma protecção invulnerável; quem pensava que já estava perdido pode erguer a cabeça, porque o Senhor o salva; o orante, ameaçado e desprezado, está na glória, porque Deus é a sua glória.

A resposta divina que ouve a prece oferece ao Salmista uma segurança total; terminou também o medo, e o clamor sossega na paz, numa profunda tranquilidade interior:

«Deito-me, adormeço e acordo,
o Senhor é o meu sustentáculo.
Não temo as grandes multidões
colocadas contra mim» (vv. 6-7).

O orante, mesmo no meio do perigo e da batalha, pode adormecer tranquilo, numa atitude inequívoca de abandono confiante. Ao seu redor os adversários acampam-se, assediam-no, são muitos, levantam-se contra ele, desprezam-no e procuram derrubá-lo, mas ele deita-se e dorme tranquilo e sereno, certo da presença de Deus. E quando acorda, encontra Deus ainda ao seu lado, como guardião que não dorme (cf. *Sl* 121, 3-4), que o sustém, pega-lhe na mão e nunca o abandona. O medo da morte é vencido pela presença daquele que não morre. E precisamente a noite, povoada por

temores ancestrais, a noite dolorosa da solidão e da espera angustiante, agora transforma-se: o que evoca a morte torna-se presença do Eterno.

À visibilidade do assalto inimigo, maciço e imponente, opõe-se a presença invisível de Deus, com todo o seu poder invencível. E é a Ele que de novo o Salmista, depois das suas expressões de confiança, dirige a sua prece: «Levantai-vos, Senhor! Salvai-me, ó meu Deus!» (v. 8a). Os agressores «atacavam» (cf. v. 2) a sua vítima, mas quem se «elevará» é o Senhor», e fá-lo-á para os derrotar. Deus salvá-lo-á, respondendo ao seu grito. Por isso, o Salmo termina com a visão da libertação do perigo que mata e da tentação que pode fazer perecer. Depois do pedido dirigido ao Senhor, de se elevar para salvar, o orante descreve a vitória divina: os inimigos que, com a sua opressão injusta e cruel, são símbolo de tudo o que se opõe a Deus e ao seu plano de salvação, são derrotados. Atingidos na boca, já não poderão agredir com a sua violência destruidora, já não poderão insinuar o mal da dúvida na presença e na obra de Deus: o seu falar insensato e blasfemo é definitivamente desmentido e reduzido ao silêncio pela intervenção salvífica do Senhor (cf. v. 8bc). Assim o Salmista pode concluir a sua prece com uma frase com conotações litúrgicas que celebra, na gratidão e no louvor, o Deus da vida: «O Senhor tem a vitória. Desça a vossa bênção sobre o vosso povo» (v. 9).

Caros irmãos e irmãs, o *Salmo* 3 apresentou-nos uma súplica cheia de confiança e consolação. Recitando este Salmo, podemos fazer nossos os sentimentos do Salmista, figura do justo perseguido que encontra em Jesus o seu cumprimento. Na dor, no perigo, na amargura da incompreensão e da ofensa, as palavras do Salmo abrem o nosso coração à certeza confortadora da fé. Deus está sempre perto — mesmo nas dificuldades, nos problemas e nos contratempos da vida — ouve, responde e salva à sua maneira. Mas é preciso saber reconhecer a sua presença e aceitar os seus modos, como David na sua fuga humilhante do filho Absalão, como o justo perseguido do *Livro da Sabedoria* e, última e definitivamente, como o Senhor Jesus no Gólgota. E quando, aos olhos dos ímpios, Deus parece não intervir e o Filho morre, é precisamente então que se manifesta, para todos os fiéis, a verdadeira glória e a realização definitiva da salvação. Que o Senhor nos conceda a fé, nos ajude na nossa debilidade e nos torne capazes de crer e de rezar em todas as angústias, nas noites dolorosas da dúvida e nos longos

dias da dor, abandonando-nos com confiança a Ele, que é o nosso «escudo» e a nossa «glória». Obrigado!

## 13. "Meu Deus, meu Deus, por que me abandonastes?" *Salmo* 22, (21)

Quarta-feira, 14 de Setembro de 2011

*Queridos irmãos e irmãs,*

Na catequese hodierna gostaria de meditar sobre um Salmo com fortes implicações cristológicas, que sobressai continuamente nas narrações da Paixão de Jesus, com a sua dúplice dimensão de humilhação e glória, de morte e vida. É o *Salmo* 22 segundo a tradição judaica, 21 segundo a tradição greco-latina, uma oração intensa e comovedora, de uma densidade humana e de uma riqueza teológica que fazem dele um dos Salmos mais recitados e estudados de todo o Saltério. Trata-se de uma longa composição poética, e meditaremos de modo particular sobre a sua primeira parte, centrada na lamentação, para aprofundar algumas dimensões significativas da oração de súplica a Deus.

Este Salmo apresenta a figura de um inocente perseguido e circundado de adversários que desejam a sua morte; e ele recorre a Deus numa lamentação dolorosa que, na certeza da fé, se abre misteriosamente ao louvor. Na sua oração, a realidade angustiante do presente e a memória consoladora do passado alternam-se, numa difícil tomada de consciência acerca da sua situação desesperada que, no entanto, não quer renunciar à esperança. O seu clamor inicial é um apelo dirigido a um Deus que parece distante, que não responde e parece tê-lo abandonado:

«Meu Deus, meu Deus, por que me abandonastes?
As palavras do meu clamor não são por Vós ouvidas.
Meu Deus, clamo de dia e não me respondeis;
imploro durante a noite, sem conseguir sossegar» (vv. 2-3).

Deus cala-se, e este silêncio dilacera a alma do orante, que chama incessantemente, mas sem encontrar uma resposta. Os dias e as noites sucedem-se, numa busca incansável de uma palavra, de uma ajuda que não chega; Deus parece tão distante, tão esquecido, tão ausente! A oração pede escuta e resposta, solicita um contacto, procura uma relação que possa

conferir conforto e salvação. Mas se Deus não responde, o grito de ajuda perde-se no vazio e a solidão torna-se insustentável. E no entanto o orante do nosso Salmo, no seu brado, chama três vezes o Senhor «meu» Deus, num extremo gesto de confiança e de fé. Não obstante qualquer aparência, o Salmista não pode acreditar que o vínculo com o Senhor se tenha interrompido totalmente; e enquanto pergunta o porquê do presumível abandono incompreensível, afirma que o «seu» Deus não o pode abandonar.

Como se sabe, o clamor inicial do Salmo, «Meu Deus, meu Deus, por que me abandonastes?», é citado pelos Evangelhos de Mateus e de Marcos como o grito lançado por Jesus agonizante na Cruz (cf. *Mt* 27, 46; *Mc* 15, 34). Ele manifesta toda a desolação do Messias, Filho de Deus, que enfrenta o drama da morte, uma realidade totalmente oposta ao Senhor da vida. Abandonado por quase todos os seus, atraiçoado e renegado pelos discípulos, circundado por quantos o insultam, Jesus encontra-se sob o peso esmagador de uma missão que deve passar pela humilhação e o aniquilamento. Por isso, clama ao Pai, e o seu sofrimento assume as palavras dolorosas do Salmo. Mas o seu grito não é desesperado, como o do Salmista, que na sua súplica percorre um caminho atormentado, mas que no final acaba numa perspectiva de louvor, na confiança da vitória divina. E dado que no uso hebraico citar o início de um Salmo implicava uma referência ao poema inteiro, a prece dilacerante de Jesus, embora mantenha a sua carga de sofrimento indizível, abre-se à certeza da glória. «Não tinha o Messias de sofrer estas coisas para entrar na sua glória?», dirá o Ressuscitado aos discípulos de Emaús (*Lc* 24, 26). Na sua paixão, em obediência ao Pai, o Senhor Jesus atravessa o abandono e a morte para alcançar a vida e para a doar a todos os fiéis.

A este brado inicial de súplica, no nosso *Salmo* 22, segue-se num contraste doloroso a recordação do passado:

«Em Vós confiaram os nossos pais,
confiaram, e Vós os livrastes;
a vós clamaram e foram salvos;
confiaram em Vós e não foram confundidos» (vv. 5-6).

Aquele Deus que hoje ao Salmista parece tão distante é, no entanto, o Senhor misericordioso que Israel sempre experimentou na sua história. O

povo ao qual o orante pertence foi objecto do amor de Deus, e pode dar testemunho da sua fidelidade. A começar pelos Patriarcas, e depois no Egipto e durante a longa peregrinação pelo deserto, na permanência na terra prometida em contacto com populações agressivas e inimigas, até ao obscurecimento do exílio, toda a história bíblica foi uma história de clamores de ajuda da parte do povo e de respostas salvíficas da parte de Deus. E o Salmista faz referência à fé inabalável dos seus Pais, que «confiaram» — esta palavra é repetida três vezes — sem jamais permanecer confundidos. Agora, no entanto, parece que esta série de invocações confiantes e de respostas divinas se interrompeu; a situação do Salmista parece desmentir toda a história da salvação, tornando ainda mais dolorosa a realidade presente.

Mas Deus não pode desmentir-se, e eis então que a oração volta a descrever a situação penosa do orante, para induzir o Senhor a ter piedade e a intervir, como sempre tinha feito no passado. O Salmista define-se «um verme, não um homem, o opróbrio de todos e a abjecção da plebe» (v. 7), é escarnecido, zombado (cf. v. 8) e ferido precisamente na fé: «Confiou no Senhor, que Ele o livre, que o salve, se o ama» (v. 9), dizem. Sob os golpes ultrajantes da ironia e do desprezo, parece quase que o perseguido perde as suas conotações humanas, como o Servo sofredor delineado no *Livro de Isaías* (cf. *Is* 52, 14; 53, 2b-3). E como o justo oprimido, do *Livro da Sabedoria* (cf. 2, 12-20), ou como Jesus no Calvário (cf. *Mt* 27, 39-43), o Salmista vê posta em dúvida a própria relação com o seu Senhor, na evidência cruel e sarcástica daquilo que o faz sofrer: o silêncio de Deus, a sua aparente ausência. E no entanto, Deus esteve presente na existência do orante com uma proximidade e uma ternura inquestionáveis. O Salmista recorda-o ao Senhor: «Na verdade, Vós me tirastes do ventre materno, confiastes-me aos seios de minha mãe. Pertenço-vos desde o ventre materno» (vv. 10-11a). O Senhor é o Deus da vida, que faz nascer e acolher o recém-nascido, e cuida dele com carinho paterno. E se antes recordara a fidelidade de Deus na história do povo, agora o orante volta a evocar a própria história pessoal de relação com o Senhor, remontando ao momento particularmente significativo do início da sua vida. E ali, não obstante a desolação do presente, o Salmista reconhece uma proximidade e um amor divinos tão radicais que agora pode exclamar, numa confissão cheia de fé e

geradora de esperança: «Desde o seio de minha mãe, Vós sois o meu Deus» (v. 11b).

Agora, a lamentação torna-se uma súplica intensa: «Não vos afasteis de mim, porque estou atribulado; não há quem me ajude» (v. 12). A única proximidade que o Salmista sente e que o amedronta é a dos seus inimigos. Portanto, é necessário que Deus se aproxime e que o socorra, porque os inimigos circundam e rodeiam o orante, e são como touros poderosos, como leões que abrem as fauces para rugir e despedaçar (cf. vv. 13-14). A angústia altera a percepção do perigo, aumentando-o. Os adversários parecem invencíveis, tornaram-se animais ferozes e extremamente perigosos, enquanto o Salmista é como um pequeno verme, impotente, sem qualquer defesa. Mas estas imagens utilizadas no Salmo servem também para dizer que quando o homem se torna brutal e agride o irmão, algo de animalesco prevalece sobre ele, que parece perder qualquer semblante humano; a violência tem sempre em si algo de bestial, e só a intervenção salvífica de Deus pode restituir o homem à sua humanidade. Agora, para o Salmista, objecto de uma agressão tão feroz, parece que não existe mais salvação, e a morte começa a tomar posse dele: «Sou como água que se derrama, todos os meus ossos se desconjuntam […] A minha garganta secou-se como barro cozido; a minha língua pegou-se ao meu paladar […] repartem entre si as minhas vestes, e lançam sorte sobre a minha túnica» (vv. 15.16.19). Com imagens dramáticas, que voltamos a encontrar nas narrações da Paixão de Cristo, descreve-se a decomposição do corpo do condenado, o calor insuportável que atormenta o moribundo e que encontra eco no pedido de Jesus: «Tenho sede» (cf. Jo 19, 28), para chegar ao gesto definitivo dos algozes que, como os soldados aos pés da Cruz, repartem entre si as vestes da vítima, já considerada morta (cf. *Mt* 27, 35; *Mc* 15, 24; *Lc* 23, 34; *Jo* 19, 23-24).

Eis então, imperioso, novamente o pedido de socorro: «Mas Vós, Senhor, não vos afasteis de mim; sois o meu auxílio, apressai-vos a ajudar-me […] Salvai-me!» (vv. 20.22a). Trata-se de um grito que descerra os céus, porque proclama uma fé, uma certeza que vai mais além de toda a dúvida, de toda a escuridão e de toda a desolação. E a lamentação transforma-se, deixando espaço ao louvor no acolhimento da salvação: «Vós respondestes-me. Então, anunciarei o vosso Nome aos meus irmãos, e

louvar-vos-ei no meio da assembleia» (vv. 22c-23). Assim, o Salmo abre-se à acção de graças, ao grande hino final que abrange todo o povo, os fiéis do Senhor, a assembleia litúrgica e as gerações vindouras (cf. vv. 24-32). O Senhor acorreu em ajuda, salvou o pobre e mostrou o seu rosto de misericórdia. Morte e vida cruzaram-se num mistério inseparável, e a vida triunfou; o Deus da salvação manifestou-se como Senhor incontestado, que todos os confins da terra celebrarão e diante do qual todas as famílias dos povos se prostrarão. É a vitória da fé, que pode transformar a morte em dom da vida, o abismo da dor em fonte de esperança.

Caríssimos irmãos e irmãs, este Salmo levou-nos ao Gólgota, aos pés da Cruz de Jesus, para reviver a sua paixão e compartilhar a alegria fecunda da Ressurreição. Portanto, deixemo-nos invadir pela luz do mistério pascal, mesmo na aparente ausência de Deus, também no silêncio de Deus e, como os discípulos de Emaús, aprendamos a discernir a verdadeira realidade, para além das aparências, reconhecendo o caminho da exaltação precisamente na humilhação, e a plena manifestação da vida na morte, na cruz. Assim, depositando toda a nossa confiança e a nossa esperança em Deus Pai, em cada angústia também nós O poderemos suplicar com fé, e o nosso grito de ajuda transformar-se-á em cântico de louvor. Obrigado!

## 14. Salmo 23

Quarta-feira, 5 de Outubro de 2011

*Queridos irmãos e irmãs,*

Dirigir-se ao Senhor na oração exige um gesto de confiança radical, com a consciência de nos confiarmos a Deus que é bom, «misericordioso e clemente, vagaroso em encolerizar-se, cheio de bondade e de fidelidade» (*Êx* 34, 6-7; *Sl* 86, 15; cf. *Gl* 2, 13; *Gn* 4, 2; *Sl* 103, 8; 145, 8; *Ne* 9, 17). Por isso, hoje gostaria de meditar convosco sobre um Salmo inteiramente imbuído de confiança, em que o Salmista exprime a sua certeza tranquila de que é guiado e protegido, salvaguardado de todo o perigo, porque o Senhor é o seu pastor. Trata-se do Salmo 23 — segundo os dados greco-latinos, 22 — um texto familiar para todos e amado por todos.

«O Senhor é o meu pastor: nada me falta»: assim começa esta linda oração, evocando o ambiente nómade da pastorícia e a experiência de conhecimento recíproco que se estabelece entre o pastor e as ovelhas que compõem o seu pequeno rebanho. A imagem evoca uma atmosfera de confiança, intimidade e ternura: o pastor conhece as suas ovelhas uma por uma, chama-as pelo nome e elas seguem-no porque o reconhecem e confiam nele (cf. *Jo* 10, 2-4). Ele cuida delas, conserva-as como bens preciosos, pronto a defendê-las, a garantir o seu bem-estar e a fazer com que vivam em tranquilidade. Nada lhes pode faltar, se o pastor estiver com elas. A esta experiência faz referência o Salmista, chamando Deus seu pastor e deixando-se orientar por Ele para pastagens seguras:

«Em verdes prados me faz descansar,
e conduz-me a águas refrescantes.
Reconforta a minha alma
e guia-me pelos caminhos rectos,
por amor do seu nome» (vv. 2-3).

A visão que se abre aos nossos olhos é de verdes prados e águas refrescantes, oásis de paz rumo aos quais o pastor acompanha o rebanho,

símbolos dos lugares de vida para os quais o Senhor conduz o Salmista, que se sente como as ovelhas deitadas na relva ao lado de uma nascente, numa situação de descanso, não em tensão nem em estado de alarme, mas confiantes e tranquilas, porque o lugar é seguro, a água é fresca e o pastor vela sobre elas. E não esqueçamos aqui que a cena evocada do Salmo é ambientada numa terra em boa parte desértica, atingida pelo sol ardente, onde o pastor seminómade médio-oriental vive com o seu rebanho nas estepes que se estendem ao redor dos povoados. Mas o pastor sabe onde encontrar erva e água fresca, essenciais para a vida, sabe conduzir ao oásis em que a alma «se restabelece» e é possível retomar as forças e novas energias para se pôr novamente a caminho.

Como diz o Salmista, Deus guia-o rumo a «verdes prados» e «águas refrescantes», onde tudo é superabundante, tudo é concedido abundantemente. Se o Senhor é o pastor, também no deserto, lugar de ausência e de morte, não esmorece a certeza de uma presença de vida radical, a ponto de poder dizer: «Nada me falta». Com efeito, o pastor tem a peito o bem do seu rebanho, adapta os próprios ritmos e as suas exigências aos das suas ovelhas, caminha e vive com elas, guiando-as por caminhos «rectos», ou seja adequados, com atenção às necessidades delas, e não às suas. A segurança do seu rebanho é a sua prioridade, e a ela obedece ao guiá-lo.

Prezados irmãos e irmãs, também nós, como o Salmista, se caminharmos atrás do «Bom Pastor», por mais difíceis, sinuosos ou longos que possam parecer os percursos da nossa vida, com frequência inclusive em regiões espiritualmente desérticas, sem água e com um sol de racionalismo ardente, sob a guia do Bom Pastor, Cristo, temos a certeza de caminhar pelas estradas «rectas», e que o Senhor nos orienta e está sempre próximo de nós, e nada nos faltará.

Por isso, o Salmista pode declarar uma tranquilidade e uma segurança, sem incertezas nem temores:

«Mesmo que atravesse os vales sombrios,
nenhum mal temerei, porque estais comigo.
O vosso bastão e o vosso cajado dão-me conforto» (v. 4).

Quem atravessa com o Senhor mesmo os vales sombrios do sofrimento, da incerteza e de todos os problemas humanos, sente-se seguro. Tu estás comigo: esta é a nossa certeza, aquela que nos sustém. A escuridão da noite causa medo, com as suas sombras mutáveis, a dificuldade de distinguir os perigos, o seu silêncio cheio de ruídos indecifráveis. Se o rebanho se move depois do pôr-do-sol, quando a visibilidade se faz incerta, é normal que as ovelhas se sintam inquietas, pois há o risco de tropeçar, ou então de se afastar e de se perder, e há ainda o temor de possíveis agressores que se escondam na obscuridade. Para falar do vale «sombrio», o Salmista usa uma expressão hebraica que evoca as trevas da morte, pelo que o vale a atravessar é um lugar de angústia, de ameaças terríveis, de perigo de morte. E no entanto, o orante procede seguro, sem medo, porque sabe que o Senhor está com ele. Aquele «Tu estás comigo» é uma proclamação de confiança inabalável e resume a experiência de fé radical; a proximidade de Deus transforma a realidade, o vale sombrio deixa de ser perigoso, esvaziando-se de qualquer ameaça. Agora, o rebanho pode caminhar tranquilo, acompanhado pelo barulho familiar do bastão que bate no terreno e denota a presença tranquilizadora do pastor.

Esta imagem confortadora encerra a primeira parte do Salmo, e deixa o lugar a um cenário diverso. Ainda estamos no deserto, onde o pastor vive com o seu rebanho, mas agora somos transportados para a sua tenda, que se abre para oferecer hospitalidade:

«Preparais-me um banquete
diante dos meus adversários.
Ungis com óleo a minha cabeça;
e a minha taça transborda» (v. 5).

Agora o Senhor é apresentado como Aquele que recebe o orante, com os sinais de uma hospitalidade generosa e cheia de atenções. O anfitrião divino prepara o alimento na «mesa», um termo que em hebraico indica, no seu sentido primitivo, a pele de animal que era estendida no chão, e sobre a qual eram postos os alimentos para a refeição em comum. Trata-se de um gesto de partilha não só da comida, mas também da vida, numa oferenda de comunhão e de amizade que cria vínculos e exprime solidariedade. E depois há ainda o dom magnânimo do óleo perfumado sobre a cabeça, que dá

alívio ao calor do sol do deserto, refresca e cura a pele, e alegra o espírito com a sua fragrância. Enfim, a taça transbordante acrescenta uma nota de festa, com o seu vinho delicioso, compartilhado com generosidade superabundante. Alimento, óleo e vinho: são os dons que fazem viver e dão alegria porque vão além do que é estritamente necessário e expressam a gratuidade e a abundância do amor. Celebrando a bondade providente do Senhor, o Salmo 104 proclama: «Fazeis brotar a relva para o gado, e plantas úteis para o homem, a fim de que da terra possa extrair o pão e o vinho que alegra o coração do homem, o óleo que lhe faz brilhar o rosto e o pão que lhe sustenta as forças» (vv. 14-15). O Salmista torna-se objecto de muitas atenções, pelo que se vê como um viandante que encontra salvaguarda numa tenda hospitaleira, enquanto os seus adversários devem parar para olhar, sem poder intervir, porque aquele que consideravam sua presa encontrou refúgio, tornou-se hóspede sagrado, intocável. E o Salmista somos nós, se formos realmente crentes em comunhão com Cristo. Quando Deus abre a sua tenda para nos receber, nada nos pode ferir.

Depois, quando o viandante volta a partir, a salvaguarda divina prolonga-se e acompanha-o durante a sua viagem:

«A graça e a bondade hão-de acompanhar-me
todos os dias da minha vida.
A minha morada será a casa do Senhor
ao longo dos dias» (v. 6).

A bondade e a fidelidade de Deus são a escolta que acompanha o Salmista que sai da tenda e se põe novamente a caminho. Mas é um caminho que adquire um novo sentido e se torna peregrinação rumo ao Templo do Senhor, o lugar santo em que o orante quer «habitar» para sempre e para o qual também deseja «voltar». O verbo hebraico aqui utilizado tem o sentido de «voltar», mas com uma pequena modificação vocálica, pode ser entendido como «habitar», e é assim citado pelas antigas versões e pela maior parte das traduções modernas. Ambos os sentidos podem ser conservados: voltar ao Templo e ali habitar é o desejo de cada israelita, e habitar perto de Deus na sua proximidade e bondade é o anseio e a saudade de cada crente: poder habitar realmente onde está Deus, perto de Deus. O seguimento do Pastor conduz à sua casa; esta é a meta de cada

caminho, oásis almejado no deserto, tenda de refúgio na fuga dos inimigos, lugar de paz onde experimentar a bondade e o amor fiel de Deus, dia após dia, na alegria serena de um tempo sem fim.

As imagens deste Salmo, com a sua riqueza e profundidade, acompanharam toda a história e a experiência religiosa do povo de Israel e acompanham os cristãos. A figura do pastor, em particular, evoca o tempo originário do Êxodo, o longo caminho no deserto, como um rebanho sob a guia do Pastor divino (cf. *Is* 63, 11-14; *Sl* 77, 20-21; 78, 52-54). E na Terra prometida o rei tinha a tarefa de apascentar a grei do Senhor, como David, pastor escolhido por Deus e figura do Messias (cf. *2 Sm* 5, 1-2; 7, 8; Sl 78, 70-72). Depois, após o exílio da Babilónia, como que num novo Êxodo (cf. *Is* 40, 3-5.9-11; 43, 16-21), Israel é reconduzido à sua pátria como uma ovelha tresmalhada que voltou a ser encontrada, reconduzida por Deus para verdes prados e lugares de descanso (cf. *Ez* 34, 11-16.23-31). Mas é no Senhor Jesus que toda a força evocativa do nosso Salmo alcança a sua totalidade, encontra a sua plenitude de significado: Jesus é o «Bom Pastor» que vai à procura da ovelha tresmalhada, que conhece as suas ovelhas e que dá a própria vida por elas (cf. *Mt* 18, 12-14; *Lc* 15, 4-7; *Jo* 10, 2-4.11-18); Ele é a vereda, o caminho recto que nos leva à vida (cf. *Jo* 14, 6), a luz que ilumina o vale sombrio e vence todo o nosso medo (cf. *Jo* 1, 9; 8, 12; 9, 5; 12, 46). Ele é o anfitrião generoso que nos recebe e nos protege dos inimigos, preparando-nos a mesa do seu Corpo e do seu Sangue (cf. *Mt* 26, 26-29; *Mc* 14, 22-25; *Lc* 22, 19-20), e a mesa definitiva do banquete messiânico no Céu (cf. *Lc* 14, 15 ss.; *Ap* 3, 20; 19, 9). Ele é o Pastor real, rei na mansidão e no perdão, entronizado no madeiro glorioso da Cruz (cf. *Jo* 3, 13-15; 12, 32; 17, 4-5).

Caros irmãos e irmãs, o Salmo 23 convida-nos a renovar a nossa confiança em Deus, abandonando-nos totalmente nas suas mãos. Portanto, peçamos com fé ao Senhor que nos conceda, também através das estradas difíceis do nosso tempo, caminhar sempre pelas suas sendas como um rebanho dócil e obediente, nos receba na sua casa, à sua mesa e nos conduza a «águas refrescantes» para que, no acolhimento do dom do seu Espírito, possamos saciar-nos nas suas nascentes, fontes daquela água viva «que jorra para a vida eterna» (*Jo* 4, 14; cf. 7, 37-39). Obrigado!

## 15. Salmo 126

Quarta-feira, 12 de Outubro de 2011

*Prezados irmãos e irmãs*

Nas catequeses precedentes meditámos sobre alguns Salmos de lamentação e confiança. Hoje gostaria de reflectir convosco sobre um Salmo com características alegres, uma prece que, no júbilo, canta as maravilhas de Deus. É o Salmo 126 — 125 segundo a numeração greco-latina — que celebra as grandes obras que o Senhor realizou com o seu povo e que, continuamente, faz com cada crente.

O Salmista, em nome de Israel inteiro, começa a sua oração, recordando a experiência exaltante da salvação:

«Quando o Senhor restaurar o destino de Sião,
será para nós como um sonho.
A nossa boca encher-se-á de alegria, e os nossos lábios, de canções» (vv. 1-2a).

O Salmo fala de um «destino restaurado», ou seja, restituído ao estado originário, em toda a sua positividade precedente. Isto é, começa-se a partir de uma situação de sofrimento e necessidade, à qual Deus responde realizando a salvação e levando o orante à condição precedente, aliás, enriquecida e melhorada. É quanto acontece com Job, quando o Senhor lhe restitui tudo aquilo que ele tinha perdido, duplicando-o e concedendo-lhe uma bênção ainda maior (cf. *Jb* 42, 10-13), e é isto que experimenta o povo de Israel, quando volta para a pátria do exílio babilónico. É precisamente em relação ao fim da deportação para a terra estrangeira que este Salmo é interpretato: a expressão «restaurar o destino de Sião» é lida a entendida pela tradição como «fazer voltar os cativos de Sião». Com efeito, o regresso do exílio é o paradigma de cada intervenção divina de salvação, porque a queda de Jerusalém e a deportação para a Babilónia foram uma experiência devastadora para o povo eleito, não só nos planos político e social, mas inclusive e sobretudo nos planos religioso e espiritual. A perda da terra, o

fim da monarquia davídica e a destruição do Templo parecem como uma negação das promessas divinas, e o povo da aliança, disperso entre os pagãos, interroga-se dolorosamente sobre um Deus que parece tê-lo abandonado. Por isso, o fim da deportação e o regresso à pátria são experimentados como uma volta maravilhosa à fé, à confiança e à comunhão com o Senhor; é um «restabelecimento do destino», que implica também conversão do coração, perdão, amizade reencontrada com Deus, consciência da sua misericórdia e possibilidade renovada de O louvar (cf. *Jr* 29, 12-14; 30, 18-20; 33, 6-11; *Ez* 39, 25-29). Trata-se de uma experiência de alegria transbordante, de sorrisos e gritos de júbilo, tão exaltante que «parece um sonho». As intervenções divinas têm com frequência formas inesperadas, que vão além do que o homem possa imaginar; eis, então, a maravilha e a alegria que expressam no louvor: «O Senhor fez maravilhas». É quanto dizem as nações, e é aquilo que proclama Israel:

«Então, dir-se-á entre os povos:
“O Senhor faz maravilhas com eles!”.
O Senhor faz maravilhas connosco;
em nós, tudo é alegria» (vv. 2b-3).

Deus faz grandes obras na história dos homens. Realizando a salvação, revela-se a todos como Senhor poderoso e misericordioso, refúgio do oprimido, que não se esquece do clamor dos pobres (cf. *Sl* 9, 10.13), que ama a justiça e o direito, e de cujo amor a terra está cheia (cf. *Sl* 33, 5). Por isso, diante da libertação do povo de Israel, todos os povos reconhecem as grandes obras e as maravilhas que Deus faz pelo seu povo e celebram o Senhor na sua realidade de Salvador. E Israel faz eco à proclamação das nações, e retoma-a repetindo-a, mas como protagonista, como destinatário directo da obra divina: «O Senhor faz maravilhas connosco»; «por nós», ou ainda mais precisamente, «connosco», em hebraico *‘immanû'*, confirmando assim aquela relação privilegiada que o Senhor mantém com os seus eleitos e que encontrará no nome Emanuel, «Deus connosco», com que é chamado Jesus, o seu ápice e a sua plena manifestação (cf. *Mt* 1, 23).

Caros irmãos e irmãs, na nossa oração deveríamos considerar mais frequentemente o modo como, nas vicissitudes da nossa vida, o Senhor nos protegeu, guiou e ajudou, e louvá-lo por aquilo que fez e faz por nós. Temos

que prestar mais atenção às coisas boas que o Senhor nos concede. Estamos sempre atentos aos problemas e dificuldades, e quase não queremos ver que existem maravilhas que derivam do Senhor. Esta atenção, que se torna gratidão, é muito importante para nós e cria em nós uma memória do bem que nos ajuda também nas horas obscuras. Deus realiza maravilhas, e quem as experimenta — atento à bondade do Senhor com a atenção do coração — sente-se cheio de alegria. Com esta característica de alegria conclui-se a primeira parte do Salmo. Ser salvo e regressar à pátria do exílio é como voltar à vida: a libertação abre ao sorriso, mas juntamente com a expectativa, a um cumprimento que se deve desejar e pedir. Esta é a segunda parte do nosso Salmo que reza assim:

«Restabelecei, Senhor, o nosso destino, como as torrentes do Negueb.
Os que semeiam com lágrimas, recolhem entre cânticos.
Na partida vai chorando,
o que leva a semente;
no regresso vem cantando,
o que transporta os feixes das espigas» (vv. 4-6).

Se no início da sua oração, o Salmista celebrava a alegria de um destino já restaurado pelo Senhor, agora pede-a como algo ainda a realizar-se. Se aplicarmos este Salmo ao regresso do exílio, esta aparente contradição explicar-se-ia com a experiência histórica, feita por Israel, de um regresso difícil à pátria, só parcial, que induz o orante a pedir uma nova intervenção divina para completar o restabelecimento do povo.

Mas o Salmo vai além do dado puramente histórico, abrindo-se a dimensões mais amplas, de tipo teológico. Contudo, a experiência consoladora da libertação da Babilónia ainda está incompleta, «já» ocorrida, mas «ainda não» distinta pela plenitude definitiva. Assim, enquanto na alegria celebra a salvação recebida, a prece abre-se à expectativa da realização plena. Por isso, o Salmo utiliza imagens especiais que, com a sua complexidade, remetem para a realidade misteriosa da redenção, em que se entrelaçam dom recebido e esperado, vida e morte, júbilo de sonho e lágrimas de dor. A primeira imagem refere-se aos rios secos do deserto de Negueb que, com as chuvas, se enchem de água impetuosa que dá nova vida ao terreno árido, fazendo-o reflorescer. Portanto, o pedido do Salmista

é que o restabelecimento do destino do povo e o regresso do exílio sejam como aquela água, impetuosa e incessante, e capaz de transformar o deserto num imenso campo de relva verde e de flores.

A segunda imagem passa das colinas áridas e rochosas de Negueb para os campos que os camponeses cultivam para dali tirar o alimento. Para falar da salvação, evoca-se aqui a experiência que cada ano se renova no mundo agrícola: o momento difícil e cansativo da sementeira e depois a alegria transbordante da colheita. Uma sementeira que é acompanhada pelas lágrimas, porque se lança o que ainda poderia tornar-se pão, expondo-se a uma expectativa cheia de incertezas: o camponês trabalha, prepara o terreno, lança a semente mas, como explica bem a parábola do semeador, não sabe onde esta semente cai, se os pássaros a comerão, se brotará, se lançará raízes, se chegará a tornar-se espiga (cf. *Mt* 13, 3-9; *Mc* 4, 2-9; *Lc* 8, 4-8). Semear é um gesto de confiança e esperança; é necessária a diligência do homem, mas depois deve-se entrar numa expectativa impotente, consciente de que muitos factores serão determinantes para o bom êxito da colheita e que o risco de uma falência está sempre à espreita. E no entanto, ano após ano, o camponês repete o seu gesto e lança a sua semente. E quando ela se torna espiga, e os campos se enchem de searas, eis a alegria de quem se encontra diante de um prodígio extraordinário. Jesus conhecia bem esta experiência, e falava dela com os seus: «Dizia: “O Reino de Deus é como um homem que lança a semente à terra. Quer esteja a dormir, quer se levante, de noite e de dia, a semente germina e cresce, sem ele saber como”» (*Mc* 4, 26-27). É o mistério escondido da vida, são as grandes «maravilhas» da salvação que o Senhor realiza na história dos homens, e cujo segredo os homens ignoram. A intervenção divina, quando se manifesta plenamente, demonstra uma dimensão impetuosa, como os rios do Negueb e como o trigo nos campos, este último evocador também de uma desproporção típica das realidades de Deus: desproporção entre o cansaço da sementeira e a imensa alegria da colheita, entre a ansiedade da espera e a visão tranquilizadora dos celeiros cheios, entre as pequenas sementes lançadas à terra e as grandes quantidades de feixes dourados pelo sol. Com a ceifa, tudo se transforma, o pranto termina, deixando lugar aos gritos de alegria exultante.

A tudo isto faz referência o Salmista para falar da salvação, da libertação, do restabelecimento do destino, da volta do exílio. A deportação para a Babilónia, como todas as outras situações de sofrimento e de crise, com a sua escuridão dolorosa, feita de dúvidas e de aparente distância de Deus, na realidade — diz o nosso Salmo — é como uma sementeira. No Mistério de Cristo, à luz do Novo Testamento, a mensagem faz-se ainda mais explícita e clara: o crente que atravessa a escuridão é como o grão de trigo que cai à terra e morre, mas para dar muito fruto (cf. *Jo* 12, 24); ou então, retomando outra imagem querida a Jesus, é como a mulher que sofre as dores de parto para poder chegar à alegria de dar à luz uma nova vida (cf. *Jo* 16, 21).

Amados irmãos e irmãs, este Salmo ensina-nos que, na nossa oração, devemos permanecer sempre abertos à esperança e firmes na fé em Deus. A nossa história, mesmo marcada muitas vezes pela dor, por incertezas e por momentos de crise, é uma história de salvação e de «restabelecimento do destino». Em Jesus, todos os nossos exílios terminam, e toda a lágrima é enxugada, no mistério da sua Cruz, da morte transformada em vida, como grão de trigo que se abre na terra, tornando-se espiga. Também para nós esta descoberta de Jesus Cristo é o grande júbilo do «sim» de Deus, do restabelecimento do nosso destino. Mas como aqueles que — tendo voltado da Babilónia cheios de alegria — encontraram uma terra depauperada e devastada, assim como a dificuldade da sementeira, e sofreram chorando pois não sabiam se realmente no fim haveria a colheita, do mesmo modo nós, após a grande descoberta de Jesus Cristo — a nossa vida, a verdade e o caminho — entrando no terreno da fé, na «terra da fé», encontramos com frequência uma vida obscura, dura, difícil, uma sementeira com lágrimas, mas temos a certeza de que a luz de Cristo nos concede no final, realmente, a grande colheita. E devemos aprender isto também nas noites escuras, sem esquecer que há a luz, que Deus já está no meio da nossa vida e que podemos semear com grande confiança, porque o «sim» de Deus é mais forte que todos nós. É importante não perder esta recordação da presença de Deus na nossa vida, esta alegria profunda que Deus entrou na nossa vida, libertando-nos: é a gratidão pela descoberta de Jesus Cristo, que veio entre nós. E esta gratidão transforma-se em esperança, é estrela da esperança que nos dá a confiança, é a luz, porque precisamente as dores da sementeira são o início da vida nova, da grande e definitiva alegria de Deus.

## 16. O “Grande Hallel”

Salmo 136 (135)

Quarta-feira, 19 de Outubro de 2011

*Estimados irmãos e irmãs*

Hoje gostaria de meditar convosco sobre um Salmo que resume toda a história da salvação, da qual o Antigo Testamento nos dá testemunho. Trata-se de um grande hino de louvor que celebra o Senhor nas múltiplas e repetidas manifestações da sua bondade ao longo da história dos homens; é o Salmo 136 — ou 135, segundo a tradição greco-latina.

Solene oração de acção de graças, conhecido como o «Grande Hallel», este Salmo é tradicionalmente cantado no final da ceia pascal judaica e provavelmente foi rezado também por Jesus na última Páscoa, celebrada com os discípulos; com efeito, é a ele que parece aludir a anotação dos Evangelistas: «Depois de cantar os Salmos, saíram para o horto das Oliveiras» (cf. *Mt* 26, 30; *Mc* 14, 26). O horizonte do louvor ilumina assim o caminho difícil do Gólgota. Todo o Salmo 136 se desenvolve em forma de ladainha, ritmado pela repetição da antífona, «porque o seu amor é para sempre». Ao longo da composição são citados os numerosos prodígios de Deus na história dos homens e as suas intervenções contínuas a favor do seu povo; e a cada proclamação da obra salvífica do Senhor, responde a antífona com a motivação fundamental do louvor: o amor eterno de Deus, um amor que, segundo o termo hebraico utilizado, exige fidelidade, misericórdia, bondade, graça e ternura. Este é o motivo unificador de todo o Salmo, repetido de forma sempre igual, enquanto mudam as suas manifestações pontuais e paradigmáticas: a criação, a libertação do êxodo, o dom da terra, a ajuda providente e constante do Senhor pelo seu povo e por todas as criaturas.

Depois de um tríplice convite à acção de graças ao Deus soberano (cf. vv. 1-3), celebra-se o Senhor como Aquele que realiza «maravilhas» (v. 4), a primeira das quais é a criação: o céu, a terra e os astros (cf. vv. 5-9). O

mundo criado não é um simples cenário no qual se insere o agir salvífico de Deus, mas é o próprio início daquele agir maravilhoso. Com a criação, o Senhor manifesta-se em toda a sua bondade e beleza, compromete-se com a vida, revelando uma vontade de bem da qual brotam todas as outras obras de salvação. E no nosso Salmo, evocando o primeiro capítulo do Génesis, o mundo criado é resumido nos seus elementos principais, insistindo em particular sobre os astros, o sol, a lua e as estrelas, criaturas magníficas que governam o dia e a noite. Aqui não se fala da criação do ser humano, mas ele está sempre presente; o sol e a lua servem para ele — para o homem — cadenciar o tempo da humanidade, pondo-a em relação com o Criador, sobretudo através da indicação dos tempos litúrgicos.

E é precisamente a festa da Páscoa que é evocada logo depois quando, passando à manifestação de Deus na história, começa o grande evento da libertação da escravidão egípcia, do êxodo traçado nos seus elementos mais significativos: a libertação do Egipto com o flagelo dos primogénitos egípcios, a saída do Egipto, a passagem do mar Vermelho, o caminho no deserto, até à entrada na Terra prometida (cf. vv. 10-20). Estamos no momento originário da história de Israel. Deus interveio poderosamente para levar o seu povo à liberdade; através de Moisés, seu enviado, impôs-se ao faraó, revelando-se em toda a sua grandeza e, enfim, dominou a resistência dos Egípcios com o terrível flagelo da morte dos primogénitos. Assim Israel pode deixar o país da escravidão com o ouro dos seus opressores (cf. *Êx* 12, 35-36), «de cabeça erguida» (*Êx* 14, 8), no sinal exultante da vitória. Inclusive no mar Vermelho o Senhor age com poder misericordioso. Diante de um Israel assustado à vista dos Egípcios que o perseguem, a ponto de se arrepender de ter deixado o Egipto (cf. *Êx* 14, 10-12) Deus, como diz o nosso Salmo, «dividiu em duas partes o mar Vermelho […] fez passar Israel pelo meio […] fazendo precipitar o faraó e o seu exército» (vv. 13-15). A imagem do mar Vermelho «dividido» em dois parece evocar a ideia do mar como um grande monstro que é cortado em duas partes, tornando-se assim inofensivo. O poder do Senhor derrota o perigo das forças da natureza e militares postas em campo diante dos homens: o mar, que parecia impedir o caminho ao povo de Deus, deixa Israel passar por terra seca e depois volta a fechar-se sobre os Egípcios, arrasando-os. «A mão poderosa e o braço estendido» do Senhor (cf. *Dt* 5, 15; 7, 19; 26, 8) mostram-se assim em toda a sua força salvífica: o opressor

injusto foi derrotado, engolido pelas águas, enquanto o povo de Deus «passa pelo meio» para continuar o seu caminho rumo à liberdade.

Agora o nosso Salmo faz referência a este caminho, recordando com uma frase muito breve o longo peregrinar de Israel rumo à Terra prometida: «Guiou o seu povo pelo deserto, porque o seu amor é eterno» (v. 16). Estas palavras encerram uma experiência de quarenta anos, um tempo decisivo para Israel que, deixando-se guiar pelo Senhor, aprende a viver de fé, na obediência e na docilidade à lei de Deus. São anos difíceis, marcados pela dureza da vida no deserto, mas também anos felizes, de confiança no Senhor, de confiança filial; é o tempo da «juventude», como o define o profeta Jeremias, falando a Israel, em nome do Senhor, com expressões cheias de ternura e de saudade: «Lembro-me da tua fidelidade, no tempo da tua mocidade, do amor dos teus desposórios, quando me seguias no deserto, naquela terra que não se semeia» (*Jr* 2, 2). Como o pastor do Salmo 23, que pudemos contemplar numa catequese, por quarenta anos o Senhor guiou o seu povo, educou-o e amou-o, conduzindo-o até à Terra prometida, vencendo a resistência e hostilidade de povos inimigos que queriam impedir o seu caminho de salvação (cf. vv. 17-20).

Na sucessão das «maravilhas» que o nosso Salmo enumera, chega-se assim ao momento do dom conclusivo, ao cumprimento da promessa divina feita aos Pais: «Entregou as suas terras como herança, porque o seu amor é eterno. Como património de Israel, seu servo, porque o seu amor é eterno!» (vv. 21-22). Agora, na celebração do amor eterno do Senhor, faz-se memória do dom da terra, um dom que o povo deve receber sem nunca se apoderar dele, vivendo continuamente numa atitude de acolhimento reconhecido e grato. Israel recebe o território onde habitar como «herança», um termo que de modo genérico designa a posse de um bem recebido de outrem, um direito de propriedade que, de modo específico, faz referência ao património paterno. Uma das prerrogativas de Deus é «doar»; e agora, no fim do caminho do êxodo, Israel, destinatário do dom, como um filho, entra na Terra da promessa cumprida. Terminou o tempo da vadiagem, debaixo das tendas, numa vida caracterizada pela precariedade. Agora começou o tempo feliz da estabilidade, da alegria de construir as casas, de plantar as vinhas e de viver com segurança (cf. *Dt* 8, 7-13). Mas é também o tempo da tentação idolátrica, da contaminação com os pagãos e da auto-

suficiência que leva a esquecer a Origem do dom. Por isso, o Salmista menciona a humilhação e os inimigos, uma realidade de morte em que o Senhor, mais uma vez, se revela como Salvador: «No nosso abatimento ele lembrou-se de nós, porque a sua misericórdia é eterna. E livrou-nos dos nossos inimigos, porque a sua misericórdia é eterna» (vv. 23-24).

Nesta altura surge a pergunta: como podemos fazer deste Salmo uma nossa oração, como podemos fazer nosso este Salmo para a nossa prece? A moldura do Salmo é importante, no início e no fim: é a criação. Voltaremos a este ponto: a criação como o grande dom de Deus do qual vivemos, no qual Ele se revela na sua bondade e grandeza. Portanto, ter presente a criação como dádiva de Deus é um ponto comum para todos nós. Depois, segue-se a história da salvação. Naturalmente, nós podemos dizer: esta libertação do Egipto, o tempo do deserto, a entrada na Terra Santa e depois os demais problemas, estão muito distantes de nós, não são a nossa história. Mas temos que prestar atenção à estrutura fundamental desta oração. A estrutura fundamental é que Israel se recorda da bondade do Senhor. Nesta história existem muitos vales obscuros, há numerosas passagens de dificuldade e de morte, mas Israel recorda-se que Deus era bom e pode sobreviver neste vale obscuro, neste vale da morte, porque se recorda. Tem a memória da bondade do Senhor, do seu poder; a sua misericórdia é válida eternamente. E isto é importante também para nós: ter uma memória da bondade do Senhor. A memória torna-se força da esperança. A memória diz-nos: Deus existe, Deus é bom, a sua misericórdia é eterna. E assim a memória abre, mesmo na obscuridade de um dia, de um tempo, o caminho rumo ao futuro: é luz e estrela que nos guia. Também nós temos uma memória do bem, do amor misericordioso e eterno de Deus. A história de Israel já é uma memória também para nós, do modo como Deus se manifestou e criou para Si um povo. Depois, Deus fez-se homem, um de nós: viveu connosco, sofreu connosco e morreu por nós. E permanece connosco no Sacramento e na Palavra. É uma história, uma memória da bondade de Deus que nos garante a sua bondade: o seu amor é eterno. E depois, também nestes dois mil anos da história da Igreja, há sempre de novo a bondade do Senhor. Após o período obscuro da perseguição nazista e comunista, Deus libertou-nos, demonstrou-nos que é bom, que é forte, que a sua misericórdia é válida para sempre. E, assim como na história comum, colectiva, está presente esta memória da bondade de Deus, ajuda-nos, torna-

se para nós a estrela da esperança, também cada um tem a sua história pessoal de salvação, e realmente temos que valorizar esta história, ter sempre presente a memória das maravilhas que Ele fez inclusive na minha vida, para ter confiança: a sua misericórdia é eterna. E se hoje estou na noite obscura, amanhã Ele libertar-me-á, porque a sua misericórdia é eterna.

Voltemos ao Salmo, porque no final retorna à criação. O Senhor — diz assim — «dá o alimento a todos os seres vivos, porque a sua misericórdia é eterna» (v. 25). A oração do Salmo conclui-se com um convite ao louvor: «Louvai o Deus do céu, porque a sua misericórdia é eterna». O Senhor é Pai bom e providente, que dá a herança aos próprios filhos e concede a todos o alimento para viver. O Deus que criou os céus, a terra e as grandes luzes celestes, que entra na história dos homens para levar à salvação todos os seus filhos é o Deus que enche o universo com a sua presença de bem, cuidando da vida e doando o pão. O poder invisível do Criador e Senhor, cantado no Salmo, revela-se na pequena visibilidade do pão que nos oferece, com o qual nos faz viver. E assim, este pão quotidiano simboliza e sintetiza o amor de Deus como Pai, e abre-nos ao cumprimento neotestamentário, àquele «pão de vida», a Eucaristia, que nos acompanha na nossa existência de crentes, antecipando a alegria definitiva do banquete messiânico no Céu.

Irmãos e irmãs, o louvor de bênção do *Salmo* 136 fez-nos repercorrer as etapas mais importantes da história da salvação, até chegar ao mistério pascal, em que a acção salvífica de Deus alcança o seu ápice. Portanto, é com alegria reconhecida que celebramos o Criador, Salvador e Pai fiel, que «Deus amou de tal modo o mundo, que lhe deu o seu Filho único, para que todo o que nele crer não pereça, mas tenha a vida eterna» (*Jo* 3, 16). Na plenitude dos tempos, o Filho de Deus faz-se homem para dar a vida, para a salvação de cada um de nós, e oferece-se como pão no mistério eucarístico para nos fazer entrar na sua aliança, que nos torna filhos. A este ponto chegam a bondade misericordiosa de Deus e a sublimidade do seu «amor para sempre».

Por isso, quero concluir esta catequese, fazendo minhas as palavras que são João escreve na sua *Primeira Carta* e que deveríamos ter sempre presentes na nossa oração: «Vede com que amor nos amou o Pai, para que

fôssemos chamados filhos de Deus. E de facto nós o somos» (*1 Jo* 3, 1). Obrigado!

## 17. Salmo 119 (118)

Quarta-feira, 9 de Novembro de 2011

*Prezados irmãos e irmãs*

Nas últimas catequeses reflectimos sobre alguns Salmos que são exemplos dos géneros típicos da oração: lamentação, confiança e louvor. Na catequese de hoje, gostaria de meditar sobre o Salmo 119 segundo a tradição judaica, e 118 segundo a tradição greco-latina: um Salmo muito particular, único do seu género. Antes de tudo, pelo seu comprimento: com efeito, é composto por 176 versículos, divididos em 22 estrofes de oito versículos cada uma. Além disso, tem a peculiaridade de ser um «acróstico alfabético»: ou seja, é construído segundo o alfabeto hebraico, que é composto por 22 letras. Cada estrofe corresponde a uma letra daquele alfabeto, e com tal letra começa a primeira palavra dos oito versículos da estrofe. Trata-se de uma construção literária original e muito difícil, em que o autor do Salmo teve de demonstrar toda a sua habilidade.

Mas aquilo que para nós é mais importante é a temática central deste Salmo: com efeito, trata-se de um imponente e solene canto sobre a *Torah* do Senhor, ou seja sobre a sua Lei, um termo que na sua acepção mais ampla e completa, deve ser compreendido como ensinamento, instrução, directriz de vida; a *Torah* é revelação, é Palavra de Deus que interpela o homem e suscita a sua resposta de obediência confiante e de amor generoso. E este salmo está inteiramente impregnado de amor pela Palavra de Deus, o qual celebra a sua beleza, a sua força salvífica, a sua capacidade de doar alegria e vida. Porque a Lei divina não é um jugo pesado de escravidão, mas um dom de graça que nos torna livres e nos leva para a felicidade. «Delicio-me com as vossas leis, jamais esquecerei as vossas palavras», afirma o Salmista (v. 16); e depois: «Dirigi-me pela senda dos vossos preceitos, porque neles me deleito» (v. 35); e ainda: «Quanto amo a vossa lei! Nela medito todos os dias» (v. 97). A Lei do Senhor, a sua Palavra, é o centro da vida do orante; aí encontra consolação, dela faz objecto de meditação e conserva-a no seu coração: «Guardo no meu coração as vossas

promessas, para não pecar contra Vós» (v. 11): este é o segredo da felicidade do Salmista; e depois ainda: «Os soberbos forjam mentiras contra mim, mas com toda a alma quero guardar os vossos mandamentos» (v. 69).

A fidelidade do Salmista nasce da escuta da Palavra, a conservar no íntimo, meditando-a e amando-a, precisamente como Maria, que «conservava, poderando-as no seu coração», as palavras que lhe tinham sido dirigidas e os acontecimentos maravilhosos em que Deus se revelava, pedindo o seu consentimento de fé (cf. *Lc* 2, 19.51). E se o nosso Salmo começa nos primeiros versículos, proclamando «feliz» «os que conduzem os seus passos na Lei do Senhor» (v. 1b) e «quantos observam os seus preceitos» (v. 2a), é ainda a Virgem Maria que completa a figura perfeita do crente, descrito pelo Salmista. Com efeito, Ela é a verdadeira «bem-aventurada», assim proclamada por Isabel, porque «acreditou que teriam cumprimento as coisas que lhe foram ditas da parte do Senhor» (*Lc* 1, 45), e é dela e da sua fé que o próprio Jesus dá testemunho quando, à mulher que tinha bradado: «Felizes as entranhas que te trouxeram», responde: «Felizes aqueles que ouvem a palavra de Deus e a põem em prática!» (*Lc* 11, 27-28). Sem dúvida, Maria é feliz porque o seu ventre trouxe o Salvador, mas principalmente porque acolheu o anúncio de Deus e foi guardiã atenta e amorosa da sua Palavra.

Por conseguinte, o Salmo 119 desenvolve-se inteiramente ao redor desta Palavra de vida e de bem-aventurança. Embora o seu tema central sejam a «Palavra» e a «Lei» do Senhor, ao lado destes termos recorrem em quase todos os versículos sinónimos como «preceitos», «decretos», «ordens», «ensinamentos», «promessa», «juízos»; e além disso muitos verbos a eles correlativos, como observar, guardar, compreender, conhecer, amar, meditar e viver. Todo o alfabeto se desenvolve através das 22 estrofes deste Salmo, e também todo o vocabulário da relação confiante do crente com Deus; aqui encontramos o louvor, a acção de graças, a confiança, mas inclusive a súplica e a lamentação, porém sempre imbuídos da certeza da graça divina e do poder da Palavra de Deus. Também os versículos mais marcados pela dor e pelo sentido de obscuridade permanecem abertos à esperança e são permeados de fé. «A minha alma está colada ao pó; dai-me a vida, segundo a vossa palavra» (v. 25), reza confiante o Salmista; «Sou como odre exposto ao fumo, mas não esqueço os vossos preceitos» (v. 83), é o seu clamor de

crente. Mesmo sendo posta à prova, a sua fidelidade encontra força na Palavra do Senhor: «Assim, darei resposta àquele que me insulta, porque confio na vossa palavra» (v. 42), diz ele com firmeza; e inclusive diante da perspectiva angustiante da morte, os decretos do Senhor constituem o seu ponto de referência e a esperança de vitória: «Por pouco não me eliminaram desta terra, mas eu nunca renego os vossos preceitos» (v. 87).

A lei divina, objecto do amor apaixonado do Salmista e de cada crente, é fonte de vida. O desejo de a compreender, de a observar e de orientar para ela todo o seu ser é a característica do homem justo e fiel ao Senhor, que a «medita dia e noite», como recita o Salmo 1 (v. 2); trata-se de uma lei, a de Deus, que devemos conservar «no coração», como reza o famoso texto do *Shema* no Deuteronómio:

Escuta, ó Israel… Estes mandamentos que hoje te imponho serão gravados no teu coração. Ensiná-los-ás aos teus filhos, e meditá-los-ás quer em tua casa, quer em viagem, quer ao deitar-te, ou ao levantar-te (6, 4.6-7).

Centro da existência, a Lei de Deus exige a escuta do coração, uma escuta feita de obediência não servil, mas filial, confiante e consciente. A escuta da Palavra é encontro pessoal com o Senhor da vida, um encontro que deve traduzir-se em escolhas concretas e tornar-se caminho e seguimento. Quando se lhe pergunta o que é necessário fazer para alcançar a vida eterna, Jesus aponta o caminho da observância da Lei, mas indicando o modo de o fazer para lhe dar cumprimento: «Falta-te apenas uma coisa: vai, vende tudo o que tens, dá o dinheiro aos pobres e terás um tesouro no Céu; depois, vem e segue-me!» (*Mc* 10, 21 e par.). O cumprimento da Lei consiste em seguir Jesus, percorrer o caminho de Jesus, em companhia de Jesus.

Portanto, o Salmo 119 leva-nos ao encontro com o Senhor e orienta-nos para o Evangelho. Ele contém um versículo sobre o qual agora gostaria de meditar: é o v. 57: «Eu declarei, Senhor, ser meu quinhão guardar os vossos mandamentos». Também noutros Salmos o orante afirma que o Senhor é o seu «quinhão», a sua herança: «Senhor, Vós sois a parte da minha herança e da minha taça», recita o Salmo 16 (v. 5a), «O Senhor é para sempre a rocha do meu coração e a minha herança» é a proclamação do fiel no Salmo 73 (v.

26 b), e ainda, no Salmo 142, o Salmista clama ao Senhor: «Vós sois o meu refúgio, Vós sois o meu quinhão na terra dos vivos» (v. 6b).

Este termo, «quinhão», evoca o acontecimento da repartição da terra prometida entre as tribos de Israel, quando não foi atribuída aos levitas porção alguma de território, porque o seu «quinhão» era o próprio Senhor. Dois textos do Pentateuco são explícitos a este propósito, utilizando o termo em questão: «O Senhor disse a Aarão: "Nada possuirás na terra deles, e não terás *parte* alguma entre eles. Eu sou a tua *parte* e a tua herança no meio dos israelitas"», assim declara o Livro dos Números (18, 20), e o Deuteronómio reitera: «Por isso, Levi não teve *parte* nem herança entre os seus irmãos: Deus é a sua herança, como lhe prometeu o Senhor, teu Deus» (*Dt* 10, 9; cf. 18, 2; *Gn* 13, 33; *Ez* 44, 28).

Os sacerdotes, pertencentes à tribo de Levi, não podem ser proprietários de terras no país que Deus oferecia em herança ao seu povo, cumprindo a promessa feita a Abraão (cf. *Gn* 12, 1-7). A posse da terra, elemento fundamental de estabilidade e de possibilidade de sobrevivência, era um sinal de bênção, porque implicava a possibilidade de construir uma casa, de aí crescer os próprios filhos, de cultivar os campos e de viver dos frutos da terra. Pois bem os levitas, mediadores do sagrado e da bênção divina, não podem ter, como os outros israelitas, este sinal exterior da bênção e esta fonte de subsistência. Inteiramente consagrados ao Senhor, devem viver apenas dele, abandonados ao seu amor providencial e à generosidade dos seus irmãos, sem dispor de uma herança porque Deus é o seu quinhão de herança, Deus é a sua terra, que os faz viver em plenitude.

E agora, o orante do Salmo 119 aplica a si mesmo esta realidade: «O Senhor é o meu quinhão». O seu amor a Deus e à sua Palavra leva-o à escolha radical de possuir o Senhor como único bem e também de conservar as suas palavras com um dom inestimável, mais precioso que toda a herança e toda a posse terrena. Com efeito, o nosso versículo tem a possibilidade de uma dupla tradução e poderia ser apresentado também do seguinte modo: «Eu declarei, Senhor, ser meu quinhão guardar as vossas palavras». As duas traduções não se contradizem mas, ao contrário, completam-se reciprocamente: o Salmista afirma que a sua parte é o Senhor, mas que também conservar as palavras divinas é a sua herança,

como depois dirá no v. 111: «A minha herança serão sempre as vossas ordens, elas são a alegria da minha alma». Esta é a felicidade do Salmista: a ele, assim como aos levitas, foi confiada como porção de herança a Palavra de Deus.

Caríssimos irmãos e irmãs, estes versículos são de grande importância também hoje, para todos nós. Em primeiro lugar para os sacerdotes, chamados a viver unicamente do Senhor e da sua Palavra, sem outras seguranças, possuindo-O como único bem e única fonte de vida verdadeira. É nesta luz que se compreende a livre escolha do celibato pelo Reino dos céus, a ser redescoberto na sua beleza e força. Mas estes versículos são importantes também para todos os fiéis, povo de Deus pertencente unicamente a Ele, «reino de sacerdotes» pelo Senhor (cf. *1 Pt* 2, 9; *Ap* 1, 6; 5, 10), chamados à radicalidade do Evangelho, testemunhas da vida trazida por Cristo, novo e definitivo «Sumo Sacerdote», que se ofereceu em sacrifício pela salvação do mundo (cf. *Hb* 2, 17; 4, 14-16; 5, 5-10; 9, 11 ss.). O Senhor e a sua Palavra: eis a nossa «terra», na qual viver na comunhão e alegria.

Portanto, deixemos que o Senhor grave no nosso coração este amor pela sua Palavra, e que nos conceda de O ter, bem como a sua santa vontade, sempre no centro da nossa existência. Peçamos que a nossa prece e toda a nossa vida sejam iluminadas pela Palavra de Deus, lâmpada para os nossos passos e luz para o nosso caminho, como diz o Salmo 119 (cf. v. 105), de tal modo que o nosso caminhar seja seguro, na terra dos homens. E Maria, que acolheu e gerou a Palavra, seja a nossa guia e o nosso conforto, estrela polar que indica o caminho da felicidade.

Então, também nós poderemos alegrar-nos na nossa oração, como o orante do Salmo 16, pelos dons inesperados do Senhor e a herança imerecida que nos coube como sorte:

«Senhor, Vós sois a parte da minha herança e da minha taça…
As medidas caíram-me em lugares aprazíveis,
e agrada-me a minha herança» (*Sl* 16, 5.6).

## 18. O Rei Messias
## Salmo 110 (109)

Quarta-feira, 16 de Novembro de 2011

*Queridos irmãos e irmãs,*

Gostaria de terminar hoje as minhas catequeses sobre a oração do Saltério meditando acerca de um dos mais famosos «Salmos reais», um Salmo que o próprio Jesus citou e que os autores do Novo Testamento retomaram e leram amplamente com referência ao Messias, a Cristo. Trata-se do Salmo 110 segundo a tradição judaica, 109 segundo a greco-latina: um Salmo muito amado pela Igreja antiga e pelos crentes de todos os tempos. Inicialmente esta oração talvez estivesse relacionada com a entronização de um rei davídico; contudo o seu sentido vai além da específica contingência do facto histórico abrindo-se a dimensões mais amplas e tornando-se assim celebração do Messias vitorioso, glorificado à direita de Deus.

O Salmo inicia com uma declaração solene:

Oráculo do Senhor ao meu senhor:
«Senta-te à minha direita, enquanto ponho os teus inimigos como escabelo dos teus pés» (v. 1).

O próprio Deus entroniza o rei na glória, fazendo-o sentar à sua direita, um sinal de grandíssima honra e de absoluto privilégio. O rei é admitido desta forma a participar do senhorio divino, do qual é mediador junto do povo. Este senhorio do rei concretiza-se também na vitória sobre os adversários, que são colocados aos seus pés pelo próprio Deus; a vitória sobre os inimigos é do Senhor, mas o rei é disso tornado partícipe e o seu triunfo torna-se testemunho e sinal do poder divino.

A glorificação real expressa neste início do Salmo foi assumida no Novo Testamento como profecia messiânica; por isso o versículo é um dos mais usados pelos autores neotestamentais, ou como citação explícita ou

como alusão. O próprio Jesus mencionou este versículo a propósito do Messias para mostrar que o Messias é mais do que David, é o Senhor de David (cf. *Mt* 22, 41-45; *Mc* 12, 35-37; *Lc* 20, 41-44). E Pedro retoma-o no seu sermão de Pentecostes, anunciando que com a ressurreição de Cristo se realiza esta entronização do rei e que a partir de agora Cristo está à direita do Pai, participa do Senhorio de Deus sobre o mundo (cf. *Act* 2, 29-35). De facto, é o Cristo, o Senhor entronizado, o Filho do homem sentado à direita de Deus que vem sobre as nuvens do céu, como o próprio Jesus se define durante o processo diante do Sinédrio (cf. *Mt* 26, 63-64; *Mc* 14, 61-62; cf. também *Lc* 22, 66-69). É Ele o verdadeiro rei que com a sua ressurreição entrou na glória à direita do Pai (cf. *Rm* 8, 34; *Ef* 2, 5; *Cl* 3, 1: *Hb* 8, 1; 12, 2), feito superior aos anjos, sentado no céu acima de qualquer poder e com todos os adversários aos seus pés, até quanto a última inimiga, a morte, for derrotada definitivamente por Ele (cf. *1 Cor* 15, 24-26; *Ef* 1, 20-23; *Hb* 1, 3-4.13; 2, 5-8; 10, 12-13; *1 Pd* 3, 22). E compreende-se imediatamente que este rei que está à direita de Deus e participa do seu Senhorio, não é um destes homens sucessores de David, mas só o novo David, o Filho de Deus que venceu a morte e participa realmente na glória de Deus. É o nosso rei, que nos dá também a vida eterna.

Existe, por conseguinte, uma relação inseparável entre o rei celebrado pelo nosso Salmo e Deus; os dois governam juntos um único governo, a tal ponto que o Salmista pode afirmar que é o próprio Deus quem estende o ceptro do soberano atribuindo-lhe a tarefa de dominar sobre os seus adversários, como recita o versículo 2:

O ceptro do teu poder ser-te-á enviado desde Sião pelo Senhor:
domina no meio dos teus inimigos!

O exercício do poder é um encargo que o rei recebe directamente do Senhor, uma responsabilidade que deve viver na dependência e na obediência, tornando-se assim sinal, no âmbito do povo, da presença poderosa e providente de Deus. O domínio sobre os inimigos, a glória e a vitória são dons recebidos, que fazem do soberano um mediador do triunfo divino sobre o mal. Ele domina sobre os inimigos transformando-os, e vencendo-os com o seu amor.

Por isso, no versículo seguinte, celebra-se a grandeza do rei. O versículo 3, na realidade, apresenta algumas dificuldades de interpretação. No texto original judaico faz-se referência à convocação do exército à qual o povo responde generosamente reunindo-se à volta do seu rei no dia da sua coroação. A tradução grega dos LXX, que remonta aos séculos III-II antes de Cristo, diferentemente, faz referência à filiação divina do rei, ao seu nascimento ou geração por parte do Senhor, e é esta a escolha interpretativa de toda a tradição da Igreja, pela qual o versículo ressoa do seguinte modo:

«És príncipe desde o dia do teu nascimento,
entre esplendores sagrado.
Eu mesmo te gerei como orvalho,
antes da aurora».

Este oráculo divino sobre o rei afirmaria portanto uma geração divina repleta de esplendor e de mistério, uma origem secreta e imperscrutável, ligada à beleza arcana da aurora e ao prodígio do orvalho que à luz do amanhecer brilha sobre os campos e os torna fecundos. Delineia-se assim, indissoluvelmente relacionada com a realidade celeste, a figura do rei que vem realmente de Deus, do Messias que leva ao povo a vida divina e é mediador de santidade e de salvação. Também aqui vemos que tudo isto não é realizado pela figura de um rei davídico, mas pelo Senhor Jesus Cristo, que provém realmente de Deus; Ele é a luz que traz a vida divina ao mundo.

Com esta sugestiva e enigmática imagem termina a primeira estrofe do Salmo, à qual se segue outro oráculo, que abre uma nova perspectiva, em sintonia com uma dimensão conexa com a realeza. O versículo 4 recita:

O Senhor jurou e não voltará atrás:
«Tu és sacerdote para sempre
segundo a ordem de Melquisedeque».

Melquisedeque era o sacerdote rei de Salém que tinha abençoado Abraão e oferecido pão e vinho depois da vitoriosa campanha militar guiada pelo patriarca para salvar o sobrinho Lot das mãos dos inimigos que o tinham capturado (cf. *Gn* 14). Na figura de Melquisedeque, poder real e sacerdotal convergem e são agora proclamados pelo Senhor numa declaração que promete eternidade: o rei celebrado pelo Salmo será

sacerdote para sempre, mediador da presença divina no meio do seu povo, através da bênção que vem de Deus e que na acção litúrgica se encontra com a resposta bendizente do homem.

A *Carta aos Hebreus* faz referência explícita a este versículo (cf. 5, 5-6.10; 6, 19-20) e centra sobre ele todo o capítulo 7, elaborando a sua reflexão sobre o sacerdócio de Cristo. Jesus, assim nos diz a *Carta aos Hebreus* à luz do salmo 110(109), é o sacerdote verdadeiro e definitivo, que dá cumprimento às características do sacerdócio de Melquisedeque tornando-as perfeitas.

Melquisedeque, como diz a *Carta aos Hebreus*, não tinha «pai, nem mãe, nem genealogia» (7, 3a), por conseguinte sacerdote não segundo as regras dinásticas do sacerdócio levítico. Por isso, ele «é sacerdote para sempre» (7, 3c), prefiguração de Cristo, sumo sacerdote perfeito que «não se tornou tal segundo uma lei prescrita pelos homens, mas pelo poder de uma vida indestrutível» (7, 16). No Senhor Jesus que ressuscitou e subiu ao céu, onde está sentado à direita do Pai, concretiza-se a profecia do nosso Salmo e o sacerdócio de Melquisedeque é levado a cumprimento, porque é absoluto e eterno, tendo-se tornado uma realidade que não conhece ocaso (cf. 7, 24). E a oferta do pão e do vinho, realizada por Melquisedeque no tempo de Abraão, tem o seu cumprimento no gesto eucarístico de Jesus, que no pão e no vinho se oferece a si mesmo e, uma vez vencida a morte, leva à vida todos os crentes. Sacerdote perene, «santo, inocente, sem mancha» (7, 26), ele, como diz ainda a *Carta os Hebreus*, «pode salvar perfeitamente os que por Ele se aproximam de Deus, vivendo sempre para interceder em seu favor» (7, 25).

Depois deste oráculo divino do versículo 4, com o seu juramento solene, o cenário do Salmo muda e o poeta, dirigindo-se directamente ao rei, proclama: «O Senhor está à tua direita!» (v. 5a). Se no versículo 1 era o rei quem se sentava à direita de Deus em sinal de sumo prestígio e de honra, agora é o Senhor que se coloca à direita do soberano para o proteger com o escudo na batalha e para o salvar de qualquer perigo. O rei está protegido. Deus é o seu defensor e juntos combatem e vencem qualquer mal.

Abrem-se assim os versículos finais do Salmo com a visão do soberano triunfante que, apoiado pelo Senhor, tendo recebido d'Ele poder e glória (cf.

v. 2), se opõe aos inimigos dispersando os adversários e julgando as nações. A escolha é apresentada com fortes tonalidades, para significar a dramaticidade do combate e a plenitude da vitória real. O soberano, protegido pelo Senhor, abate qualquer obstáculo e procede seguro rumo à vitória. Diz-nos: sim, há tanto mal no mundo, há uma batalha permanente entre o bem e o mal, e parece que o mal é mais forte. Não, o Senhor é mais forte, o nosso verdadeiro rei e sacerdote Cristo, porque combate com toda a força de Deus e, apesar de todas as coisas que nos fazem ter dúvidas sobre o êxito positivo da história, vence Cristo e vence o bem, vence o amor e não o ódio.

Insere-se aqui a imagem sugestiva com a qual se conclui o nosso Salmo, que é também uma palavra enigmática.

Bebe da torrente no caminho
e, logo a seguir, ergue a cabeça (v. 7).

No meio da descrição da batalha, sobressai a figura do rei que, num momento de trégua e de repouso, mata a sede na torrente de água, encontrando nela alívio e novo vigor, de modo a poder retomar o seu caminho triunfante, de cabeça levantada, em sinal de vitória definitiva. É óbvio que esta palavra muito enigmática era um desafio para os Padres da Igreja devido às diversas interpretações que se podiam dar. Assim, por exemplo, Santo Agostinho diz: esta torrente é o ser humano, a humanidade, e Cristo bebeu desta torrente tornando-se homem, e desta forma, entrando na humanidade do ser humano, levantou a cabeça e agora é a cabeça do Corpo místico, é a nossa cabeça, é o vencedor definitivo (cf. *Enarratio in Psalmum* CIX, 20: PL 36, 1462).

Queridos amigos, seguindo a linha interpretativa do Novo Testamento, a tradição da Igreja teve em grande consideração este Salmo como um dos textos messiânicos mais significativos. E, de forma eminente, os Padres a ele fizeram referência contínua em chave cristológica: o rei cantado pelo Salmista é, definitivamente Cristo, o Messias que instaura o Reino de Deus e vence os poderes do mundo, é o Verbo gerado pelo Pai antes de todas as criaturas, antes da aurora, o Filho encarnado morto e ressuscitado e sentado no céu, o sacerdote eterno que, no mistério do pão e do vinho, concede a remissão dos pecados e a reconciliação com Deus, o rei que levanta a

cabeça triunfando sobre a morte com a sua ressurreição. Seria suficiente recordar mais uma vez um trecho do comentário de Santo Agostinho sobre este Salmo, quando escreve: «Era necessário conhecer o único Filho de Deus, que estava para vir entre os homens, para assumir o homem e para se tornar homem através da natureza assumida: ele morreu, ressuscitou, subiu ao céu, sentou-se à direita do Pai e realizou entre as nações quanto tinha prometido… Por conseguinte, tudo isto tinha que ser profetizado, tinha que ser prenunciado, tinha que ser indicado como destinado a acontecer, para que, tendo chegado imprevistamente, não amedrontasse. Mas fosse prenunciado, bastante aceite com fé, alegria e esperado. Insere-se no âmbito destas promessas este Salmo, o qual profetiza, com palavras tão certas quanto explícitas, o nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, que nós não podemos minimamente duvidar que ele seja realmente anunciado o Cristo» (cf. *Enarratio in Psalmum* CIX: PL 36, 1447).

O acontecimento pascal de Cristo torna-se assim a realidade para a qual nos convida a olhar o Salmo, a olhar para Cristo a fim de compreender o sentido da verdadeira realeza, que deve ser vivida no serviço e na doação de si, num caminho de obediência e de amor levado «até ao fim» (cf. *Jo* 13, 1 e 19, 30). Por conseguinte, ao rezar com este Salmo, pedimos ao Senhor para poder andar também nós pelos seus caminhos, no seguimento de Cristo, o rei Messias, dispostos a subir com Ele ao monte da cruz para alcançar com Ele a glória, e para o contemplar sentado à direita do Pai, rei vitorioso e sacerdote misericordioso que concede o perdão e a salvação a todos os homens. E também nós, tornados, por graça de Deus, «estirpe eleita, sacerdócio real, nação santa» (cf. *1 Pd* 2, 9), podemos beber com alegria da nascente da salvação (cf. *Is* 12, 3) e proclamar a todo o mundo as maravilhas d'Aquele que nos «chamou das trevas para a luz maravilhosa» (cf. *1 Pd* 2, 9).

Queridos amigos, nestas últimas catequeses quis apresentar-vos alguns Salmos, orações preciosas que encontramos na Bíblia e que reflectem as várias situações da vida e os diversos estados de ânimo que podemos ter em relação a Deus. Gostaria então de renovar a todos o convite a rezar com os Salmos, possivelmente habituando-se a utilizar a Liturgia das Horas da Igreja, as Laudes das manhã, as Vésperas da tarde, a Completa antes de adormecer. A nossa relação com Deus só poderá ser enriquecida no

caminho quotidiano rumo a Ele e realizada com maior alegria e confiança. Obrigado.

## 19. A oração atravessa toda a vida de Jesus

Quarta-feira, 30 de Novembro de 2011

*Queridos irmãos e irmãs,*

Nas últimas catequeses reflectimos sobre alguns exemplos de oração no Antigo Testamento, e hoje gostaria de começar a olhar para Jesus, para a sua oração, que atravessa toda a sua vida, como um canal secreto que irriga a existência, as relações e os gestos, e que O guia, com firmeza progressiva, rumo ao dom total de Si mesmo, segundo o desígnio de amor de Deus Pai. Jesus é o Mestre também das nossas orações, aliás, Ele é o nosso sustento concreto e fraterno, cada vez que nos dirigimos ao Pai. Verdadeiramente, como resume um título do *Compêndio do Catecismo da Igreja Católica*, «a oração é plenamente revelada e realizada em Jesus» (nn. 541-547). Nas próximas catequeses desejamos olhar para Ele.

Um momento particularmente significativo deste seu caminho é a oração que se segue ao baptismo, ao qual se submete no rio Jordão. O Evangelista Lucas escreve que Jesus, depois de ter recebido, juntamente com todo o povo, o baptismo das mãos de João Baptista, entra numa oração extremamente pessoal e prolongada: «Todo o povo tinha sido baptizado; tendo Jesus sido baptizado também, e estando Ele a orar, o céu abriu-se e o Espírito Santo desceu sobre Ele» (*Lc* 3, 21-22). Precisamente este «estar em oração», em diálogo com o Pai, ilumina a obra que Ele realizou juntamente com muitos do seu povo, que acorreram à margem do Jordão. Rezando, Ele confere a este seu gesto, do baptismo, uma característica exclusiva e pessoal.

João Baptista tinha dirigido um apelo vigoroso a viver verdadeiramente como «filhos de Abraão», convertendo-se para o bem e produzindo frutos dignos de tal mudança (cf. *Lc* 3, 7-9). E um grande número de israelitas moveu-se, como recorda o Evangelista Marcos, o qual escreve: «Saíam ao seu encontro [de João] todos os habitantes da Judeia e de Jerusalém, e eram baptizados por ele no rio Jordão, confessando os seus pecados» (*Mc* 1, 5).

João Baptista anunciava algo realmente novo: submeter-se ao baptismo devia marcar uma mudança determinante, abandonar um comportamento ligado ao pecado e começar uma vida nova. Também Jesus acolhe este convite, entra na multidão triste dos pecadores que esperam à margem do Jordão. Mas, como aos primeiros cristãos, também em nós surge a interrogação: por que Jesus se submete voluntariamente a este baptismo de penitência e de conversão? Não tem pecados para confessar, não tinha pecados, e portanto também não tinha necessidade de se converter. Então, por que este gesto? O Evangelista Mateus descreve a admiração de João Baptista, que afirma: «Eu é que tenho necessidade de ser baptizado por ti e Tu vens a mim?» (*Mt* 3, 14), e a resposta de Jesus: «Deixa por agora. Convém que cumpramos assim toda a justiça» (v. 15). O sentido da palavra «justiça» no mundo bíblico é aceitar plenamente a vontade de Deus. Jesus mostra a sua proximidade àquela parte do seu povo que, seguindo João Baptista, reconhece que é insuficiente o simples considerar-se filho de Abraão, mas quer cumprir a vontade de Deus, deseja comprometer-se para que o seu comportamento seja uma resposta fiel à aliança oferecida por Deus em Abraão. Então, descendo ao rio Jordão, Jesus sem pecado torna visível a sua solidariedade para com aqueles que reconhecem os próprios pecados, escolher arrepender-se e mudar de vida; faz compreender que pertencer ao povo de Deus significa entrar numa perspectiva de novidade de vida, de vida segundo Deus.

Neste gesto, Jesus antecipa a cruz, dá início à sua actividade assumindo o lugar dos pecadores, carregando sobre os seus ombros o peso da culpa da humanidade inteira, cumprindo a vontade do Pai. Recolhendo-se em oração, Jesus mostra o vínculo íntimo com o Pai que está nos Céus, experimenta a sua paternidade, captura a beleza exigente do seu amor e, no diálogo com o Pai, recebe a confirmação da sua missão. Nas palavras que ressoam do Céu (cf. *Lc* 3, 22) há a referência antecipada ao mistério pascal, à cruz e à ressurreição. A voz divina define-o «O meu Filho muito amado», evocando Isaac, o amadíssimo filho que o pai Abraão estava disposto a sacrificar, segundo a ordem de Deus (cf. *Gn* 22, 1-14). Jesus não é só *o Filho de David*, descendente messiânico real, ou o Servo do qual Deus se compraz, mas é também *o Filho unigénito, o amado*, semelhante a Isac, que Deus Pai oferece para a salvação do mundo. No momento em que, através da oração, Jesus vive em profundidade a própria filiação e a experiência da

paternidade de Deus (cf. *Lc* 3, 22b), desce o Espírito Santo (cf. *Lc* 3, 22a), que o guia na sua missão e que Ele efundirá depois de ter sido elevado na cruz (cf. *Jo* 1, 32-34; 7, 37-39), para que ilumine a obra da Igreja. Na oração, Jesus vive um contacto ininterrupto com o Pai, para realizar até ao fim o desígnio de amor pelos homens.

No fundo desta oração extraordinária encontra-se toda a existência de Jesus, vivida numa família profundamente ligada à tradição religiosa do povo de Israel. Demonstram-no as referências que encontramos nos Evangelhos: a sua circuncisão (cf. *Lc* 2, 21) e a sua apresentação no templo (cf. Lc 2, 22-24), assim como a educação e a formação em Nazaré, na casa santa (cf. *Lc* 2, 39-40 e 2, 51-52). Trata-se de «cerca de trinta anos» (*Lc* 3, 23), um tempo prolongado de vida escondida e útil, embora com as experiências de participação em momentos de expressão religiosa comunitária, como as peregrinações a Jerusalém (cf. *Lc* 2, 41). Narrando-nos o episódio de Jesus no templo quando tinha doze anos, sentado no meio dos doutores (cf. *Lc* 2, 42-52), o Evangelista Lucas deixa entrever como Jesus, que reza depois do baptismo no Jordão, tem um prolongado hábito de oração íntima com Deus Pai, arraigada nas tradições, no estilo da sua família e nas experiências decisivas nela vividas. A resposta do menino de doze anos a Maria e José já indica aquela filiação divina, que a voz celeste manifesta após o baptismo: «Por que me procuráveis? Não sabíeis que devia estar em casa de meu Pai?» (*Lc* 2, 49). Ao sair das águas do Jordão, Jesus não inaugura a sua oração, mas continua a sua relação constante, habitual com o Pai; e é nesta união íntima com Ele que realiza a passagem da vida escondida de Nazaré, para o seu ministério público.

O ensinamento de Jesus sobre a oração deriva, sem dúvida, do seu modo de rezar, adquirido em família, mas tem a sua origem profunda e essencial no seu ser o Filho de Deus, na sua relação singular com Deus Pai. À pergunta: *De quem aprendeu Jesus a rezar?*, o *Compêndio do Catecismo da Igreja Católica* assim responde: «Jesus, segundo o seu coração de homem, foi ensinado a rezar por sua Mãe e pela tradição judaica. Mas a sua oração brota de uma fonte secreta, porque Ele é o Filho eterno de Deus que, na sua santa humanidade, dirige a seu Pai a oração filial perfeita» (n. 541).

Na narração evangélica, as ambientações da oração de Jesus colocam-se sempre na encruzilhada entre a inserção na tradição do seu povo e a novidade de uma relação pessoal singular com Deus. «O lugar deserto» (cf. *Mc* 1, 35; *Lc* 5, 16) em que se retira com frequência, «o monte» onde sobe para rezar (cf. *Lc* 6, 12; 9, 28) e «a noite» que lhe permite a solidão (cf. *Mc* 1, 35; 6, 46-47; *Lc* 6, 12) evocam momentos do caminho da revelação de Deus no Antigo Testamento, indicando a continuidade do seu desígnio salvífico. Mas, ao mesmo tempo, indicam momentos de importância particular para Jesus que, de modo consciente, se insere neste plano, totalmente fiel à vontade do Pai.

Também na nossa oração temos que aprender, cada vez mais, a entrar nesta história de salvação, cujo ápice é Jesus, renovar diante de Deus a nossa decisão pessoal para nos abrirmos à sua vontade, pedir-lhe a força de conformar a nossa vontade com a sua, em toda a nossa vida, em obediência ao seu desígnio de amor por nós.

A oração de Jesus diz respeito a todas as fase do seu ministério e a todos os seus dias. As dificuldades não a impedem. Aliás, os Evangelhos deixam transparecer um hábito de Jesus, de transcorrer em oração uma parte da noite. O Evangelista Marcos narra uma destas noites, depois do dia pesado da multiplicação dos pães, e escreve: «Jesus obrigou logo os seus discípulos a subirem para o barco e a irem à frente, outro outro lado, rumo a Betsaida, enquanto Ele próprio despedia a multidão. Depois de os ter despedido, foi ao monte para orar. Já era noite, o barco estava no meio do mar e Ele sozinho em terra» (*Mc* 6, 45-47). Quando as decisões se fazem urgentes e complexas, a sua prece torna-se mais prolongada e intensa. Na iminência da escolha dos doze Apóstolos, por exemplo, Lucas sublinha a duração da oração preparatória de Jesus à noite: «Naqueles dias, Jesus foi para o monte fazer a oração e passou toda a noite a orar a Deus. Quando nasceu o dia, convocou os seus discípulos e escolheu doze dentre eles, aos quais deu o nome de Apóstolos» (*Lc* 6, 12-13).

Olhando para a oração de Jesus, em nós deve surgir uma pergunta: como rezo eu, como oramos nós? Que tempo dedico à relação com Deus? Tem-se hoje uma educação e formação suficiente para a oração? E quem pode ser mestre nisto? Na Exortação Apostólica *Verbum Domini* falei sobre

a importância da leitura orante da Sagrada Escritura. Reunindo o que sobressaiu na Assembleia do Sínodo dos Bispos, pus em evidência especial a forma específica da *lectio divina*. Ouvir, meditar e silenciar diante do Senhor que fala é uma arte, que se aprende praticando-a com constância. Certamente, a oração é um dom, que todavia é necessário acolher; é obra de Deus, mas exige o nosso compromisso e continuidade; sobretudo, a continuidade e a constância são importantes. Precisamente a experiência exemplar de Jesus mostra que a sua oração, animada pela paternidade de Deus e pela comunhão do Espírito, aprofundou-se num exercício prolongado e fiel, até ao Horto das Oliveiras e à Cruz. Hoje, os cristãos são chamados a tornar-se testemunhas de oração, precisamente porque o nosso mundo se encontra muitas vezes fechado ao horizonte divino e à esperança que contém o encontro com Deus. Na amizade profunda com Jesus e vivendo nele e com Ele a relação filial com o Pai, através da nossa oração fiel e constante, podemos abrir janelas para o Céu de Deus. Aliás, ao percorrer o caminho da oração, sem respeitos humanos, podemos ajudar outros a percorrê-lo: também para a oração cristã é verdade que, caminhando, é que se abrem caminhos.

Amados irmãos e irmãs, eduquemo-nos para uma relação intensa com Deus, para uma prece que não seja esporádica, mas constante, cheia de confiança, capaz de iluminar a nossa vida, como nos ensina Jesus. E peçamos-lhe que possamos comunicar às pessoas que estão próximas de nós, àqueles que encontramos ao longo do nosso caminho, a alegria do encontro com o Senhor, Luz para a nossa existência. Obrigado!

## 20. A jóia do Hino de júbilo

Quarta-feira, 7 de Dezembro de 2011

*Queridos irmãos e irmãs!*

Os evangelistas Mateus e Lucas (cf. *Mt* 11, 25-30; e *Lc* 10, 21-22) deixaram-nos em herança uma «joia» da oração de Jesus, que muitas vezes é chamado *Hino de júbilo*, ou *Hino de júbilo messiânico*. Trata-se de uma oração de reconhecimento e de louvor, como pudemos ouvir. No original grego dos Evangelhos, o verbo com que este hino começa, e que expressa a atitude de Jesus quando se dirige ao Pai, é *exomologoumai*, traduzido frequentemente com «presto louvor» (*Mt* 11, 25 e *Lc* 10, 21). Mas nos escritos do Novo Testamento, este verbo indica principalmente estas duas coisas: a primeira é «*reconhecer até ao fundo*» — por exemplo, João Baptista pedia que se reconhecesse até ao fundo os próprios pecados, àqueles que iam ter com ele para se fazer baptizar (cf. *Mt* 3, 6); a segunda coisa consiste em «*estar de acordo*». Portanto, a expressão com que Jesus dá início à sua oração contém o seu *reconhecer até ao fundo*, plenamente, o agir de Deus Pai e, ao mesmo tempo, o seu estar em *total, consciente e jubiloso acordo* com este modo de agir, com o desígnio do Pai. O Hino de júbilo constitui o ápice de um caminho de oração no qual sobressai claramente a profunda e íntima comunhão de Jesus com a vida do Pai no Espírito Santo, e manifesta-se a sua filiação divina.

Jesus dirige-se a Deus, chamando-lhe «Pai». Este termo expressa a consciência e a certeza de Jesus, de que é «o Filho», e está em comunhão íntima e constante com Ele, e este é o ponto central e a fonte de cada oração de Jesus. Vemo-lo claramente na última parte do Hino, que ilumina todo o texto. Jesus diz: «Tudo me foi entregue por meu Pai, e ninguém conhece quem é o Filho senão o Pai, nem quem é o Pai, a não ser o Filho, e aquele a quem o Filho houver por bem revelar-lho» (*Lc* 10, 22). Por conseguinte, Jesus afirma que somente «o Filho» conhece verdadeiramente o Pai. Cada conhecimento entre as pessoas — todos nós o experimentamos nos nossos relacionamentos humanos — exige um envolvimento, um certo vínculo

interior entre aquele que conhece e aquele que é conhecido, a nível mais ou menos profundo: não se pode conhecer, sem uma comunhão do ser. No Hino de júbilo, como em cada uma das suas orações, Jesus demonstra que o verdadeiro conhecimento de Deus pressupõe a comunhão com Ele: só permanecendo em comunhão com o outro, começo a conhecer; e assim também com Deus: só se eu tiver um contacto verdadeiro, se estiver em comunhão, posso também conhecê-lo. Portanto, o verdadeiro conhecimento está reservado ao Filho, o Unigénito que desde sempre se encontra no seio do Pai (cf. *Jo* 1, 18), em perfeita unidade com Ele. Somente o Filho conhece verdadeiramente Deus, permanecendo em comunhão íntima do ser; só o Filho pode revelar verdadeiramente quem é Deus.

O nome «Pai» é seguido por um segundo título, «Senhor do céu e da terra». Com esta expressão, Jesus recapitula a fé na criação e faz ressoar as primeiras palavras da Sagrada Escritura: «No princípio, Deus criou o céu e a terra» (*Gn* 1, 1). Rezando, Ele evoca a grandiosa narração bíblica da história de amor de Deus pelo homem, que começa com a obra da criação. Jesus insere-se nesta história de amor, constitui o seu ápice e o seu cumprimento. Na sua experiência de oração, a Sagrada Escritura é iluminada e revive na sua mais completa amplidão: anúncio do mistério de Deus e resposta do homem transformado. Todavia, através da expressão: «Senhor do céu e da terra» podemos reconhecer também o modo como em Jesus, o Revelador do Pai, volta a apresentar-se ao homem a possibilidade de aceder a Deus.

Agora, interroguemo-nos: a quem deseja o Filho, revelar os mistérios de Deus? No início do Hino, Jesus manifesta a sua alegria, porque a vontade do Pai consiste em manter estas coisas escondidas aos doutos e aos sábios, e em revelá-las aos pequeninos (cf. *Lc* 10, 21). Nesta expressão da sua oração, Jesus manifesta a sua comunhão com a decisão do Pai, que revela os seus mistérios a quantos têm um coração simples: a vontade do Filho é uma só com a do Pai. A revelação divina não se realiza em conformidade com a lógica terrena, para a qual são os homens cultos e poderosos que possuem os conhecimentos importantes e que depois os transmitem às pessoas mais simples, aos pequeninos. Deus recorreu a um outro estilo: os destinatários da sua comunicação foram precisamente os «pequeninos». Esta é a vontade do Pai, e o Filho compartilha-a com alegria. O *Catecismo*

*da Igreja Católica* diz: «O seu estremecimento — "Sim Pai!" — revela o íntimo do seu coração, a sua adesão ao "beneplácito" do Pai, como um eco do "Fiat" da sua Mãe aquando da sua concepção e como prelúdio do que Ele próprio dirá ao Pai na sua agonia. Toda a oração de Jesus está nesta adesão amorosa do seu coração de homem ao "mistério da vontade" do Pai (*Ef* 1, 9)» (n. 2.603). Daqui deriva a invocação que, no *Pai-Nosso* dirigimos a Deus: «Seja feita a vossa vontade, assim na terra como no céu»: com Cristo e em Cristo, também nós pedimos para entrar em sintonia com a vontade do Pai, tornando-nos assim também nós seus filhos. Portanto, neste Hino de júbilo Jesus manifesta a vontade de empenhar no seu conhecimento filial de Deus todos aqueles que o Pai quer tornar partícipes do mesmo; e aqueles que recebem esta dádiva são os «pequeninos».

Mas o que significa «ser pequenino», simples? Qual é «a pequenez» que abre o homem à intimidade filial com Deus e ao acolhimento da sua vontade? Qual deve ser a atitude de fundo da nossa oração? Meditemos sobre o «Sermão da montanha», onde Jesus afirma: «Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus» (*Mt* 5, 8). É a pureza do coração, aquela que permite reconhecer o rosto de Deus em Jesus Cristo; é ter um coração simples, como o das crianças, sem a presunção daqueles que se fecham em si mesmos, pensando que não têm necessidade de ninguém, nem sequer de Deus.

É interessante observar também a ocasião em que Jesus irrompe neste Hino ao Pai. Na narração evangélica de Mateus, é a alegria porque, não obstante as oposições e as rejeições, existem «pequeninos» que acolhem a sua palavra e se abrem ao dom da fé n'Ele. Com efeito, o Hino de júbilo é precedido pelo contraste entre o elogio de João Baptista, um dos «pequeninos» que reconheceram o agir de Deus em Jesus Cristo (cf. *Mt* 11, 2-19), e a repreensão pela incredulidade das cidades do lago, «nas quais se tinha verificado a maior parte dos seus milagres» (cf. *Mt* 11, 20-24). Por conseguinte, o júbilo é visto por Mateus em relação às palavras com as quais Jesus constata a eficácia da sua palavra e da sua obra: «Ide contar a João o que vedes e ouvis: os cegos vêem os coxos andam, os leprosos ficam limpos e os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e a Boa Nova é anunciada aos pobres… Bem-aventurado aquele que não encontra em mim ocasião de escândalo!» (*Mt* 11, 4-6).

Inclusive são Lucas apresenta o Hino de júbilo relacionado com um momento de desenvolvimento do anúncio do Evangelho. Jesus enviou os «setenta e dois discípulos» (*Lc* 10, 1) e eles partiram com um sentido de temor pelo possível insucesso da sua missão. Também São Lucas sublinha a rejeição que encontrou nas cidades onde o Senhor pregou e realizou sinais prodigiosos. Mas os setenta e dois discípulos voltam cheios de alegria, porque a sua missão teve bom êxito; eles constataram que, com o poder da palavra de Jesus, os males do homem são derrotados. E Jesus compartilha a sua satisfação: «naquela mesma hora», naquele momento, Ele exultou de alegria.

Existem ainda dois elementos, que eu gostaria de ressaltar. O evangelista Lucas introduz a oração, com a seguinte anotação: «Jesus exultou de alegria no Espírito Santo» (*Lc* 10, 21). Jesus rejubila, a partir do íntimo de Si mesmo, naquilo que Ele possui de mais profundo: a singular comunhão de conhecimento e de amor com o Pai, a plenitude do Espírito Santo. Empenhando-nos na sua filiação, Jesus convida-nos, também a nós, a abrir-nos à luz do Espírito Santo, porque — como afirma o apóstolo Paulo — «(nós) não sabemos… rezar de maneira conveniente, mas o próprio Espírito intercede com gemidos inefáveis… de acordo com os desígnios de Deus» (*Rm* 8, 26-27), revelando-nos o amor do Pai. No Evangelho de Mateus, depois do Hino de júbilo, encontramos um dos apelos mais urgentes de Jesus: «Vinde a mim, todos vós que estais cansados e oprimidos, e Eu aliviar-vos-ei» (*Mt* 11, 28). Jesus pede-nos para ir ter com Ele, que é a verdadeira sabedoria, com Ele que é «manso e humilde de coração»; propõe «o seu jugo», o caminho da sabedoria do Evangelho, que não é uma doutrina a aprender, nem uma proposta ética, mas uma Pessoa a seguir: Ele mesmo, o Filho Unigénito, em perfeita comunhão com o Pai.

Estimados irmãos e irmãs, considerámos por um momento a riqueza desta oração de Jesus. Também nós, com o dom do seu Espírito, podemos dirigir-nos a Deus, mediante a oração, com a confiança de filhos, invocando-o com o nome de Pai, «Abbá». Mas devemos ter o coração dos pequeninos, dos «pobres de espírito» (*Mt* 5, 3), para reconhecer que não somos auto-suficientes, que não podemos construir a nossa vida sozinhos, mas precisamos de Deus, temos necessidade de O encontrar e escutar, de lhe falar. A oração abre-nos à recepção do dom de Deus, à sua sabedoria,

que é o próprio Jesus, para cumprir a vontade do Pai sobre a nossa vida e encontrar assim alívio nas dificuldades do nosso caminho. Obrigado!

## 21. Oração diante da acção benéfica e curadora de Deus

Quarta-feira, 14 de Dezembro de 2011

*Queridos irmãos e irmãs,*

Hoje gostaria de meditar convosco a respeito da oração de Jesus, vinculada à sua prodigiosa actividade de cura. Nos Evangelhos são apresentadas várias situações em que Jesus reza diante da acção benéfica e curadora de Deus Pai, que age através dele. Trata-se de uma oração que, mais uma vez, manifesta a relação singular de conhecimento e de comunhão com o Pai, enquanto Jesus se deixa envolver com grande participação humana na dificuldade dos seus amigos, por exemplo de Lázaro e da sua família, ou dos numerosos pobres e enfermos que Ele deseja ajudar concretamente.

Um caso significativo é a cura do surdo-mudo (cf. *Mc* 7, 32-37). A narração do evangelista Marcos — que há pouco ouvimos — demonstra que a acção curadora de Jesus está ligada a uma sua relação intensa, quer com o próximo — o doente — quer com o Pai. A cena do milagre é descrita atentamente assim: «Jesus tomou-o à parte, afastando-se da multidão, pôs-lhe os dedos nos ouvidos e tocou-lhe a língua com a saliva. Levantando os olhos ao céu, suspirou dizendo-lhe: "*Effatá*"!, que quer dizer "Abre-te"!» (7, 33-34). Jesus deseja que a cura se verifique «à parte, afastando-se da multidão». Isto não parece devido unicamente ao facto de que o milagre se deve conservar escondido das pessoas, para evitar que se formem interpretações limitativas ou deturpadas da pessoa de Jesus. A escolha de levar o doente «à parte» faz com que, no momento da cura, Jesus e o surdo-mudo se encontrem sozinhos, aproximados por uma relação singular. Com um gesto, o Senhor toca os ouvidos e a língua do doente, ou seja, os lugares específicos da sua enfermidade. A intensidade da atenção de Jesus manifesta-se também nos traços insólitos da cura: Ele emprega os seus dedos e até a própria saliva. Também o facto de que o Evangelista cite a palavra original, pronunciada pelo Senhor — «*Effatá*», ou seja, «Abre-te!» — põe em evidência o carácter singular desta cena.

Mas o ponto central deste episódio é o facto de que Jesus, no momento de realizar a cura, procura directamente a sua relação com o Pai. Com efeito, a narração diz que Ele, «levantando os olhos ao céu, suspirou» (v. 34). A atenção ao enfermo, o cuidado de Jesus para com ele estão ligados a uma profunda atitude de oração dirigida a Deus. E a emissão do suspiro é descrita com um verbo que no Novo Testamento indica a aspiração a algo de bom que ainda falta (cf. *Rm* 8, 23). Então, o conjunto da narração demonstra que o envolvimento humano com o enfermo leva Jesus à oração. Mais uma vez sobressai a sua relação singular com o Pai, a sua identidade de Filho Unigénito. Nele, através da sua pessoa, torna-se presente o agir curador e benéfico de Deus. Não é por acaso que o comentário conclusivo das pessoas, depois do milagre, recorda a avaliação da criação no início do Génesis: «Ele fez bem todas as coisas» (*Mc* 7, 37). Na obra curadora de Jesus sobressai de modo claro a oração, com o seu olhar voltado para o Céu. A força que curou o surdo-mudo é, sem dúvida, provocada pela compaixão por ele, mas provém do recurso ao Pai. Encontram-se estas duas relações: a relação humana de compaixão para com o homem, que entra em relação com Deus, tornando-se assim cura.

Na narração joanina da ressurreição de Lázaro, esta mesma dinâmica é testemunhada com uma evidência ainda maior (cf. *Jo* 11, 1-44). Também aqui se entrelaçam, por um lado, o vínculo de Jesus com um amigo e com o seu sofrimento e, por outro, a relação filial que Ele mantém com o Pai. A participação humana de Jesus na vicissitude de Lázaro contém características particulares. Em toda a narração é reiteradamente recordada a amizade com ele, mas também com as irmãs Marta e Maria. O próprio Jesus afirma: «Lázaro, nosso amigo, está a dormir, mas vou despertá-lo» (*Jo* 11, 11). O afecto sincero pelo amigo é evidenciado inclusive pelas irmãs de Lázaro, assim como pelos judeus (cf. *Jo* 11, 3; 11, 36), manifesta-se na comoção profunda de Jesus à vista da dor de Marta e Maria e de todos os amigos de Lázaro, e desabrocha no desatar em lágrimas — tão profundamente humano — no aproximar-se do túmulo: «Então… ao vê-la [Maria] chorar, como também todos os judeus que a acompanhavam, Jesus ficou intensamente comovido em espírito. E, sob o impulso de profunda emoção, perguntou: “Onde o pusestes?”. Responderam-lhe: “Senhor, vinde ver!” Jesus pôs-se a chorar» (*Jo* 11, 33-35).

Este vínculo de amizade, a participação e a emoção de Jesus diante do sofrimento dos parentes e dos conhecidos de Lázaro está ligado em toda a narração a uma relação contínua e intensa com o Pai. Desde o início, este acontecimento é interpretado por Jesus em relação à sua própria identidade e missão, e à glorificação que O espera. Com efeito, à notícia da doença de Lázaro, Ele comenta: «Esta enfermidade não causará a morte, mas tem por finalidade a glória de Deus. Por ela será glorificado o Filho de Deus» (*Jo* 11, 4). Também o anúncio da morte do amigo é acolhido por Jesus com profunda dor humana, mas sempre em clara referência à relação com Deus e com a missão que Ele lhe confiou; e diz: «Lázaro morreu. Alegro-me por vossa causa, por não ter estado lá, para que acrediteis» (*Jo* 11, 14-15). O momento da oração explícita de Jesus ao Pai diante do túmulo constitui a conclusão natural de toda a vicissitude, inserida neste dúplice contexto da amizade com Lázaro e da relação filial com Deus. Também aqui as duas relações caminham juntas. «Levantando os olhos ao alto, Jesus disse: "Pai, rendo-te graças, porque me ouviste!"» (*Jo* 11, 41): é uma eucaristia. A frase revela que Jesus não interrompeu nem sequer por um instante a oração de pedido pela vida de Lázaro. Pelo contrário, esta oração contínua revigorou o vínculo com o amigo e, contemporaneamente, confirmou a decisão de Jesus de permanecer em comunhão com a vontade do Pai, com o seu plano de amor, no qual a doença e a morte de Lázaro devem ser consideradas como um âmbito no qual se manifesta a glória de Deus.

Estimados irmãos e irmãs, lendo esta narração, cada um de nós é chamado a compreender que na oração de pedido ao Senhor não devemos esperar um cumprimento imediato daquilo que nós pedimos, da nossa vontade, mas devemos confiar-nos sobretudo à vontade do Pai, interpretando cada acontecimento na perspectiva da sua glória, do seu desígnio de amor, muitas vezes misterioso aos nossos olhos. Por isso, na nossa oração, o pedido, o louvor e a acção de graças deveriam amalgamar-se, mesmo quando nos parece que Deus não corresponde às nossas expectativas concretas. O abandonar-se ao amor de Deus, que nos precede e nos acompanha sempre, é uma das atitudes fundamentais do nosso diálogo com Ele. O *Catecismo da Igreja Católica* comenta assim a oração de Jesus na narração da ressurreição de Lázaro: «Apoiada na acção de graças, a oração de Jesus revela-nos como devemos pedir: antes de lhe ser dado o que pede, Jesus adere Àquele que dá, e se dá nos seus dons. O Doador é mais

precioso que o dom concedido, é o “tesouro”, e é n’Ele que está o coração do Filho; o dom é dado “por acréscimo”» (cf. *Mt* 6, 21; e 6, 33)» (n. 2.604). Isto parece-me muito importante: antes que o dom seja concedido, aderir Àquele que doa; o doador é mais precioso que o dom. Por conseguinte, também para nós, além daquilo que Deus nos concede quando O invocamos, o maior dom que Ele nos pode oferecer é a sua amizade, a sua presença, o seu amor. Ele é o tesouro precioso que devemos pedir e conservar sempre.

A oração que Jesus pronuncia, enquanto retiram a pedra da entrada do túmulo de Lázaro, apresenta também um desenvolvimento singular e inesperado. Com efeito Ele, depois de ter dado graças a Deus Pai, acrescenta: «Eu bem sei que sempre me ouves, mas falo assim por causa do povo que está ao redor, para que creiam que Tu me enviaste» (*Jo* 11, 42). Com a sua oração, Jesus deseja conduzir à fé, à confiança total em Deus e na sua vontade, e quer mostrar que este Deus, que amou de tal modo o homem e o mundo, que chegou a enviar o seu único Filho (cf. *Jo* 3, 16), é o Deus da Vida, o Deus que traz a esperança e é capaz de inverter as situações humanamente impossíveis. Então, a oração confiante de um crente constitui um testemunho vivo desta presença de Deus no mundo, do seu interessar-se pelo homem, do seu agir para realizar o seu plano de salvação.

As duas orações de Jesus agora meditadas, que acompanham a cura do surdo-mudo e a ressurreição de Lázaro, revelam que o profundo vínculo entre o amor a Deus e o amor ao próximo deve entrar também na nossa oração. Em Jesus, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, a atenção pelo outro, de maneira especial se é necessitado e sofredor, o comover-se diante da dor de uma família amiga, levam-no a dirigir-se ao Pai, naquela relação fundamental que orienta toda a sua vida. Mas também vice-versa: a comunhão com o Pai, o diálogo constante com Ele, impele Jesus a estar atento de modo singular às situações concretas do homem, para ali levar a consolação e o amor de Deus. A relação com o homem guia-nos rumo à relação com Deus, e a relação com Deus orienta-nos de novo para o próximo.

Caros irmãos e irmãs, a nossa oração abre a porta a Deus, que nos ensina a sair constantemente de nós mesmos para sermos capazes de nos

aproximarmos do outro, especialmente nos momentos de provação, para lhes levar a consolação, a esperança e a luz. O Senhor nos conceda ser capazes de uma oração cada vez mais intensa, para fortalecer a nossa relação pessoal com Deus Pai, abrir o nosso coração às necessidades daqueles que estão ao nosso lado e sentir a beleza de ser «filhos no Filho», juntamente com muitos irmãos. Obrigado!

## 22. A oração e a Santa Família de Nazaré

Quarta-feira, 28 de Dezembro de 2011

*Queridos irmãos e irmãs,*

O encontro de hoje tem lugar no clima de Natal, permeado de alegria íntima pelo nascimento do Salvador. Acabámos de celebrar este mistério, cujo eco se expande na liturgia de todos estes dias. É um mistério de luz que os homens de todas as épocas podem reviver na fé e na oração. Precisamente através da oração tornamo-nos capazes de nos aproximarmos de Deus com intimidade e profundidade. Por isso, tendo presente o tema da oração que estou a desenvolver neste período nas catequeses, hoje gostaria de vos convidar a reflectir sobre o modo como ela faz parte da vida da Sagrada Família de Nazaré. Com efeito, a casa de Nazaré é uma escola de oração, na qual se aprende a ouvir, a meditar, a compreender o significado profundo da manifestação do Filho de Deus, tendo como exemplo Maria, José e Jesus.

Permanece memorável o discurso do Servo de Deus Paulo VI na sua visita a Nazaré. Ele disse que na escola da Sagrada Família nós «compreendemos porque devemos ter uma disciplina espiritual, se quisermos seguir a doutrina do Evangelho e tornar-nos discípulos de Cristo». E acrescentava: «Em primeiro lugar ela ensina-nos o silêncio. Oh, se voltasse a nascer em nós a estima pelo silêncio, atmosfera admirável e indispensável do espírito: enquanto ainda estamos deslumbrados por tantos clamores, ruídos e vozes estrondosas na vida perturbada e tumultuosa do nosso tempo. Oh, silêncio de Nazaré, ensina-nos a permanecer firmes nos bons pensamentos, absorvidos na vida interior, prontos a sentir bem as inspirações secretas de Deus e as exortações dos verdadeiros mestres» (*Discurso em Nazaré*, 5 de Janeiro de 1964).

Das narrações evangélicas sobre a infância de Jesus podemos tirar alguns temas sobre a oração, sobre a relação com Deus, da Sagrada Família. Podemos começar a partir do episódio da apresentação de Jesus no templo.

São Lucas narra que Maria e José, «quando se cumpriu o tempo da sua purificação, segundo a lei de Moisés, levaram-no a Jerusalém para O apresentar ao Senhor» (2, 22). Tal como qualquer família judia cumpridora da lei, os pais de Jesus foram ao templo para consagrar a Deus o primogénito e para oferecer o sacrifício. Movidos pela fidelidade às prescrições, partem de Belém rumo a Jerusalém com Jesus que tem apenas quarenta dias: em vez de um cordeiro de um ano apresentam a oferta das famílias simples, ou seja, duas pombas. A da Sagrada Família é a peregrinação da fé, da oferta dos dons, símbolo da oração, e do encontro com o Senhor, que Maria e José já vêem no filho Jesus.

A contemplação de Cristo tem em Maria o seu modelo insuperável. O rosto do Filho pertence-lhe a título especial, porque foi no seu seio que se formou, assumindo dela também um semblante humano. Ninguém se dedicou à contemplação de Jesus com tanta assiduidade como Maria. O olhar do seu coração concentra-se sobre Ele já no momento da Anunciação, quando O concebe por obra do Espírito Santo; nos meses seguintes sente pouco a pouco a sua presença, até ao dia do nascimento, quando os seus olhos podem fixar com ternura materna o rosto do Filho, enquanto o envolve em faixas e o coloca na manjedoura. As recordações de Jesus, gravadas na sua mente e no seu coração, marcaram cada momento da existência de Maria. Ela vive com os olhos postos em Cristo e valoriza cada uma das suas palavras. «Quanto a Maria, conservava todas estas coisas, ponderando-as no seu coração» (*Lc* 2, 19), assim apresenta São Lucas a atitude de Maria diante do Mistério da Encarnação, atitude que se prolongará por toda a sua existência. Lucas é o evangelista que nos faz conhecer o Coração de Maria, a sua fé (cf. 1, 45), a sua esperança e obediência (cf. 1, 38), a sua interioridade e oração (cf. 1, 46-56), a sua adesão livre a Cristo (cf. 1 55). E tudo isto procede do dom do Espírito Santo que desce sobre Ela (cf. 1, 35), como descerá sobre os Apóstolos segundo a promessa de Cristo (cf. *Act* 1, 8). Esta imagem de Maria apresenta-a como modelo de cada crente que conserva e confronta as palavras e as acções de Jesus, um confronto que é sempre um progredir no conhecimento d'Ele. Na esteira do beato João Paulo II (cf. Carta ap. *Rosarium Virginis Mariae*) podemos dizer que a recitação do Rosário tem o seu modelo precisamente em Maria, porque consiste em contemplar os mistérios de Cristo em união espiritual com a Mãe do Senhor. A capacidade

de Maria de viver do olhar de Deus é, por assim dizer, contagiosa. O primeiro que fez essa experiência foi São José. O seu amor humilde e sincero à sua noiva e a decisão de unir a sua vida à de Maria atraiu e introduziu também a ele, que já era um «homem justo» (*Mt* 1, 19), numa intimidade singular com Deus. De facto, com Maria e depois, sobretudo, com Jesus, ele dá início a uma forma nova de se relacionar com Deus, de o acolher na própria vida, de entrar no seu projecto de salvação, cumprindo a sua vontade. Depois de ter seguido com confiança a indicação do Anjo — «não temas receber Maria, tua esposa» (*Mt* 1, 20) — ele tomou consigo Maria e partilhou a sua vida com ela; entregou-se deveras totalmente a Maria e a Jesus, e isto conduziu-o à perfeição da resposta à vocação recebida. O Evangelho, como sabemos, não conservou palavra alguma de José: a sua presença é silenciosa mas fiel, constante, laboriosa. Podemos imaginar que também ele, como a sua esposa e em íntima consonância com ela, tenha vivido os anos da infância e da adolescência de Jesus deleitando-se, por assim dizer, com a sua presença na família. José cumpriu plenamente o seu papel paterno, sob todos os aspectos. Certamente educou Jesus na oração, juntamente com Maria. Ele, em particular, tê-lo-á levado consigo à sinagoga, aos ritos do sábado, assim como a Jerusalém, para as grandes festas do povo de Israel. José, segundo a tradição judaica, terá guiado a oração doméstica quer no dia-a-dia — de manhã, à noite, nas refeições — quer nas principais festas religiosas. Assim, no ritmo dos dias transcorridos em Nazaré, entre a casa simples e a oficina de José, Jesus aprendeu a alternar oração e trabalho, e a oferecer a Deus também a fadiga para ganhar o pão necessário para a família.

Há outro episódio que vê a Sagrada Família de Nazaré reunida num acontecimento de oração. Aos doze anos Jesus vai com os seus ao templo de Jerusalém. Este episódio insere-se no contexto da peregrinação, como ressalta São Lucas: «Seus pais iam todos os anos a Jerusalém pela festa de Páscoa. Quando chegou aos doze anos, subiram até lá, segundo o costume dos dias de festa» (2, 41-42). A peregrinação é uma manifestação religiosa que se alimenta de oração e, ao mesmo tempo, a alimenta. Trata-se aqui da peregrinação pascal, e o Evangelista faz-nos observar que a família de Jesus a vive todos os anos, para participar nos ritos na Cidade santa. A família judia, como a cristã, reza na intimidade doméstica, mas reza também juntamente com a comunidade, reconhecendo-se parte do Povo de Deus a

caminho. A Páscoa é o centro e o ápice de tudo isto, e envolve a dimensão familiar e a do culto litúrgico e público.

No episódio de Jesus com doze anos são registadas também as suas primeiras palavras: «Porque me procuráveis? Não sabíeis que devia estar em casa de Meu Pai»?» (2, 49). Depois de três dias de procura, os seus pais encontraram-no no templo sentado entre os mestres enquanto os ouvia e lhes fazia perguntas (cf. 2, 46). À interrogação por que motivo fizera isto ao pai e à mãe, Ele responde que só fez o que o Filho deve fazer, ou seja, permanecer com o Pai. Assim, Ele indica quem é o verdadeiro Pai, qual é a verdadeira casa, que Ele não fez nada de estranho, de desobediente. Permanecer onde deve estar o Filho, ou seja com o Pai, e frisou quem é o seu Pai. A palavra «Pai» portanto predomina sobre a tonalidade desta resposta e manifesta-se todo o mistério cristológico. Por conseguinte, esta palavra abre o mistério, é a chave para o mistério de Cristo, que é o Filho, e abre também a chave para o nosso mistério de cristãos, pois nós somos filhos no Filho. Ao mesmo tempo, Jesus ensina-nos a ser filhos, precisamente no gesto de permanecer com o Pai na oração. O mistério cristológico, o mistério da existência cristã está intimamente ligado, fundado na oração. Um dia, Jesus ensinará os seus discípulos a rezar, dizendo-lhes: quando orardes, dizei «Pai». E, naturalmente, não o digais somente com as palavras, mas com a vossa existência, aprendai cada vez mais a dizer com a vossa existência: «Pai»; e assim sereis verdadeiramente filhos no Filho, autênticos cristãos.

Aqui, quando Jesus ainda está plenamente inserido na vida da Família de Nazaré, é importante observar a ressonância que pode ter tido nos corações de Maria e de José ouvir dos lábios de Jesus aquela palavra «Pai», e revelar, sublinhar quem é o pai, e ouvi-la dos seus lábios com a consciência do Filho Unigénito, que precisamente por isso quis permanecer três dias no templo, que é a «casa do Pai». A partir de então, a vida na Sagrada Família ficou ainda mais repleta de oração, porque do Coração de Jesus menino — e depois adolescente e jovem — jamais deixará de se difundir e reflectir nos corações de Maria e de José este sentido profundo da relação com Deus Pai. Este episódio mostra-nos a verdadeira situação, a atmosfera do estar com o pai. Assim, a Família de Nazaré é o primeiro modelo da Igreja no qual, em volta da presença de Jesus e graças à sua

mediação, todos vivem a relação filial com Deus Pai, que transforma também as relações interpessoais, humanas.

Queridos amigos, sob estes diversos aspectos que, à luz do Evangelho, esbocei brevemente, a Sagrada Família é ícone da Igreja doméstica, chamada a rezar unida. A família é Igreja doméstica e deve ser a primeira escola de oração. Nela as crianças, desde a mais tenra idade, podem aprender a compreender o sentido de Deus, graças ao ensinamento e ao exemplo dos pais: viver numa atmosfera caracterizada pela presença de Deus. Uma educação autenticamente cristã não pode prescindir da experiência da oração. Se não se aprende a rezar em família, depois será difícil conseguir preencher este vazio. Por conseguinte, gostaria de convidar-vos a redescobrir a beleza de rezar juntos como família na escola da Sagrada Família de Nazaré, e assim a tornar-vos um só coração e uma só alma, uma verdadeira família. Obrigado!

## **23.** *A oração “sacerdotal” de Jesus*

Quarta-feira, 25 de Janeiro de 2012

*Queridos irmãos e irmãs,*

Na Catequese de hoje concentramos a nossa atenção sobre a oração que Jesus dirige ao Pai na «Hora» da sua elevação e da sua glorificação (cf. *Jo* 17, 1-26). Como afirma o *Catecismo da Igreja Católica*: «A tradição cristã chama-lhe, a justo título, a oração “sacerdotal” de Jesus. Ela é, de facto, a oração de nosso Sumo Sacerdote, inseparável do seu sacrifício, da sua “passagem” [páscoa] deste mundo para o Pai, em que é inteiramente “consagrado” ao Pai» (n. 2.747).

Esta oração de Jesus é compreensível na sua riqueza extrema, sobretudo se a inserirmos no cenário da festa judaica da expiação, o *Yom kippur*. Naquele dia, o Sumo Sacerdote cumpre a expiação primeiro para si mesmo, depois para a classe sacerdotal e finalmente para toda a comunidade do povo. A finalidade é restituir ao povo de Israel, após as transgressões de um ano, a consciência da reconciliação com Deus, a consciência de ser povo eleito, «povo santo» no meio dos outros povos. A oração de Jesus, apresentada no capítulo 17 do Evangelho segundo João, retoma a estrutura desta festa. Nessa noite, Jesus dirige-se ao Pai no momento em que se oferece a Si mesmo. Sacerdote e vítima, Ele ora por Si próprio, pelos apóstolos e por todos aqueles que acreditam nele, pela Igreja de todos os tempos (cf. *Jo* 17, 20).

A oração que Jesus recita por Si mesmo é o pedido da sua glorificação, da própria «elevação» na sua «Hora». Na realidade, é mais do que um pedido e uma declaração de plena disponibilidade a entrar, livre e generosamente, no desígnio de Deus Pai que se cumpre no ser entregue e na morte e ressurreição. Esta «Hora» começou com a traição de Judas (cf. *Jo* 13, 31) e culminará com a elevação de Jesus ressuscitado para o Pai (cf. *Jo* 20, 17). A saída de Judas do cenáculo é comentada por Jesus com as seguintes palavras: «Agora o Filho do homem foi glorificado, e Deus foi

glorificado nele» (*Jo* 13, 31). Não é por acaso que Ele começa a prece sacerdotal, dizendo: «Pai, chegou a hora: glorifica o teu Filho, para que o Filho te glorifique» (*Jo* 17, 1). A glorificação que Jesus pede para Si mesmo, como Sumo Sacerdote, é o ingresso na obediência mais plena ao Pai, uma obediência que o leva à sua condição filial mais completa: «E agora, Pai, glorifica-me diante de ti com aquela glória que Eu tinha em Ti antes da criação do mundo» (*Jo* 17, 5). Esta disponibilidade e este pedido são o primeiro acto do novo sacerdócio de Jesus, que é um doar-se totalmente na cruz, e precisamente na cruz — o supremo gesto de amor — Ele é glorificado, porque o amor é a glória autêntica, a glória divina.

O segundo momento desta oração é a intercessão que Jesus faz pelos seus discípulos, que permaneceram com Ele. Eles são aqueles sobre os quais Jesus pode dizer ao Pai: «Manifestei o teu nome aos homens que me deste do mundo. Eram teus e Tu deste-mos, e eles observaram a tua palavra» (*Jo* 17, 6). «Manifestar o nome de Deus aos homens» é a realização de uma nova presença do Pai no meio do povo, da humanidade. Este «manifestar» não é só uma *palavra*, mas é *realidade* em Jesus; Deus está connosco, e assim o nome — a sua presença connosco, o ser um de nós — «realizou-se». Portanto, esta manifestação realiza-se na encarnação do Verbo. Em Jesus, Deus entra na carne humana, faz-se próximo de modo único e novo. E esta presença tem o seu ápice no sacrifício que Jesus realiza na sua Páscoa de morte e ressurreição.

No centro desta prece de intercessão e de expiação a favor dos discípulos encontra-se o pedido de *consagração*; Jesus diz ao Pai: «Eles não são do mundo, como Eu não sou do mundo. Consagra-os na verdade. A tua palavra é a verdade. Como Tu me mandaste para o mundo, também Eu os enviei para o mundo; por eles consagro-me a mim mesmo, a fim de que também eles sejam consagrados na verdade» (*Jo* 17, 16-19). Pergunto: o que significa «consagrar» neste caso? Antes de tudo, é necessário dizer que só Deus é propriamente «Consagrado», ou «Santo». Portanto, consagrar quer dizer transferir uma realidade — uma pessoa ou coisa — para a propriedade de Deus. E nisto estão presentes dois aspectos complementares: por um lado, tirar das coisas comuns, segregar, «pôr de lado» do ambiente da vida pessoal do homem, para ser doado totalmente a Deus; e por outro, esta segregação, esta transferência para a esfera de Deus tem o significado

próprio de «envio», de missão: precisamente porque é doada a Deus, a realidade, a pessoa consagrada existe «para» os outros, é doada ao próximo. Doar a Deus quer dizer não existir mais para si mesmo, mas para todos. É consagrado aquele que, como Jesus, é segregado do mundo e posto à parte para Deus, em vista de uma tarefa e precisamente por isso está plenamente à disposição de todos. Para os discípulos, consistirá em continuar a missão de Jesus, ser doados a Deus para estarem assim em missão para todos. Na noite de Páscoa, o Ressuscitado, aparecendo aos seus discípulos, dir-lhes-á: «A paz esteja convosco! Assim como o Pai me enviou, também Eu vos envio» (*Jo* 20, 21).

O terceiro acto desta oração sacerdotal amplia o olhar até ao fim dos tempos. Nela, Jesus dirige-se ao Pai para interceder a favor de todos aqueles que forem levados à fé mediante a missão inaugurada pelos apóstolos e continuada na história: «Não oro só por estes, mas também por aqueles que acreditarem em mim mediante a sua palavra». Jesus reza pela Igreja de todos os tempos, ora também por nós (cf. *Jo* 17, 20). O *Catecismo da Igreja Católica* comenta: «Jesus cumpriu perfeitamente a obra do Pai e a sua oração, assim como o seu sacrifício se estende até à consumação dos tempos. A oração da "Hora" preenche os últimos tempos e leva-os à sua consumação» (n. 2.749).

O pedido central da oração sacerdotal de Jesus, dedicada aos seus discípulos de todos os tempos, é o da unidade futura de quantos acreditarem nele. Esta unidade não é um produto mundano. Ela provém exclusivamente da unidade divina e chega até nós do Pai, mediante o Filho e no Espírito Santo. Jesus invoca um dom que provém do Céu, e que tem o seu efeito — real e perceptível — na terra. Ele reza «a fim de que todos sejam um só: assim como Tu, ó Pai, estás em mim e Eu em ti, que também eles estejam em Nós, para que o mundo creia que Tu me enviaste» (*Jo* 17, 21). A unidade dos cristãos, por um lado, é uma realidade secreta que está no coração das pessoas crentes. Mas, ao mesmo tempo, ela deve aparecer com toda a clareza na história, deve aparecer para que o mundo creia, tem uma finalidade muito prática e concreta, deve aparecer para que todos sejam realmente um só. A unidade dos discípulos futuros, sendo unidade com Jesus — que o Pai enviou ao mundo — é também a fonte originária da eficácia da missão cristã no mundo.

«Podemos dizer que na oração sacerdotal de Jesus se cumpre a instituição da Igreja… Precisamente aqui, no acto da última Ceia, Jesus cria a Igreja. Porque, o que é a Igreja, a não ser a comunidade dos discípulos que, mediante a fé em Jesus Cristo como enviado do Pai, recebe a sua unidade e é envolvida na missão de Jesus de salvar o mundo, conduzindo-o ao conhecimento de Deus? Aqui encontramos realmente uma verdadeira definição da Igreja. A Igreja nasce da oração de Jesus. E esta prece não é apenas palavra: é o gesto em que Ele se "consagra" a Si mesmo, ou seja, se "sacrifica" pela vida do mundo» (cf. *Jesus de Nazaré*, II, 117 s.).

Jesus reza a fim de que os seus discípulos sejam um só. Em virtude desta unidade, recebida e conservada, a Igreja pode caminhar «no mundo» sem ser «do mundo» (cf. *Jo* 17, 16) e viver a missão que lhe foi confiada para que o mundo creia no Filho e no Pai que O enviou. A Igreja torna-se, então, o lugar em que continua a própria missão de Cristo: conduzir o «mundo» para fora da alienação do homem em relação a Deus e a si mesmo, para fora do pecado, a fim de que ele volte a ser o mundo de Deus.

Caros irmãos e irmãs, apreendemos alguns elementos da grande riqueza da oração sacerdotal de Jesus, que vos convido a ler e meditar, para que nos oriente no diálogo com o Senhor, a fim de que nos ensine a rezar. Então, também nós na nossa oração peçamos a Deus que nos ajude a entrar, de modo mais completo, no desígnio que tem para cada um de nós; peçamos-lhe para ser «consagrados» a Ele, para lhe pertencer cada vez mais, para poder amar sempre mais os outros, próximos e distantes; peçamos-lhe para sermos capazes de abrir a nossa oração às dimensões do mundo, sem a limitar ao pedido de ajuda para os nossos problemas, mas recordando diante do Senhor o nosso próximo, apreendendo a beleza de interceder pelos outros; peçamos-lhe o dom da unidade visível entre todos os crentes em Cristo — temo-lo invocado com vigor nesta Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos — orando para estarmos sempre prontos a explicar a razão da nossa esperança a quantos no-la perguntarem (cf. *1 Pd* 3, 15). Obrigado!

## **24.** *A oração de Jesus no Getsémani*

Quarta-feira, 1 de Fevereiro de 2012

*Queridos irmãos e irmãs,*

Hoje gostaria de falar sobre a oração de Jesus no Getsémani, no Jardim das Oliveiras. O cenário da narração evangélica desta prece é particularmente significativo. Jesus dirige-se para o Monte das Oliveiras, depois da Última Ceia, enquanto está a rezar com os seus discípulos. O evangelista Marcos narra: «Depois de terem entoado o hino, saíram para o Monte das Oliveiras» (14, 26). Alude-se, provavelmente, ao canto de alguns Salmos do *hallél* com os quais se dá graças a Deus pela libertação do povo da escravidão e se pede a sua ajuda para as dificuldades e as ameaças sempre novas do presente. O percurso até ao Getsémani está constelado de expressões de Jesus, que fazem sentir iminente o seu destino de morte e anunciam a próxima dispersão dos discípulos.

Tendo chegado ao horto no Monte das Oliveiras, também naquela noite Jesus se prepara para a oração pessoal. Mas desta vez acontece algo de novo: parece que Ele não quer permanecer só. Muitas vezes Jesus afastava-se da multidão e dos próprios discípulos, permanecendo «em lugares desertos» (cf. *Mc* 1, 35) ou subindo «ao monte», diz São Marcos (cf. *Mc* 6, 46). No Getsémani, contudo, ele convida Pedro, Tiago e João, para que fiquem com ele. São os discípulos que Ele chamou para estar com Ele no Monte da Transfiguração (cf. *Mc* 9, 2-13). Esta proximidade dos três durante a oração no Getsémani é significativa. Também naquela noite Jesus rezará ao Pai «sozinho», porque a sua relação com Ele é totalmente única e singular: é a relação do Filho Unigénito. Aliás, dir-se-ia sobretudo que naquela noite ninguém possa aproximar-se verdadeiramente do Filho, que se apresenta ao Pai na sua identidade absolutamente única, exclusiva. Mas Jesus, mesmo chegando «sozinho» ao ponto onde se deterá para rezar, deseja que pelo menos três discípulos permaneçam não distantes, numa relação mais íntima com Ele. Trata-se de uma proximidade espacial, de um pedido de solidariedade no momento em que sente aproximar-se a morte,

mas é principalmente uma proximidade na oração, para expressar de algum modo a sintonia com Ele, no momento em que se prepara para cumprir até ao fim a vontade do Pai, e é um convite a cada discípulo, a segui-lo no caminho da Cruz. O evangelista Marcos narra: «Levou consigo Pedro, Tiago e João; e começou a sentir pavor e a angustiar-se. E disse-lhes: "*A minha alma está numa tristeza mortal*; ficai aqui e vigiai"» (14, 33-34).

Na palavra que dirige aos três, mais uma vez Jesus se expressa com a linguagem dos Salmos: «A minha alma está triste», uma expressão do Salmo 43 (cf. v. 5). Depois, a dura determinação, «mortal», evoca uma situação vivida por muitos dos enviados de Deus no Antigo Testamento e expressa na sua oração. Com efeito, seguir a missão que lhes é confiada não raro significa encontrar hostilidade, rejeição e perseguição. Moisés sente de modo dramático a prova que padece enquanto guia o povo no deserto, e diz a Deus: «Eu sozinho não posso suportar todo esse povo; ele é pesado demais para mim. Em vez de me tratar assim, rogo-vos que antes me façais morrer, se achei agrado aos vossos olhos» (*Nm* 11, 14-15). Também para o profeta Elias não é fácil dar continuidade ao serviço a Deus e aos seu povo. No primeiro Livro dos Reis, narra-se: «Ele andou pelo deserto um dia de caminho. Sentou-se debaixo de um junípero e desejou a morte: "Basta, Senhor, disse ele; tirai-me a vida, porque não sou melhor do que os meus pais"» (19, 4).

As palavras de Jesus aos três discípulos que Ele quer próximos durante a oração no Getsémani revelam como Ele sente pavor e angústia naquela «Hora», como experimenta a última e profunda solidão precisamente enquanto o desígnio de Deus se está a realizar. E em tal pavor e angústia de Jesus está recapitulado todo o horror do homem diante da própria morte, a certeza da sua inexorabilidade e a percepção do peso do mal que ameaça a nossa vida.

Depois do convite a permanecer e a vigiar em oração, feito aos três, Jesus dirige-se «sozinho» ao Pai. O evangelista Marcos narra que Ele «adiantando-se alguns passos, prostrou-se com a face por terra e orava que, se fosse possível, afastasse dele aquele cálice» (14, 35). Jesus prostrou-se com a face por terra: é uma posição da oração que exprime a obediência à vontade do Pai, o abandonar-se com plena confiança nele. É um gesto que

se repete no início da Celebração da Paixão, na Sexta-Feira Santa, assim como na profissão monástica e nas Ordenações diaconal, presbiteral e episcopal, para expressar na oração, também corporalmente, o completo abandono a Deus, a confiança n'Ele. Depois, Jesus pede ao Pai que, se fosse possível, afastasse dele aquela hora. Não é só o pavor e a angústia do homem diante da morte, mas é a perturbação do Filho de Deus, que vê o peso terrível do mal, que Ele deverá assumir sobre Si para o superar, para o privar do seu poder.

Caros amigos, também nós na oração temos que ser capazes de apresentar a Deus as nossas dificuldades, o sofrimento de certas situações, de certos dias, o compromisso quotidiano de O seguir, de ser cristãos, e também o peso do mal que vemos em nós e ao nosso redor, para que Ele nos infunda esperança, nos faça sentir a sua proximidade, nos conceda um pouco de luz no caminho da vida.

Jesus continua a sua prece: «*Abbá!* Pai! Tudo te é possível; afasta de mim este cálice! Contudo, não se faça o que Eu quero, mas sim o que Tu queres» (*Mc* 14, 36). Esta invocação contém três passagens reveladoras. No início temos a duplicação do termo com que Jesus se dirige a Deus: «*Abbá!* Pai!» (*Mc* 14, 36a). Sabemos bem que a palavra aramaica Abbá era utilizada pelo filho para se dirigir ao pai, e portanto exprime a relação de Jesus com Deus Pai, uma relação de ternura, de confiança e de abandono. Na parte central da invocação há o segundo elemento: a consciência da omnipotência do Pai — «tudo te é possível» — que introduz um pedido no qual, mais uma vez, aparece o drama da vontade humana de Jesus perante a morte e o mal: «Afasta de mim este cálice!». Mas há uma terceira expressão da prece de Jesus, que é decisiva, na qual a vontade humana adere plenamente à vontade divina. Com efeito, Jesus conclui dizendo com vigor: «Contudo, não se faça o que Eu quero, mas sim o que Tu queres» (*Mc* 14, 36c). Na unidade da pessoa divina do Filho, a vontade humana encontra a sua plena realização no abandono total do Eu ao Tu do Pai, chamado *Abbá*. São Máximo, o Confessor, afirma que desde o momento da criação do homem e da mulher, a vontade humana está orientada para a divina, e é precisamente no «sim» a Deus que a vontade humana é plenamente livre e encontra a sua realização. Infelizmente, por causa do pecado, este «sim» a Deus transformou-se em oposição: Adão e Eva pensavam que o «não» a

Deus fosse o ápice da liberdade, o ser plenamente eles mesmos. No Monte das oliveiras, Jesus restitui a vontade humana ao «sim» completo a Deus; nele a vontade natural está plenamente integrada na orientação que lhe confere a Pessoa Divina. Jesus vive a sua existência segundo o centro da sua Pessoa: o seu ser Filho de Deus. A sua vontade humana é atraída para dentro do Eu do Filho, que se abandona totalmente ao Pai. Assim Jesus diz-nos que só conformando a própria vontade com a divina, o ser humano alcança a sua verdadeira altura, tornando-se «divino»; só saindo de si mesmo, só no «sim» a Deus, se realiza o desejo de Adão, de todos nós, de sermos completamente livres. É isto que Jesus realiza no Getsémani: transferindo a vontade humana para a vontade divina nasce o homem verdadeiro, e nós somos remidos.

O *Compêndio do Catecismo da Igreja Católica* ensina sinteticamente: «A oração de Jesus durante a agonia no Jardim do Getsémani e nas últimas palavras sobre a cruz revelam a profundidade da sua oração filial: Jesus conduz à sua realização o desígnio de amor do Pai e toma sobre si todas as angústias da humanidade, todas as interrogações e intercessões da história da salvação. Ele apresenta-as ao Pai que as acolhe e escuta, para além de toda a esperança, ressuscitando-O dos mortos» (n. 543). Verdadeiramente, «em nenhuma outra parte da Sagrada Escritura olhamos tão profundamente para dentro do mistério interior de Jesus, como na oração no Monte das Oliveiras» (*Jesus de Nazaré* II, 177).

Estimados irmãos e irmãs, cada dia na oração do Pai-Nosso nós pedimos ao Senhor: «Seja feita a vossa vontade, assim na terra como no céu» (*Mt* 6, 10). Isto é, reconhecemos que há uma vontade de Deus connosco e para nós, uma vontade de Deus sobre a nossa vida, que deve tornar-se cada dia mais a referência da nossa vontade e do nosso ser; além disso, reconhecemos que é no «céu» que se cumpre a vontade de Deus, e que a «terra» só se torna «céu», lugar da presença do amor, da bondade, da verdade e da beleza divina, se nela se cumprir a vontade de Deus. Na prece de Jesus ao Pai, naquela noite terrível e admirável do Getsémani, a «terra» tornou-se «céu»; a «terra» da sua vontade humana, abalada pelo pavor e pela angústia, foi assumida pela sua vontade divina, de maneira que a vontade de Deus se cumpriu sobre a terra. E isto é importante inclusive na nossa oração: devemos aprender a confiar-nos mais à Providência divina,

pedir a Deus a força para sairmos de nós mesmos e renovarmos o nosso «sim», para lhe repetirmos: «Seja feita a vossa vontade», para conformarmos a nossa vontade com a sua. Trata-se de uma prece que devemos recitar quotidianamente, porque nem sempre é fácil confiar-nos à vontade de Deus, repetir o «sim» de Jesus, o «sim» de Maria. As narrações evangélicas do Getsémani demonstram dolorosamente que os três discípulos, escolhidos por Jesus para estar ao seu lado, não foram capazes de vigiar com Ele, de compartilhar a sua oração, a sua adesão ao Pai, e foram dominados pelo sono. Caros amigos, peçamos ao Senhor para sermos capazes de vigiar com Ele em oração, de cumprirmos a vontade de Deus todos os dias, mesmo quando se fala de Cruz, de viver uma intimidade cada vez maior com o Senhor, para trazer a esta «terra» um pouco do «céu» de Deus. Obrigado!

## 25. A oração de Jesus, na iminência da morte

Quarta-feira, 15 de Fevereiro de 2012

*Queridos irmãos e irmãs*

Na nossa escola de oração, na quarta-feira passada falei sobre a oração de Jesus na Cruz, tirada do Salmo 22: «Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?». Agora, gostaria de continuar a meditação sobre a oração de Jesus na Cruz, na iminência da morte. Pretendo reflectir hoje sobre a narração que encontramos no Evangelho de São Lucas. O evangelista transmitiu-nos três palavras de Jesus na Cruz, duas das quais — a primeira e a terceira — são preces dirigidas explicitamente ao Pai. A segunda, ao contrário, é constituída pela promessa feita ao chamado bom ladrão, crucificado com Ele; de facto, respondendo ao pedido do ladrão, Jesus tranquiliza-o: «Em verdade te digo, hoje estarás comigo no Paraíso» (*Lc* 23, 43). Assim, na narração de Lucas estão entrelaçadas sugestivamente as duas orações que Jesus em agonia dirige ao Pai e o acolhimento da súplica que lhe é dirigida pelo pecador arrependido. Jesus invoca o Pai e ao mesmo tempo ouve o pedido deste homem que muitas vezes é chamado *latro poenitens*, «o ladrão arrependido».

Meditemos sobre estas três preces de Jesus. Ele pronuncia a primeira imediatamente depois de ter sido pregado na Cruz, enquanto os soldados dividem entre si as suas vestes, como triste recompensa do seu serviço. Num certo sentido, é com este gesto que se encerra o processo da crucifixão. São Lucas escreve: «Quando chegaram ao lugar chamado Calvário crucificaram-no, a Ele e aos malfeitores, um à direita e outro à esquerda. Jesus dizia: “Perdoa-lhes, Pai, porque não sabem o que fazem!”. Depois, lançaram a sorte para dividirem as suas vestes» (23, 33-34). A primeira oração que Jesus dirige ao Pai é de intercessão: pede o perdão para os seus algozes. Com isto, Jesus cumpre pessoalmente quanto tinha ensinado no sermão da montanha, quando disse: «Digo-vos, porém, a vós que me escutais: amai os vossos inimigos, fazei o bem a quantos vos odeiam» (*Lc* 6, 27), e também tinha prometido àqueles que sabem perdoar:

«A vossa recompensa será grande e sereis filhos do Altíssimo» (v. 35). Agora, da Cruz, Ele não só perdoa os seus algozes, mas dirige-se directamente ao Pai, intercedendo a favor deles.

Esta atitude de Jesus encontra um «imitador» comovedor na narração da lapidação de Santo Estêvão, primeiro mártir. Com efeito Estêvão, já próximo do fim, «de joelhos, bradou com voz forte: "Senhor, não lhes atribuas este pecado". Dito isto, adormeceu» (*Act* 7, 60): esta foi a sua última palavra. É significativo o confronto entre a prece de perdão de Jesus e a do protomártir. Santo Estêvão dirige-se ao Senhor ressuscitado e pede que a sua morte — um gesto definido claramente com a expressão «este pecado» — não seja atribuída aos seus lapidadores. Na Cruz, Jesus dirige-se ao Pai e não pede só o perdão para os seus crucificadores, mas oferece também uma leitura de quanto está a acontecer. Com efeito, segundo as suas palavras, os homens que O crucificam «não sabem o que fazem» (*Lc* 23, 34). Ou seja, Ele põe a ignorância, o «não saber», como motivo do pedido de perdão ao Pai, porque esta ignorância deixa aberto o caminho para a conversão, como de resto acontece nas palavras que pronunciará o centurião quando Jesus morre: «Verdadeiramente, este homem era justo» (v. 47), era o Filho de Deus. «Permanece uma consolação para todos os tempos e para todos os homens o facto de que o Senhor, quer a respeito daqueles que realmente não sabiam — os algozes — quer de quantos sabiam e O condenaram, põe a ignorância como motivo do pedido de perdão — vê-o como porta que pode abrir-nos à conversão» (*Jesus de Nazaré*, II, 233).

A segunda palavra de Jesus na Cruz, citada por São Lucas, é de esperança, é a resposta ao pedido de um dos dois homens crucificados com Ele. Diante de Jesus, o bom ladrão toma consciência de si mesmo e arrepende-se, dá-se conta de que está diante do Filho de Deus, que torna visível a Face do próprio Deus, e pede-lhe: «Jesus, lembra-te de mim quando estiveres no teu reino» (v. 42). A resposta do Senhor a este pedido vai muito além da súplica; com efeito, Ele diz: «Em verdade te digo, hoje estarás comigo no Paraíso» (v. 43). Jesus está consciente de entrar directamente em comunhão com o Pai e de reabrir ao homem o caminho para o Paraíso de Deus. Assim mediante esta resposta dá a esperança firme de que a bondade de Deus pode tocar-nos até no último instante da vida, e a

prece sincera, mesmo após uma vida errada, encontra os braços abertos do Pai bom, que espera a vinda do filho.

Mas meditemos sobre as últimas palavras de Jesus moribundo. O evangelista narra: «Por volta do meio-dia, as trevas cobriram toda a terra, até às três horas da tarde. O sol eclipsou-se e o véu do templo rasgou-se ao meio. Dando um forte grito, Jesus exclamou: "Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito!". Dito isto, expirou» (vv. 44-46). Alguns aspectos desta narração são diferentes em relação ao contexto oferecido em Marcos e Mateus. As três horas de escuridão em Marcos não são descritas, enquanto em Mateus são ligadas a uma série de vários acontecimentos apocalípticos, como o tremor de terra, a abertura dos sepulcros e os mortos que ressuscitam (cf. *Mt* 27, 51-53). Em Lucas, as horas de escuridão têm a sua causa no eclipsar-se do sol, mas nesse momento verifica-se inclusive a laceração do véu do templo. Deste modo, a narração lucana apresenta dois sinais, de certo modo paralelos, no céu e no templo. O céu perde a sua luz, a terra desaba, enquanto no templo, lugar da presença de Deus, se rasga o véu que protege o santuário. A morte de Jesus caracteriza-se explicitamente como evento cósmico e litúrgico; em especial, marca o início de um novo culto, num templo não construído por homens, porque é o Corpo do próprio Jesus, morto e ressuscitado, que congrega os povos, unindo-os no Sacramento do seu Corpo e Sangue.

A prece de Jesus neste momento de sofrimento — «Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito» — é um brado forte de confiança extrema e total em Deus. Tal oração expressa a plena consciência de não estar abandonado. A invocação inicial — «Pai» — recorda a sua primeira declaração, quando tinha doze anos. Então, permaneceu por três dias no templo de Jerusalém, cujo véu agora se rasgou. E quando os pais lhe manifestaram a sua preocupação, respondeu: «Por que me procuráveis? Não sabíeis que devia estar em casa de meu Pai?» (*Lc* 2, 49). Do início ao fim, o que determina completamente o sentir de Jesus, a sua palavra, o seu gesto, é a relação singular com o Pai. Na Cruz, Ele vive plenamente no amor esta sua relação filial com Deus, que anima a sua oração.

As palavras proferidas por Jesus, após a invocação: «Pai», retomam uma expressão do Salmo 31: «Nas tuas mãos entrego o meu espírito» (*Sl*

31, 6). Estas palavras não são uma simples citação, mas manifestam ao contrário uma decisão firme: Jesus «entrega-se» ao Pai num gesto de abandono total. Estas palavras são uma prece de «entrega», cheia de confiança no amor de Deus. A oração de Jesus diante da morte é dramática, como o é para cada homem, mas ao mesmo tempo está imbuída da calma profunda que nasce da confiança no Pai e da vontade de se entregar totalmente a Ele. No Getsémani, quando começou a luta final e a oração mais intensa e estava para ser «entregue nas mãos dos homens» (*Lc* 9, 44), o seu suor tornou-se «como gotas de sangue que caíam na terra» (*Lc* 22, 44). Mas o seu Coração obedecia totalmente à vontade do Pai, e por isso «um anjo do céu» veio confortá-lo (cf. *Lc* 22, 42-43). Ora, nos últimos instantes, Jesus dirige-se ao Pai, dizendo quais são realmente as mãos às quais Ele entrega toda a sua existência. Antes de partir em viagem rumo a Jerusalém, Jesus tinha insistido com os seus discípulos: «Prestai bem atenção ao que vou dizer-vos: o Filho do Homem vai ser entregue nas mãos dos homens» (*Lc* 9, 44). Agora que a vida está para O deixar, Ele sela na prece a última decisão: Jesus deixou-se entregar «nas mãos dos homens», mas é nas mãos do Pai que entrega o seu espírito; assim — como diz o evangelista João — tudo se cumpre, o supremo gesto de amor é levado até ao fim, ao limite e mais além.

Caros irmãos e irmãs, as palavras de Jesus na Cruz nos últimos instantes da sua vida terrena oferecem indicações exigentes para a nossa oração, mas abrem-na inclusive a uma confiança segura e a uma esperança firme. Jesus, que pede ao Pai para perdoar quantos O crucificam, convida-nos ao difícil gesto de rezar também por aqueles que são injustos para connosco, que nos prejudicaram, sabendo perdoar sempre, a fim de que a luz de Deus possa iluminar o seu coração; e convida-nos a viver, na nossa oração, a mesma atitude de misericórdia e de amor que Deus tem por nós: «Perdoai-nos as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido», recitamos diariamente no «Pai-Nosso». Ao mesmo tempo Jesus, que na hora extrema da morte se confia totalmente nas mãos de Deus Pai, comunica-nos a certeza de que, por mais duras que sejam as provas, difíceis os problemas, pesado o sofrimento, nunca estaremos fora das mãos de Deus, das mãos que nos criaram, que nos sustêm e que nos acompanham no caminho da existência, porque guiadas por um amor infinito e fiel. Obrigado!

## **26.** *O silêncio de Jesus*

Quarta-feira, 7 de Março de 2012

*Queridos irmãos e irmãs,*

Numa série de catequeses precedentes falei sobre a oração de Jesus e não gostaria de concluir esta reflexão sem meditar brevemente acerca do tema do silêncio de Jesus, tão importante na relação com Deus.

Na Exortação Apostólica pós-sinodal *Verbum Domini* fiz referência ao papel que o silêncio adquire na vida de Jesus, sobretudo no Gólgota: «Aqui vemo-nos colocados diante da "Palavra da cruz" (cf. *1 Cor* 1, 18). O Verbo emudece, torna-se silêncio de morte, porque se "disse" até calar, nada retendo do que nos devia comunicar» (n. 12). Diante deste silêncio da cruz, São Máximo, o Confessor, põe nos lábios da Mãe de Deus a seguinte expressão: «Fica sem palavras a Palavra do Pai, o qual fez todas as criaturas que falam; sem vida estão os olhos apagados daquele por cuja palavra e por cujo aceno se move tudo o que tem vida» (*A vida de Maria*, n. 89: *Textos marianos do primeiro milénio*, 2, Roma 1989, p. 253).

A cruz de Cristo não mostra somente o silêncio de Jesus como sua última palavra ao Pai, mas revela também que Deus *fala* por meio do *silêncio*: «O silêncio de Deus, a experiência da distância do Omnipotente e Pai é etapa decisiva no caminho terreno do Filho de Deus, Palavra encarnada. Suspenso no madeiro da cruz, o sofrimento que lhe causou tal silêncio fê-lo lamentar: "Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?" (*Mc* 15, 34; Mt 27, 46). Avançando na obediência até ao último suspiro de vida, na obscuridade da morte, Jesus invocou o Pai. A Ele entregou-se no momento da passagem, através da morte, para a vida eterna: "Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito" (*Lc* 23, 46)» (Exortação Apostólica pós-sinodal *Verbum Domini*, 21). A experiência de Jesus na cruz é profundamente reveladora da situação do homem que reza e do ápice da oração: depois de ter ouvido e reconhecido a Palavra de Deus, devemos

medir-nos também com o silêncio de Deus, expressão importante da própria Palavra divina.

A dinâmica de palavra e silêncio, que caracteriza a oração de Jesus em toda a sua existência terrena, sobretudo na cruz, diz respeito também à nossa vida de oração, em duas direcções.

A primeira é a que se refere ao acolhimento da Palavra de Deus. É necessário o silêncio interior e exterior, para que tal palavra possa ser ouvida. E este é um ponto particularmente difícil para nós, no nosso tempo. Com efeito, a nossa é uma época na qual não se favorece o recolhimento; aliás, às vezes a impressão é de que as pessoas têm medo de se separar, mesmo por um instante, do rio de palavras e de imagens que marcam e enchem os dias. Por isso, na já mencionada Exortação *Verbum Domini* recordei a necessidade de nos educarmos para o valor do silêncio: «Redescobrir a centralidade da Palavra de Deus na vida da Igreja significa também redescobrir o sentido do recolhimento e da tranquilidade interior. A grande tradição patrística ensina-nos que os mistérios de Cristo estão ligados ao silêncio e só nele é que a Palavra pode encontrar morada em nós, como aconteceu em Maria, mulher inseparável da Palavra e do silêncio» (n. 66). Este princípio — que sem silêncio não se sente, não se ouve, não se recebe uma palavra — é válido sobretudo para a oração pessoal, mas também para as nossas liturgias: para facilitar uma escuta autêntica, elas devem ser também ricas de momentos de silêncio e de acolhimento não verbal. É sempre válida a observação de Santo Agostinho: *Verbo crescente, verba deficiunt* — «Quando o Verbo de Deus cresce, as palavras do homem faltam» (cf. *Sermo* 288, 5: pl 38, 1307; *Sermo* 120, 2: pl 38, 677). Os Evangelhos apresentam com frequência, sobretudo nas escolhas decisivas, Jesus que se retira totalmente sozinho num lugar afastado das multidões e dos próprios discípulos para rezar no silêncio e viver a sua relação filial com Deus. O silêncio é capaz de escavar um espaço interior no nosso íntimo, para ali fazer habitar Deus, para que a sua Palavra permaneça em nós, a fim de que o amor por Ele se arraigue na nossa mente e no nosso coração, e anime a nossa vida. Portanto, a primeira direcção: voltar a aprender o silêncio, a abertura à escuta, que nos abre ao próximo, à Palavra de Deus.

Porém, há uma segunda importante relação do silêncio com a oração. Com efeito, não há apenas o nosso silêncio para nos dispor à escuta da Palavra de Deus; muitas vezes, na nossa oração, encontramo-nos diante do silêncio de Deus, experimentamos quase um sentido de abandono, parece-nos que Deus não ouve e não responde. Mas este silêncio de Deus, como aconteceu também para Jesus, não marca a sua ausência. O cristão sabe bem que o Senhor está presente e escuta, mesmo na escuridão da dor, da rejeição e da solidão. Jesus garante aos discípulos e a cada um de nós que Deus conhece bem as nossas necessidades, em qualquer momento da nossa vida. Ele ensina aos discípulos: «Nas vossas orações, não sejais como os gentios, que usam vãs repetições, porque pensam que, por muito falarem, serão atendidos. Não façais como eles, porque o vosso Pai celeste sabe do que necessitais, antes que vós lho peçais» (*Mt* 6, 7-8): um coração atento, silencioso e aberto é mais importante que muitas palavras. Deus conhece-nos no íntimo, mais do que nós mesmos, e ama-nos: e saber isto deve ser suficiente. Na Bíblia, a experiência de Job é particularmente significativa a este propósito. Em pouco tempo, este homem perde tudo: familiares, bens, amigos e saúde; até parece que a atitude de Deus no que se lhe refere é a do abandono, do silêncio total. E no entanto Job, na sua relação com Deus, fala com Deus, clama a Deus; na sua oração, não obstante tudo, conserva intacta a sua fé e, no fim, descobre o valor da sua experiência e do silêncio de Deus. E assim no final, dirigindo-se ao Criador, pode concluir: «Eu tinha ouvido falar de ti, mas agora são os meus olhos que te vêem» (*Jb* 42, 5): todos nós conhecemos Deus quase só por ter ouvido falar dele, e quanto mais abertos permanecemos ao seu e ao nosso silêncio, tanto mais começamos a conhecê-lo realmente. Esta confiança extrema que se abre ao encontro profundo com Deus amadureceu no silêncio. São Francisco Xavier rezava, dizendo ao Senhor: eu amo-te, não porque podeis conceder-me o paraíso, ou condenar-me ao inferno, mas porque Vós sois o meu Deus. Amo-vos porque Vós sois Vós!

Aproximando-nos da conclusão das reflexões sobre a oração de Jesus, voltam à mente alguns ensinamentos do *Catecismo da Igreja Católica*: «O drama da oração é-nos plenamente revelado no Verbo que se faz carne e habita entre nós. Procurar compreender a sua oração através do que as suas testemunhas nos dizem dela no Evangelho, é aproximar-nos do Santo Senhor Jesus como da sarça ardente: primeiro, contemplando-O a Ele

próprio em oração; depois, escutando como Ele nos ensina a rezar para, finalmente, conhecermos como é que Ele atende a nossa oração» (n. 2.598). E como é que Jesus nos ensina a rezar? No *Compêndio do Catecismo da Igreja Católica* encontramos uma resposta clara: «Jesus ensina-nos a rezar, não só com a oração do *Pai-Nosso*» — certamente o acto central do ensinamento do modo como rezar — «mas também com a sua própria oração. Assim, para além do conteúdo, ensina-nos as disposições requeridas para uma verdadeira oração: a pureza do coração que procura o Reino e perdoa aos inimigos; a confiança audaz e filial que se estende para além do que sentimos e compreendemos; a vigilância que protege o discípulo da tentação» (n. 544).

Percorrendo os Evangelhos vimos como o Senhor é, para a nossa oração, interlocutor, amigo, testemunha e mestre. Em Jesus revela-se a novidade do nosso diálogo com Deus: a oração filial, que o Pai espera dos seus filhos. E de Jesus aprendemos como a oração constante nos ajuda a interpretar a nossa vida, a fazer as nossas escolhas, a reconhecer e a acolher a nossa vocação, a descobrir os talentos que Deus nos concedeu, a cumprir diariamente a sua vontade, único caminho para realizar a nossa existência.

Para nós, muitas vezes preocupados com a eficácia funcional e com os resultados concretos que alcançamos, a prece de Jesus indica que temos necessidade de parar, de viver momentos de intimidade com Deus, «desapegando-nos» da confusão de todos os dias, para ouvir, para ir à «raiz» que sustenta e alimenta a vida. Um dos momentos mais bonitos da oração de Jesus é precisamente quando Ele, para enfrentar doenças, dificuldades e limites dos seus interlocutores, se dirige ao seu Pai em oração e assim ensina a quantos estão ao seu redor onde é necessário procurar a fonte para ter esperança e salvação. Já recordei, como exemplo comovedor, a oração de Jesus no túmulo de Lázaro. O evangelista João narra: «Quando tiraram a pedra Jesus, erguendo os olhos para o céu, disse: “Pai, dou-te graças por me teres atendido. Eu já sabia que sempre me atendes, mas Eu disse isto por causa das pessoas que me rodeiam, para que venham a crer que Tu me enviaste”. Dito isto, bradou em alta voz: “Lázaro, vem para fora!”» (*Jo* 11, 41-43). Mas o ponto mais alto de profundidade na oração ao Pai, Jesus alcança-o no momento da Paixão e Morte, quando pronuncia o extremo «sim» ao desígnio de Deus e mostra como a vontade humana

encontra o seu cumprimento precisamente na adesão plena à vontade divina, e não na oposição. Na oração de Jesus, no seu brado na Cruz, confluem «todas as desolações da humanidade de todos os tempos, escrava do pecado e da morte, todas as súplicas e intercessões da história da salvação… E eis que o Pai as acolhe e atende, para além de toda a esperança, ao ressuscitar o seu Filho. Assim se cumpre e se consuma o drama da oração na economia da criação e da salvação» (*Compêndio do Catecismo da Igreja Católica*, 2.606).

Caros irmãos e irmãs, peçamos com confiança ao Senhor para viver o caminho da nossa oração filial, aprendendo quotidianamente do Filho Unigénito que se fez homem por nós como deve ser o modo de nos dirigirmos a Deus. As palavras de São Paulo, sobre a vida cristã em geral, são válidas também para a nossa oração: «Estou convencido de que nem a morte nem a vida, nem os anjos nem os principados, nem o presente nem o futuro, nem as potestades nem a altura, nem o abismo nem qualquer outra criatura poderá separar-nos do amor de Deus, que está em nosso Senhor Jesus Cristo» (*Rm* 8, 38-39).

## **27.** *A oração nos Actos dos Apóstolos (1)*

Quarta-feira, 14 de Março de 2012

*Queridos irmãos e irmãs,*

Com a Catequese de hoje, gostaria de começar a falar sobre a oração nos *Actos dos Apóstolos* e nas *Cartas de São Paulo*. São Lucas transmitiu-nos, como sabemos, um dos quatro Evangelhos, dedicado à vida terrena de Jesus, mas deixou-nos também aquilo que foi definido o primeiro livro sobre a história da Igreja, isto é, os *Actos dos Apóstolos*. Nestes dois livros um dos elementos recorrentes é precisamente a oração, a de Jesus e a de Maria, dos discípulos, das mulheres e da comunidade cristã. O caminho inicial da Igreja é ritmado, antes de tudo, pela obra do Espírito Santo, que transforma os Apóstolos em testemunhas do Ressuscitado até à efusão do sangue, e pela rápida difusão da Palavra de Deus rumo ao Oriente e ao Ocidente. Todavia, antes que o anúncio do Evangelho se propague, Lucas cita o episódio da Ascensão do Ressuscitado (cf. *Act* 1, 6-9). Aos discípulos o Senhor confia o programa da sua existência votada à evangelização e diz: «Ides receber uma força, a do Espírito Santo, que descerá sobre vós, e sereis minhas testemunhas em Jerusalém, por toda a Judeia e Samaria, e até aos confins da terra» (*Act* 1, 8). Em Jerusalém os Apóstolos, que se tornaram em Onze devido à traição de Judas Iscariotes, estão reunidos em casa para rezar, e é precisamente na oração que esperam o dom prometido por Cristo Ressuscitado, o Espírito Santo.

Neste contexto de expectativa, entre a Ascensão e o Pentecostes, São Lucas menciona pela última vez Maria, a Mãe de Jesus, e os seus familiares (cf. v. 14). A Maria dedicou o início do seu Evangelho, do anúncio do Anjo ao nascimento e à infância do Filho de Deus que se fez homem. Com Maria começa a vida terrena de Jesus, e com Maria têm início também os primeiros passos da Igreja; em ambos os momentos, o clima é a escuta de Deus e o recolhimento. Portanto, hoje gostaria de meditar sobre esta presença orante da Virgem no grupo dos discípulos, que serão a primeira Igreja nascente. Maria acompanhou com discrição todo o caminho do seu

Filho durante a vida pública, até aos pés da Cruz, e agora continua a acompanhar, com uma prece silenciosa, o caminho da Igreja. Na Anunciação, na casa de Nazaré, Maria recebe o Anjo de Deus, está atenta às suas palavras, acolhe-as e responde ao desígnio divino, manifestando a sua plena disponibilidade: «Eis a serva do Senhor: faça-se em mim segundo a tua vontade» (cf. *Lc* 1, 38). Precisamente pela atitude interior de escuta, Maria é capaz de ler a própria história, reconhecendo com humildade que é o Senhor quem age. Em visita à prima Isabel, Ela irrompe numa oração de louvor e de alegria, de celebração da graça divina, que encheu o seu coração e a sua vida, tornando-a Mãe do Senhor (cf. *Lc* 1, 46-55). Louvor, acção de graças e alegria: no cântico do *Magnificat*, Maria não olha só para aquilo que Deus realizou nela, mas também para quanto Ele fez e faz continuamente na história. Num célebre comentário ao *Magnificat*, Santo Ambrósio convida a ter o mesmo espírito na oração, e escreve: «Esteja em cada um a alma de Maria, para enaltecer o Senhor; esteja em cada um o espírito de Maria para exultar em Deus» (*Expositio Evangelii secundum Lucam* 2, 26: PL 15, 1561).

Ela também está presente no Cenáculo, em Jerusalém, na «sala de cima, no lugar onde se encontravam habitualmente» os discípulos de Jesus (cf. *Act* 1, 13), num clima de escuta e de oração, Ela está presente, antes que as portas se abram de par em par e eles comecem a anunciar Cristo Senhor a todos os povos, ensinando a observar tudo o que Ele tinha ordenado (cfr. *Mt* 28, 19-20). As etapas do caminho de Maria, da casa de Nazaré à de Jerusalém, através da Cruz onde o Filho lhe confia o apóstolo João, são marcadas pela capacidade de manter um clima perseverante de recolhimento, para meditar cada acontecimento no silêncio do seu Coração, diante de Deus (cf. *Lc* 2, 19-51) e na meditação perante Deus, compreender também a vontade de Deus e tornar-se capaz de a aceitar interiormente. A presença da Mãe de Deus com os Onze, depois da Ascensão, não é então uma simples anotação histórica de algo do passado, mas adquire um significado de grande valor, porque com eles Ela partilha aquilo que há de mais precioso: a memória viva de Jesus, na oração; compartilha esta missão de Jesus: conservar a memória de Jesus e assim conservar a sua presença.

A última menção de Maria nos dois escritos de São Lucas está inserida no dia de sábado: o dia do descanso de Deus depois da Criação, o dia do

silêncio depois da Morte de Jesus e da expectativa da sua Ressurreição. E é neste episódio que se arraiga a tradição de Santa Maria no Sábado. Entre a Ascensão do Ressuscitado e o primeiro Pentecostes cristão, os Apóstolos e a Igreja reúnem-se com Maria para esperar com Ela o dom do Espírito Santo, sem o qual não podemos tornar-nos testemunhas. Ela que já o recebeu para gerar o Verbo encarnado, compartilha com toda a Igreja a expectativa do mesmo dom, para que no coração de cada crente «se forme Cristo» (cf. *Gl* 4, 19). Se não há Igreja sem Pentecostes, também não há Pentecostes sem a Mãe de Jesus, porque Ela viveu de modo único aquilo que a Igreja experimenta todos os dias sob a acção do Espírito Santo. São Cromácio de Aquileia comenta assim a anotação dos *Actos dos Apóstolos*: «Portanto, a Igreja congregou-se na sala de cima juntamente com Maria, Mãe de Jesus, e com os seus irmãos. Por conseguinte, não se pode falar de Igreja, se não estiver presente Maria, Mãe do Senhor… A Igreja de Cristo encontra-se onde se anuncia a Encarnação de Cristo através da Virgem, e onde os Apóstolos, que são irmãos do Senhor, pregam ali ouve-se o Evangelho» (*Sermo* 30, 1: sc 164, 135).

O Concílio Vaticano II quis ressaltar de modo particular este vínculo, que se manifesta visivelmente na oração conjunta de Maria e dos Apóstolos, no mesmo lugar, à espera do Espírito Santo. A Constituição dogmática *Lumen gentium* afirma: «Tendo sido do agrado de Deus não manifestar solenemente o mistério da salvação humana antes que viesse o Espírito prometido por Cristo, vemos que, antes do dia de Pentecostes, os Apóstolos “perseveravam unanimemente na oração, com as mulheres, Maria Mãe de Jesus e os seus irmãos» (*Act* 1, 14), implorando Maria, com as suas orações, o dom daquele Espírito, que já descera sobre si na Anunciação» (n. 59). O lugar privilegiado de Maria é a Igreja, onde é «saudada como membro eminente e inteiramente singular… seu tipo e exemplar perfeitíssimo na fé e na caridade» (*ibid*., n. 53).

Então, venerar a Mãe de Jesus na Igreja significa aprender dela a ser comunidade que reza: esta é uma das características essenciais da primeira descrição da comunidade cristã, delineada nos *Actos dos Apóstolos* (cf. 2, 42). Muitas vezes, a oração é determinada por situações de dificuldade, por problemas pessoais que nos levam a dirigir-nos ao Senhor para receber luz, consolação e ajuda. Maria convida a abrir as dimensões da oração, a dirigir-

nos a Deus não só na necessidade, nem só para nós mesmos, mas de modo unânime, perseverante e fiel, com «um só coração e uma só alma» (cf. *Act* 4, 32).

Caros amigos, a vida humana atravessa várias fases de passagem, com frequência difíceis e exigentes, que requerem escolhas inadiáveis, renúncias e sacrifícios. A Mãe de Jesus foi posta pelo Senhor em momentos decisivos da história da salvação, e soube responder sempre com plena disponibilidade, fruto de um vínculo profundo com Deus amadurecido na oração assídua e intensa. Entre a sexta-feira da Paixão e o domingo da Ressurreição, a Ela foi confiado o discípulo predilecto e, com ele, toda a comunidade dos discípulos (cf. *Jo* 19, 26). Entre a Ascensão e o Pentecostes, Ela encontra-se *com* e *na* Igreja em oração (cf. *Act* 1, 14). Mãe de Deus e Mãe da Igreja, Maria exerce esta sua maternidade até ao fim da história. Confiemos-lhe cada fase da nossa existência pessoal e eclesial, também a da nossa passagem final. Maria ensina-nos a necessidade da oração e indica-nos que só com um vínculo constante, íntimo e cheio de amor com o seu Filho podemos sair da «nossa casa», de nós mesmos, com coragem, para alcançar os confins do mundo e anunciar em toda a parte o Senhor Jesus, Salvador do mundo. Obrigado!

## **28.** *A oração nos Actos dos Apóstolos (2)*

Quarta-feira, 18 de Abril de 2012

*Queridos irmãos e irmãs!*

Depois das grandes festas, voltamos agora às catequeses sobre a oração. Na audiência antes da Semana Santa reflectimos sobre a figura da Bem-Aventurada Virgem Maria, presente no meio dos Apóstolos em oração no momento em que aguardavam a descida do Espírito Santo. Uma atmosfera orante acompanha os primeiros passos da Igreja. O Pentecostes não é um episódio isolado, porque a presença e a acção do Espírito Santo guiam e animam constantemente o caminho da comunidade cristã. Com efeito, nos Actos dos Apóstolos, São Lucas, além de narrar a grande efusão que se deu no Cenáculo cinquenta dias depois da Páscoa (cf. *Act* 2, 1-13), refere outras irrupções extraordinárias do Espírito Santo, que se repetem na história da Igreja. E hoje desejo analisar aquela que foi definida o «pequeno Pentecostes», que se verificou no ápice de uma fase difícil na vida da Igreja nascente.

Os *Actos dos Apóstolos* narram que, depois da cura de um paralítico junto do Templo de Jerusalém (cf. *Act* 3, 1-10), Pedro e João foram presos (cf. *Act* 4, 1) porque anunciavam a Ressurreição de Jesus a todo o povo (cf. *Act* 3, 11-26). Depois de um processo sumário e de terem sido libertados, foram ao encontro dos seus irmãos e contaram-lhes tudo o que tiveram que suportar por causa do testemunho dado de Jesus o Ressuscitado. Naquele momento, diz São Lucas, «todos elevaram unânimes a sua voz a Deus» (*Act* 4, 24). Aqui São Lucas refere a oração mais ampla da Igreja que encontramos no Novo Testamento, no final da qual, como ouvimos, «o lugar no qual se encontravam reunidos tremeu e todos ficaram cheios do Espírito Santo e proclamavam a Palavra de Deus com franqueza» (*Act* 4, 31).

Antes de considerar esta bonita oração, observamos uma atitude de fundo importante: diante do perigo, da dificuldade, da ameaça, a primeira

comunidade cristã não procura analisar o modo como reagir, como encontrar estratégias, como se defender, quais medidas adoptar, mas, diante da prova, põe-se em oração, entra em contacto com Deus.

E que característica tem esta oração? Trata-se de uma oração unânime e concorde de toda a comunidade, que enfrenta uma situação de perseguição por causa de Jesus. No original grego São Lucas usa a palavra «*homothumadon*» — «todos juntos», «concordes» — uma palavra que é usada noutras partes dos *Actos dos Apóstolos* para ressaltar esta oração perseverante e concorde (cf. *Act* 1, 14; 2, 46). Esta concórdia é o elemento fundamental da primeira comunidade e deveria ser sempre fundamental para a Igreja. Não é então só a oração de Pedro e de João, que se encontraram em perigo, mas de toda a comunidade, porque quanto os dois Apóstolos vivem não diz respeito só a eles, mas a toda a Igreja. Face às perseguições suportadas por causa de Jesus, a comunidade não só não se assusta nem se divide, mas está profundamente unida na oração, como uma só pessoa, para invocar o Senhor. Diria que este é o primeiro prodígio que se realiza quando os crentes são postos à prova por causa da sua fé: a unidade consolida-se, em vez de ser comprometida, porque é apoiada por uma oração inabalável. A Igreja não deve recear as perseguições que na sua história é obrigada a suportar, mas ter sempre confiança, como Jesus no Getsémani, na presença, na ajuda e na força de Deus, invocado na oração.

Façamos mais um passo: o que pede a Deus a comunidade cristã no momento de prova? Não pede a incolumidade da vida diante da perseguição, nem que o Senhor puna aqueles que aprisionaram Pedro e João; pede unicamente que lhe seja concedido «proclamar com toda a franqueza» a Palavra de Deus (cf. *Act* 4, 29), ou seja, reza para não perder a coragem da fé, a coragem de anunciar a fé. Mas antes procura compreender em profundidade o que aconteceu, procura ler os acontecimentos à luz da fé e faz isto precisamente através da Palavra de Deus, que nos faz decifrar a realidade do mundo.

Na oração que eleva ao Senhor, a comunidade começa por recordar e invocar a grandeza e a imensidade de Deus: «Senhor, tu que criaste o céu e a terra, o mar e todas as coisas que nele habitam» (*Act* 4, 24). E a invocação ao Criador: sabemos que tudo provém d'Ele, que tudo está nas Suas mãos. É

esta a consciência que nos dá certeza e coragem: tudo provém d'Ele, tudo está nas Suas mãos. Em seguida reconhece o modo como Deus agiu na história — por conseguinte começa com a criação e prossegue na história — como esteve próximo do seu povo mostrando-se um Deus que se interessa pelo homem, que não se retirou, que não abandona o homem sua criatura; e neste ponto é citado explicitamente o Salmo 2, à luz do qual é lida a situação de dificuldade que a Igreja está a viver naquele momento. O Salmo 2 celebra a entronização do rei de Judá, mas refere-se profeticamente à vinda do Messias, contra o qual nada poderão fazer a rebelião, a perseguição, a injustiça dos homens: «Por que as nações agitar-se-ão e os povos tramaram coisas vãs? Insurgiram os reis da terra e os príncipes aliaram-se juntos contra o Senhor e contra o seu Cristo» (*Act* 4, 25). Profeticamente o Salmo já diz isto acerca do Messias, e é característica em toda a história esta rebelião dos poderosos contra o poder de Deus. Precisamente lendo a Sagrada Escritura, que é Palavra de Deus, a comunidade pode dizer a Deus na sua oração: «deveras nesta cidade… reuniram-se contra o teu Santo Servo Jesus, que tu consagraste, para cumprir o que a tua mão e a tua vontade tinham decidido que acontecesse» (*Act* 4, 27). O que aconteceu é lido à luz de Cristo, que é a chave para compreender também a perseguição; a Cruz, que é sempre a chave para a Ressurreição. A oposição a Jesus, a sua Paixão e Morte, são relidas, através do Salmo 2, como realização do projecto de Deus Pai para a salvação do mundo. Encontra-se aqui também o sentido da experiência de perseguição que a primeira comunidade cristã está a viver; esta primeira comunidade não é uma simples associação, mas uma comunidade que vive em Cristo; portanto, o que lhe acontece faz parte do desígnio de Deus. Como aconteceu com Jesus, também os discípulos encontram oposição, incompreensão, perseguição. Na oração, a meditação sobre a Sagrada Escritura à luz do mistério de Cristo ajuda a ler a realidade presente no interior da história de salvação que Deus realiza no mundo, sempre à sua maneira.

Precisamente por isto o pedido que a primeira comunidade cristã de Jerusalém formula a Deus na oração não é para ser defendida, poupada à prova, ao sofrimento, não é a prece para ter sucesso, mas unicamente a de poder proclamar com «parresia», isto é, com franqueza, com liberdade, com coragem, a Palavra de Deus (cf. *Act* 4, 29).

Acrescenta depois o pedido que este anúncio seja acompanhado pela mão de Deus, para que se cumpram curas, sinais, prodígios (cf. *Act* 4, 30), isto é, que a bondade de Deus seja visível, como força que transforma a realidade, que muda o coração, a mente, a vida dos homens e traga a novidade radical do Evangelho.

No final da oração — escreve São Lucas — «o lugar onde estavam reunidos tremeu e todos foram colmados do Espírito Santo e proclamavam a palavra de Deus com franqueza» (*Act* 4, 31), o lugar tremeu, isto é, a fé e a força de transformar a terra e o mundo. O mesmo Espírito que falou por meio do Salmo 2 na oração da Igreja, irrompe na casa e enche o coração de todos os que invocaram o Senhor. Isto é o fruto da oração coral que a comunidade cristã eleva a Deus: a efusão do Espírito, dom do Ressuscitado que ampara e guia o anúncio livre e corajoso da Palavra de Deus, que estimula os discípulos do Senhor a sair sem receio para levar a boa nova até aos confins do mundo.

Também nós, queridos irmãos, devemos saber levar os acontecimentos da nossa vida quotidiana à nossa oração, para procurar o seu significado profundo. E como a primeira comunidade cristã, também nós, deixando-nos iluminar pela Palavra de Deus, através da meditação sobre a Sagrada Escritura, podemos aprender a ver que Deus está presente na nossa vida, presente também e precisamente nos momentos difíceis, e que tudo — até as coisas incompreensíveis — faz parte de um desígnio superior de amor no qual a vitória final sobre o mal, sobre o pecado e sobre a morte é deveras a vitória do bem, da graça, da vida, de Deus.

Como para a primeira comunidade cristã, a oração ajuda-nos a ler a história pessoal e colectiva na perspectiva mais justa e fiel, a de Deus. E também nós queremos renovar o pedido do dom do Espírito Santo, que aqueça o coração e ilumine a mente, para reconhecer como o Senhor realiza as nossas invocações segundo a sua vontade de amor e não segundo as nossas ideias. Guiados pelo Espírito de Jesus Cristo, seremos capazes de viver com serenidade, coragem e alegria qualquer situação da vida e com São Paulo orgulhar-nos «nas tribulações, sabendo que a tribulação produz paciência, a paciência a virtude provada e a virtude provada a esperança»: aquela esperança que «não desilude, porque o amor de Deus foi derramado

nos nossos corações por meio do Espírito Santo que nos foi doado» (*Rm* 5, 3-5). Obrigado.

## **29.** *A oração nos Actos dos Apóstolos (3)*

Quarta-feira, 25 de Abril de 2012

*Queridos irmãos e irmãs*

Na catequese passada demonstrei que a Igreja, desde os primórdios do seu caminho, teve que enfrentar situações imprevistas, novas questões e emergências, às quais procurou dar uma resposta à luz da fé, deixando-se orientar pelo Espírito Santo. Hoje, gostaria de meditar sobre mais uma destas situações, sobre um problema sério que a primeira comunidade cristã de Jerusalém teve que enfrentar e resolver, como nos narra São Lucas no capítulo sexto dos Actos dos Apóstolos, acerca da pastoral da caridade para com as pessoas sozinhas e necessitadas de assistência e ajuda. A questão não é secundária para a Igreja, e naquele momento corria o risco de criar divisões no interior da Igreja; com efeito, o número dos discípulos ia aumentando, mas os de língua grega começaram a queixar-se contra aqueles de língua hebraica, porque as suas viúvas eram negligenciadas na distribuição diária (cf. *Act* 6, 1). Diante desta urgência que dizia respeito a um aspecto fundamental na vida da comunidade, ou seja, a caridade para com os débeis, os pobres e os indefesos, e a justiça, os Apóstolos convocam todo o grupo dos discípulos. Neste momento de emergência pastoral sobressai o discernimento realizado pelos Apóstolos. Eles encontram-se perante a exigência primária de anunciar a Palavra de Deus em conformidade com o mandato do Senhor, mas — embora esta seja a exigência primária da Igreja — consideram com igual seriedade o dever da caridade e da justiça, isto é, de assistir as viúvas e os pobres, de providenciar com amor às situações de necessidade em que se podem encontrar os irmãos e as irmãs, para responder ao mandato de Jesus: amai-vos uns aos outros, como Eu vos tenho amado (cf. *Jo* 15, 12.17). Portanto, as duas realidades que devem viver na Igreja — o anúncio da Palavra, o primado de Deus, e a caridade concreta, a justiça — estão a criar dificuldades e deve-se encontrar uma solução, para que ambas possam ter o seu lugar, a sua relação necessária. A reflexão dos Apóstolos é muito clara; como ouvimos, eles afirmam: «Não convém deixarmos a Palavra de Deus,

para servirmos às mesas. Irmãos, é melhor procurardes entre vós sete homens de boa reputação, cheios do Espírito e de sabedoria; confiar-lhes-emos essa tarefa. Quanto a nós, entregar-nos-emos assiduamente à oração e ao serviço da Palavra» (*Act* 6, 2-4).

Sobressaem dois dados: primeiro, desde aquele momento na Igreja existe um ministério da caridade. A Igreja não deve apenas anunciar a Palavra, mas também realizar a Palavra, que é caridade e verdade. E, segundo ponto, estes homens não só devem gozar de boa reputação, mas devem ser homens cheios de Espírito Santo e de sabedoria, ou seja, não podem ser unicamente organizadores que sabem «fazer», mas devem «fazer» no espírito da fé com a luz de Deus, na sabedoria do coração, e portanto também a sua função — embora seja sobretudo prática — é todavia uma função espiritual. A caridade e a justiça não são apenas obras sociais, mas obras espirituais realizadas à luz do Espírito Santo. Portanto, podemos dizer que esta situação é enfrentada com grande responsabilidade por parte dos Apóstolos, que tomam esta decisão: são escolhidos sete homens; os Apóstolos rezam para pedir a força do Espírito Santo; e depois impõem-lhes as mãos para que se dediquem de modo particular a esta diaconia da caridade. Assim, na vida da Igreja, nos primeiros passos que ela dá, medita-se de um certo modo sobre o que tinha acontecido durante a vida pública de Jesus, na casa de Marta e Maria, em Betânia. Marta estava totalmente concentrada no serviço da hospitalidade a oferecer a Jesus e aos seus discípulos; Maria, ao contrário, dedica-se à escuta da Palavra do Senhor (cf. *Lc* 10, 38-42). Em ambos os casos, não são contrapostos os momentos da oração e da escuta de Deus, e a actividade quotidiana, o exercício da caridade. A admoestação de Jesus: «Marta, Marta, andas inquieta e perturbada com muitas coisas; mas uma só é necessária. Maria escolheu a melhor parte, que não lhe será tirada» (*Lc* 10, 41-42), assim como a reflexão dos Apóstolos: «Quanto a nós… entregar-nos-emos à oração e ao serviço da Palavra» (*Act* 6, 4), mostram a prioridade que devemos dar a Deus. Agora não gostaria de entrar na interpretação desta perícope Marta-Maria. Contudo, não se deve condenar a actividade a favor do próximo, do outro, mas é preciso ressaltar que deve ser penetrada interiormente também pelo espírito da contemplação. Por outro lado, Santo Agostinho diz que esta realidade de Maria é uma visão da nossa situação do céu, portanto na terra nunca a podemos ter completamente, mas um pouco

de antecipação deve estar presente em toda a nossa actividade. Deve estar presente inclusive a contemplação de Deus. Não podemos perder-nos no activismo puro, mas devemos deixar-nos penetrar sempre na nossa actividade pela luz da Palavra de Deus e assim aprender a caridade autêntica, o serviço verdadeiro ao outro, que não tem necessidade de muitas coisas — precisa sem dúvida das coisas necessárias — mas carece sobretudo do afecto do nosso coração, da luz de Deus.

Santo Ambrósio, comentando o episódio de Marta e Maria, assim exorta os seus fiéis, e também a nós: «Procuremos também nós ter aquilo que não nos pode ser tirado, prestando à Palavra do Senhor uma atenção diligente, não distraída: até as sementes da palavra celeste podem perder-se, se forem lançadas ao longo do caminho. Estimule-te também a ti, como a Maria, o desejo de saber: esta é a obra maior e mais perfeita». E acrescenta que também «o cuidado pelo ministério não deve distrair do conhecimento da palavra celeste», da oração (*Expositio Evangelii secundum Lucam*, VII, 85: pl 15, 1720). Portanto, os santos experimentaram uma profunda unidade de vida entre oração e acção, entre o amor total a Deus e o amor aos irmãos. São Bernardo, que é um modelo de harmonia entre contemplação e laboriosidade, no livro *De consideratione*, dedicado ao Papa Inocêncio II para lhe oferecer algumas reflexões a respeito do seu ministério, insiste precisamente sobre a importância do recolhimento interior, da oração para se defender dos perigos de uma actividade excessiva, independentemente da condição em que se encontra e da tarefa que está a cumprir. S. Bernardo afirma que as ocupações excessivas, uma vida frenética, terminam muitas vezes por endurecer o coração e fazer sofrer o espírito (cf. II, 3).

É uma exortação preciosa para nós, hoje, habituados a considerar tudo com o critério da produtividade e da eficácia. O trecho dos *Actos dos Apóstolos* recorda-nos a importância do trabalho — sem dúvida, cria-se um verdadeiro ministério — do compromisso nas actividades quotidianas que devem ser desempenhadas com responsabilidade e dedicação, mas também a nossa necessidade de Deus, da sua guia, da sua luz que nos dão força e esperança. Sem a oração quotidiana, vivida com fidelidade, o nosso fazer esvazia-se, perde a alma profunda, reduz-se a um simples activismo que, no final, nos deixa insatisfeitos. Há uma bonita invocação da tradição cristã, a recitar antes de cada actividade, que reza assim: «*Actiones nostras*,

*quæsumus, Domine, aspirando præveni et adiuvando prosequere, ut cuncta nostra oratio et operatio a te semper incipiat, et per te coepta finiatur*», ou seja: «Inspirai as nossas acções, Senhor, e acompanhai-as com a vossa ajuda, para que cada nosso falar e agir receba sempre de Vós o seu início e em Vós tenha o seu cumprimento». Cada passo da nossa vida, cada acção, inclusive da Igreja, deve ser feita diante de Deus, à luz da sua Palavra.

Na catequese da quarta-feira passada eu tinha sublinhado a oração unânime da primeira comunidade cristã diante da provação e como, precisamente na oração, na meditação sobre a Sagrada Escritura, ela pôde compreender os acontecimentos que estavam a ocorrer. Quando a oração é alimentada pela Palavra de Deus, podemos ver a realidade com olhos novos, com os olhos da fé, e o Senhor, que fala à mente e ao coração, infunde nova luz no caminho, em cada momento e em cada situação. Nós acreditamos na força da Palavra de Deus e da oração. Também a dificuldade que a Igreja estava a viver diante do problema do serviço aos pobres, da questão da caridade, é superada na oração, à luz de Deus, do Espírito Santo. Os Apóstolos não se limitam a ratificar a escolha de Estêvão e dos outros homens, mas «depois de orarem, impuseram-lhes as mãos» (*Act* 6, 6). O evangelista recordará novamente estes gestos, por ocasião da eleição de Paulo e Barnabé, onde lemos: «Depois de terem jejuado e orado, impuseram-lhes as mãos e deixaram-nos partir» (*Act* 13, 3). Volta a confirmar que o serviço concreto da caridade é um serviço espiritual. Ambas as realidades devem caminhar juntas.

Com o gesto da imposição das mãos, os Apóstolos conferem um ministério particular a sete homens, para que lhes seja concedida a graça correspondente. O relevo da oração — «depois de orarem», dizem — é importante porque põe em evidência precisamente a dimensão espiritual do gesto; não se trata simplesmente de conferir um cargo, como acontece numa organização social, mas é um acontecimento eclesial em que o Espírito Santo se apropria de sete homens escolhidos pela Igreja, consagrando-os na Verdade, que é Jesus Cristo: Ele é o protagonista silencioso, presente na imposição das mãos a fim de que os eleitos sejam transformados pelo seu poder e santificados para enfrentar os desafios concretos, os desafios pastorais. E o relevo da oração recorda-nos, além disso, que somente da

relação íntima com Deus, cultivada todos os dias, nasce a resposta à escolha do Senhor e é confiado cada ministério na Igreja.

Caros irmãos e irmãs, o problema pastoral que induziu os Apóstolos a escolher e a impor as mãos sobre sete homens encarregados do serviço da caridade, para se dedicarem à oração e ao anúncio da Palavra, indica também a nós o primado da oração e da Palavra de Deus que, todavia, produz depois também a obra pastoral. Para os Pastores, esta é a primeira e mais preciosa forma de serviço a favor do rebanho que lhes foi confiado. Se os pulmões da oração e da Palavra de Deus não alimentarem a respiração da nossa vida espiritual, correremos o risco de sufocar no meio das inúmeras actividades de cada dia: a oração é a respiração da alma e da vida. E há outra exortação preciosa, que gostaria de sublinhar: na relação com Deus, na escuta da sua Palavra, no diálogo com Deus, mesmo quando nos encontramos no silêncio de uma igreja ou do nosso quarto, estamos unidos no Senhor a numerosos irmãos e irmãs na fé, como um conjunto de instrumentos que, apesar da sua individualidade, elevam a Deus uma única grande sinfonia de intercessão, de acção de graças e de louvor. Obrigado!

## **30.** *A oração nos Actos dos Apóstolos (4)*

Quarta-feira, 2 de Maio de 2012

*Queridos irmãos e irmãs,*

Nas últimas Catequeses vimos como, na oração pessoal e comunitária, a leitura e a meditação da Sagrada Escritura abrem à escuta de Deus que nos fala e infundem luz para compreeender o presente. Hoje, gostaria de falar sobre o testemunho e a oração do primeiro mártir da Igreja, Santo Estêvão, um dos sete escolhidos para o serviço da caridade para com os necessitados. No momento do seu martírio, narrado pelos *Actos dos Apóstolos*, manifesta-se mais uma vez a fecunda relação entre a Palavra de Deus e a oração.

Estêvão é conduzido ao tribunal, diante do Sinédrio, onde é acusado de ter declarado que «Jesus… destruiria este lugar [o templo], e mudaria as regras que Moisés nos legou» (*Act* 6, 14). Com efeito, durante a sua vida pública, Jesus tinha prenunciado a destruição do templo de Jerusalém: «Destruí este templo, e em três dias Eu o levantarei» (*Jo* 2, 19). Todavia, como anota o evangelista João, «Ele… falava do templo que é o seu corpo. Por isso, quando Jesus ressuscitou dos mortos, os seus discípulos recordaram-se de que Ele o tinha dito, e acreditaram na Escritura e nas palavras que tinha proferido» (*Jo* 2, 21-22).

O discurso de Estêvão diante do tribunal, o mais longo dos *Actos dos Apóstolos*, desenvolve-se precisamente a respeito desta profecia de Jesus, que é o novo templo, inaugura o novo culto e substitui, com a oferta que faz de Si mesmo na cruz, os sacrifícios antigos. Estêvão quer demonstrar como é infundada a acusação que lhe é dirigida, de alterar a lei de Moisés, e explica a sua visão da história da salvação, da aliança entre Deus e o homem. Assim, ele relê toda a narração bíblica, itinerário contido na Sagrada Escritura, para mostrar que ele conduz ao «lugar» da presença definitiva de Deus, que é Jesus Cristo, em particular a sua Paixão, Morte e Ressurreição. Nesta perspectiva, Estêvão lê também o seu ser discípulo de Jesus, seguindo-o até ao martírio. A meditação sobre a Sagrada Escritura

permite-lhe, assim, compreender a sua missão, a sua vida e o seu presente. Nisto, ele é orientado pela luz do Espírito Santo, pela sua relação íntima com o Senhor, a tal ponto que os membros do Sinédrio viram que o seu rosto era «como o de um Anjo» (*Act* 6, 15). Tal sinal de assistência divina evoca o rosto resplandecente de Moisés que descia do monte Sinai, depois de ter encontrado Deus (cf. *Êx* 34, 29-35; e *2 Cor* 3, 7-8).

No seu discurso, Estêvão começa a partir da chamada de Abraão, peregrino rumo à terra indicada por Deus, e que a possuiu só a nível de promessa; depois, passa a José, vendido pelos irmãos mas assistido e libertado por Deus, para enfim chegar a Moisés, que se torna instrumento de Deus para libertar o seu povo, mas encontra também e várias vezes a rejeição da sua própria gente. Nestes acontecimentos narrados pela Sagrada Escritura, da qual Estêvão demonstra que está em religiosa escuta, sobressai sempre Deus, que não se cansa de ir ao encontro do homem, não obstante encontre com frequência uma oposição obstinada. E isto no passado, no presente e no futuro. Portanto, em todo o Antigo Testamento ele vê a prefiguração da vicissitude do próprio Jesus, o Filho de Deus que se fez carne e que — como os antigos Padres — encontra obstáculos, rejeição e morte. Em seguida, Estêvão refere-se a Josué, a David e a Salomão, postos em relação com a construção do templo de Jerusalém, e conclui com as palavras do profetas Isaías (66, 1-2): «O Céu é o meu trono, e a Terra, estrado dos meus pés. Que casa me haveis de construir… e qual será o lugar do meu repouso? Não foi a minha mão que fez todas as coisas?» (*Act* 7, 49-50). Na sua meditação sobre o agir de Deus na história da salvação, evidenciando a tentação perene de rejeitar Deus e a sua acção, ele afirma que Jesus é o Justo anunciado pelos profetas; nele, foi o próprio Deus que se tornou presente de modo singular e definitivo: Jesus é o «lugar» do culto verdadeiro. Estêvão não nega a importância do templo durante um certo tempo, mas ressalta que «o Altíssimo não habita em casas erguidas pela mão do homem» (*Act* 7, 48). O novo templo em que Deus habita é o seu Filho, que assumiu a carne humana, é a humanidade de Cristo, o Ressuscitado que congrega os povos e que os une no Sacramento do seu Corpo e do seu Sangue. A expressão acerca do templo «não erguido pela mão do homem», encontra-se inclusive na teologia de São Paulo e na Carta aos Hebreus: o corpo de Jesus, que Ele assumiu para se oferecer a si mesmo como vítima sacrifical para expiar os pecados, é o novo templo de Deus, o

lugar da presença do Deus vivo; nele, Deus e o homem, Deus e o mundo estão realmente em contacto: Jesus assume sobre si todo o pecado da humanidade, para o levar ao amor de Deus e para o «fazer arder» neste amor. Aproximar-se da Cruz, entrar em comunhão com Cristo, quer dizer entrar nesta transformação. E isto significa entrar em contacto com Deus, entrar no templo verdadeiro.

Repentinamente, a vida e o discurso de Estêvão interrompem-se com a lapidação, mas precisamente o seu martírio é o cumprimento da sua vida e da sua mensagem: ele torna-se um só com Cristo. Assim, a sua meditação sobre o agir de Deus na história, sobre a Palavra divina que em Jesus encontrou o seu pleno cumprimento, torna-se uma participação na própria oração da Cruz. Com efeito, antes de morrer ele exclama: «Senhor Jesus, recebe o meu espírito» (*Act* 7, 59), apropriando-se das palavras do Salmo 31 (cf. v. 6) e imitando a última expressão de Jesus no Calvário: «Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito» (*Lc* 23, 46); e enfim, como Jesus, brada com voz forte àqueles que o apedrejavam: «Senhor, não lhes atribuas este pecado!» (*Act* 7, 60). Observemos que, se por um lado a oração de Estêvão retoma a prece de Jesus, diverso é o destinatário, uma vez que a invocação é dirigida ao próprio Senhor, ou seja a Jesus, que ele contempla glorificado à direita do Pai: «Olhai… vejo os Céus abertos e o Filho do Homem de pé, à direita de Deus» (v. 56).

Caros irmãos e irmãs, o testemunho de Santo Estêvão oferece-nos algumas indicações para a nossa oração e a nossa vida. Podemos interrogar-nos: de onde tirou este primeiro mártir cristão a força para enfrentar os seus perseguidores e chegar até ao dom de si mesmo? A resposta é simples: da sua relação com Deus, da sua comunhão com Cristo, da meditação sobre a história da salvação, da visão do agir de Deus, que em Jesus Cristo alcançou o ápice. Também a nossa oração deve ser alimentada pela escuta da Palavra de Deus, na comunhão com Jesus e com a sua Igreja.

Um segundo elemento: Santo Estêvão vê prenunciada, na história da relação de amor entre Deus e o homem, a figura e a missão de Jesus. Ele — o Filho de Deus — é o templo «não erguido pela mão do homem», em quem a presença de Deus Pai se fez tão próxima a ponto de entrar na nossa carne humana para nos levar a Deus, para nos abrir as portas do Céu. Então,

a nossa oração deve ser contemplação de Jesus à direita de Deus, de Jesus como Senhor da nossa, da minha, existência quotidiana. Nele, sob a guia do Espírito Santo, também nós podemos dirigir-nos a Deus, entrar em contacto real com Deus, com a confiança e o abandono dos filhos que se dirigem a um Pai que os ama de modo infinito. Obrigado!

## **31.** *Oração nos Actos dos Apóstolos (5)*

Quarta-feira, 9 de Maio de 2012

*Queridos irmãos e irmãs,*

Hoje gostaria de meditar sobre o último episódio da vida de São Pedro, narrado nos *Actos dos Apóstolos*: o seu aprisionamento por vontade de Herodes Agripa e a sua libertação através da intervenção prodigiosa do Anjo do Senhor, na vigília do seu processo em Jerusalém (cf. *Act* 12, 1-17).

A narração é mais uma vez caracterizada pela oração da Igreja. Com efeito, São Lucas escreve: «Enquanto Pedro estava encerrado na prisão, a Igreja orava a Deus instantemente por ele» (*Act* 12, 5). E, depois de ter deixado milagrosamente o cárcere, por ocasião da sua visita à casa de Maria, mãe de João chamado Marcos, afirma-se que «numerosos fiéis estavam reunidos a orar» (*Act* 12, 12). Entre estas duas anotações importantes que explicam a atitude da comunidade cristã diante do perigo e da perseguição, são narradas a detenção e a libertação de Pedro, que dura a noite inteira. A força da oração incessante da Igreja eleva-se até Deus e o Senhor ouve e realiza uma libertação impensável e inesperada, enviando o seu Anjo.

A narração evoca os grandes elementos da libertação de Israel da escravidão do Egipto, a Páscoa judaica. Como aconteceu naquele evento fundamental, também aqui o gesto principal é levado a cabo pelo Anjo do Senhor, que liberta Pedro. E se as próprias acções do Apóstolo — ao qual se pede que se levante depressa, ponha o cinto e cinja os rins — corroboram as do povo eleito na noite da libertação por intervenção de Deus, quando foi convidado a comer depressa o cordeiro com os rins cingidos, as sandálias aos pés, o cajado na mão, pronto para sair do país (cf. *Êx* 12, 11). Assim, Pedro pode exclamar: «Agora sei verdadeiramente que o Senhor enviou o seu anjo e me arrancou das mãos de Herodes» (*Act* 12, 11). Mas o Anjo evoca não apenas aquele da libertação de Israel do Egipto, mas também o da Ressurreição de Cristo. Com efeito, narram os *Actos dos Apóstolos*: «De

repente, apareceu o Anjo do Senhor e a masmorra foi inundada de luz, tocando-lhe no lado, e disse-lhe: “Ergue-te depressa”» (*Act* 12, 7). A luz que enche o espaço da prisão e o próprio gesto de acordar o apóstolo estão relacionadas com a luz libertadora da Páscoa do Senhor que vence as trevas da noite e do mal. Finalmente, o convite: «Cobre-te com a capa e segue-me» (*Act* 12, 8), faz ressoar no coração as palavras da chamada inicial de Jesus (cf. *Mc* 1, 17), repetida depois da Ressurreição no lago de Tiberíades, onde o Senhor diz duas vezes a Pedro: «Segue-me» (*Jo* 21, 19.22). É um convite premente ao seguimento: só vivemos a liberdade verdadeira se sairmos de nós mesmos, para nos colocarmos a caminho com o Senhor e cumprirmos a sua vontade.

Gostaria de ressaltar também outro aspecto da atitude de Pedro no cárcere; com efeito, notemos que, enquanto a comunidade cristã reza com insistência por ele, Pedro «estava a dormir» (*Act* 12, 6). Numa situação tão crítica e de perigo sério, é uma atitude que pode parecer estranha, mas que ao contrário denota tranquilidade e confiança; ele confia em Deus, sabe que está circundado pela solidariedade e pela oração dos seus e abandona-se totalmente nas mãos do Senhor. Assim deve ser a nossa oração: assídua, solidária com os outros, plenamente confiante em relação a Deus, que nos conhece no íntimo e cuida de nós, a tal ponto que — diz Jesus — «até os cabelos da vossa cabeça estão todos contados! Não temais, pois…» (*Mt* 10, 30-31). Pedro vive a noite do cativeiro e da libertação do cárcere como um momento do seu seguimento do Senhor, que vence as trevas da noite e liberta da escravidão das correntes e do perigo de morte. A sua libertação é prodigiosa, caracterizada por vários trechos descritos cuidadosamente: orientado pelo Anjo, não obstante a vigilância dos guardas, atravessa o primeiro e o segundo posto de guarda, até à porta de ferro que introduz na cidade: e a porta abre-se sozinha diante deles (cf. *Act* 12, 10). Pedro e o Anjo do Senhor percorrem juntos uma parte do caminho até que, voltando a si, o apóstolo se dá conta de que o Senhor realmente o libertou e, depois de ter meditado, vai à casa de Maria, mãe de Marcos, onde muitos dos discípulos estão reunidos em oração; mais uma vez, a resposta da comunidade à dificuldade e ao perigo é confiar em Deus, intensificar a relação com Ele.

Aqui, parece-me útil evocar outra situação difícil, que foi vivida pela comunidade cristã das origens. Fala-nos dela São Tiago na sua Carta. Trata-se de uma comunidade em crise, em dificuldade, não tanto devido às perseguições, mas porque no seu interior há invejas e conflitos (cf. *Tg* 3, 14-16). E o apóstolo interroga-se acerca do motivo desta situação. Ele encontra duas razões principais: a primeira é deixar-se dominar pelas paixões, pela ditadura dos próprios desejos, pelo egoísmo (cf. *Tg* 4, 1-2a); a segunda é a falta de oração — «não pedis» (*Tg* 4, 2b) – ou a presença de uma oração que não se pode definir como tal — «Pedis e não recebeis, porque pedis mal, para satisfazer os vossos prazeres» (*Tg* 4, 3). Segundo São Tiago, esta situação mudaria se a comunidade falasse totalmente unida com Deus, se rezasse realmente de modo assíduo e unânime. Com efeito, também o discurso sobre Deus corre o risco de perder a sua força interior e o testemunho esgota-se, se não forem animados, sustentados e acompanhados pela oração, pela continuidade de um diálogo vivo com o Senhor. Uma exortação importante inclusive para nós e para as nossas comunidades, quer pequenas, como a família, quer as mais vastas, como a paróquia, a diocese e a Igreja inteira. E isto faz-me pensar que rezavam nesta comunidade de São Tiago, mas rezavam mal, somente para satisfazer os próprios prazeres. Temos que aprender sempre de novo a rezar bem, a orar realmente, orientando-nos para Deus e não para o nosso próprio bem.

Ao contrário, a comunidade que acompanha o cativeiro de Pedro é uma comunidade que reza verdadeiramente, durante a noite inteira, unida. E a alegria que invade o coração de todos quando, inesperadamente, o apóstolo bate à porta é irreprimível. São a alegria e a admiração diante da obra de Deus que ouve. Assim, da Igreja eleva-se a oração por Pedro, e na Igreja ele volta para narrar «como o Senhor o tinha tirado da prisão» (*Act* 12, 17). Naquela Igreja onde ele é posto como rocha (cf. *Mt* 16, 18), Pedro narra a sua «Páscoa» de libertação: ele experimenta que no seguimento de Jesus encontra a liberdade verdadeira, é envolvido pela luz resplandecente da Ressurreição e por isso pode testemunhar até ao martírio que o Senhor é o Ressuscitado e «que verdadeiramente o Senhor enviou o seu anjo e o arrancou das mãos de Herodes» (*Act* 12, 11). O martírio que depois padecerá em Roma uni-lo-á definitivamente a Cristo, que lhe tinha dito: quando fores velho, outro te há-de levar para onde não queres, para indicar o tipo de morte com que ele havia de dar glória a Deus (cf. *Jo* 21, 18-19).

Caros irmãos e irmãs, o episódio da libertação de Pedro, narrado por Lucas, diz-nos que a Igreja, cada um de nós, atravessa a noite da provação, mas é a vigilância incessante da oração que nos sustém. Também eu, desde o primeiro momento da minha eleição como Sucessor de São Pedro, sempre me senti sustentado pela vossa oração, pelas preces da Igreja, principalmente nos momentos mais difíceis. Agradeço de coração. Com a oração constante e confiante, o Senhor liberta-nos das cadeias, guia-nos para atravessar qualquer noite de cativeiro que possa afligir o nosso coração, infunde-nos a serenidade do coração para enfrentar as dificuldades da vida, até a rejeição, a oposição e a perseguição. O episódio de Pedro mostra esta força da oração. E mesmo aprisionado, o apóstolo sente-se tranquilo, na certeza de que nunca está sozinho: a comunidade reza por ele, o Senhor está-lhe próximo; aliás, ele sabe que «a força de Cristo se manifesta plenamente na fraqueza» (*2 Cor* 12, 9). A oração constante e unânime é um instrumento precioso também para superar as provações que podem surgir ao longo do caminho da vida, porque o facto de estarmos profundamente unidos a Deus permite-nos estar também profundamente unidos aos outros. Obrigado!

## **32.** *A oração nas Cartas de São Paulo (1)*

Quarta-feira, 16 de Maio de 2012

*Queridos irmãos e irmãs*

Nas últimas catequeses pudemos meditar sobre a oração nos *Actos dos Apóstolos*, e hoje gostaria de começar a falar acerca da oração nas *Cartas* de São Paulo, o Apóstolo das nações. Antes de tudo, gostaria de observar que não é ocasional, que as suas Cartas sejam introduzidas e terminem com expressões de oração: no início, acção de graças e louvor, e no final, bons votos a fim de que a graça de Deus oriente o caminho das comunidades às quais se dirigem as Cartas. Entre a fórmula de abertura: «Dou graças ao meu Deus, por meio de Jesus Cristo» (*Rm* 1, 8), e os votos finais: a «graça do Senhor Jesus Cristo esteja com todos vós» (*1 Cor* 16, 23), desenvolvem-se os conteúdos das Cartas do Apóstolo. A de São Paulo é uma oração que se manifesta numa grande riqueza de formas que vão da acção de graças à bênção, do louvor ao pedido e à intercessão, do hino à súplica: uma variedade de expressões que demonstra como a oração envolve e penetra todas as situações da vida, tanto pessoais como das comunidades às quais se dirige.

Um primeiro elemento que o Apóstolo quer fazer-nos compreender é que a oração não deve ser vista como uma simples obra boa, realizada por nós a favor de Deus, uma nossa acção. É antes de tudo uma dádiva, fruto da presença viva, vivificadora do Pai e de Jesus Cristo em nós. Na *Carta aos Romanos* escreve: «O Espírito vem em auxílio à nossa fraqueza; porque não sabemos o que devemos pedir, nem orar como convém, mas o próprio Espírito intercede por nós com gemidos inefáveis» (8, 26). E sabemos como é verdadeiro aquilo que o Apóstolo diz: «Não sabemos orar como convém». Desejamos rezar, mas Deus está distante, não dispomos das palavras, da linguagem para falar com Deus, nem sequer o pensamento. Só podemos abrir-nos, pôr o nosso tempo à disposição de Deus, esperar que Ele nos ajude a entrar num diálogo verdadeiro. O Apóstolo diz: precisamente esta falta de palavras, esta ausência de palavras, e no entanto este desejo de

entrar em contacto com Deus, é oração que o Espírito Santo não só entende, mas leva, interpreta junto de Deus. É precisamente esta nossa debilidade que se torna, através do Espírito Santo, verdadeira oração, contacto autêntico com Deus. O Espírito Santo é o intérprete que nos faz compreender, a nós mesmos e a Deus, o que queremos dizer.

Na oração nós experimentamos, mais do que noutras dimensões da existência, a nossa debilidade, a nossa pobreza e o facto de sermos criaturas, porque somos colocados diante da omnipotência e da transcendência de Deus. E quanto mais progredimos na escuta e no diálogo com Deus, para que a oração se torne o suspiro quotidiano da nossa alma, tanto mais compreendemos também o sentido do nosso limite, não apenas diante das situações concretas de cada dia, mas inclusive na própria relação com o Senhor. Então, aumenta em nós a necessidade de nos confiarmos, de nos entregarmos cada vez mais a Ele; compreendemos que «não sabemos… rezar como convém» (*Rm* 8, 26). E é o Espírito Santo que ajuda a nossa incapacidade, ilumina a nossa mente e aquece o nosso coração, orientando o nosso dirigir-nos a Deus. Para São Paulo, a oração é acima de tudo o agir do Espírito Santo na nossa humanidade, para assumir a nossa debilidade e para nos transformar de homens vinculados às realidade materiais em homens espirituais. Na Primeira Carta aos Coríntios, diz: «Ora, nós não recebemos o espírito do mundo, mas sim o Espírito que vem de Deus, que nos dá a conhecer as graças que Deus nos prodigalizou. E que pregamos numa linguagem que nos foi ensinada não pela sabedoria humana, mas pelo Espírito, que exprime as coisas espirituais em termos espirituais» (2, 2-13). Com o seu habitar na nossa fragilidade humana, o Espírito Santo transforma-nos, intercede por nós e conduz-nos rumo às alturas de Deus (cf. *Rm* 8, 26).

É com esta presença do Espírito Santo que se realiza a nossa união com Cristo, porque se trata do Espírito do Filho de Deus, no qual nos tornamos filhos. São Paulo fala do Espírito de Cristo (cf. *Rm* 8, 9), e não apenas do Espírito de Deus. É óbvio: se Cristo é o Filho de Deus, o seu Espírito é também Espírito de Deus e assim, se o Espírito de Deus, Espírito de Cristo, já se tornou muito próximo de nós no Filho de Deus e Filho do homem, o Espírito de Deus torna-se também espírito humano e toca-nos; podemos entrar na comunhão do Espírito. É como se dissesse que não só Deus Pai se

fez visível na Encarnação do Filho, mas também o Espírito de Deus se manifesta na vida e na acção de Jesus, de Jesus Cristo, que viveu, foi crucificado, morreu e ressuscitou. O Apóstolo recorda que «ninguém pode dizer "Jesus é o Senhor", a não ser sob a acção do Espírito Santo» (*1 Cor* 12, 3). Por conseguinte, o Espírito orienta o nosso coração rumo a Jesus Cristo, de modo que «já não somos nós que vivemos; é Cristo que vive em nós» (cf. *Gl* 2, 20). Nas suas *Catequeses sobre os Sacramentos*, reflectindo sobre a Eucaristia, Santo Ambrósio afirma: «Quem se inebria do Espírito está radicado em Cristo» (5, 3, 17: *PL* 16, 450).

E agora gostaria de pôr em evidência três consequências da nossa vida cristã, quando deixamos agir em nós, não o espírito do mundo, mas o Espírito de Cristo, como princípio interior de todo o nosso agir.

Antes de tudo, mediante a oração animada pelo Espírito, somos postos em condições de abandonar e ultrapassar todas as formas de medo ou de escravidão, vivendo a liberdade autêntica dos filhos de Deus. Sem a oração, que alimenta todos os dias o nosso estar em Cristo, numa intimidade que aumenta progressivamente, encontramo-nos na condição descrita por São Paulo na *Carta aos Romanos*: não fazemos o bem, que queremos, mas sim o mal, que não queremos (cf. *Rm* 7, 19). E esta é a expressão da alienação do ser humano, da destruição da nossa liberdade, pelas circunstâncias do nosso ser para o pecado original: queremos o bem, que não fazemos, e fazemos aquilo que não queremos, ou seja o mal. O Apóstolo quer fazer-nos compreender que não é antes de tudo a nossa vontade que nos liberta destas condições, nem sequer a Lei, mas sim o Espírito Santo. E dado que, «onde está o Espírito do Senhor, aí há liberdade» (*2 Cor* 3, 17), mediante a oração nós experimentamos a liberdade concedida pelo Espírito: uma liberdade autêntica, que é liberdade do mal e do pecado, para o bem e para a vida, para Deus. A liberdade do Espírito, acrescenta São Paulo, nunca se identifica com a libertinagem, nem com a possibilidade de fazer a escolha do mal, mas sim com o «fruto do Espírito, que é caridade, alegria, paz, paciência, afabilidade, bondade, fidelidade, brandura e temperança» (*Gl* 5, 22-23). Esta é a liberdade autêntica: poder realmente seguir o desejo do bem, da alegria verdadeira, da comunhão com Deus, e não ser oprimido pelas circunstâncias que nos impelem para outros rumos.

Uma segunda consequência que se verifica na nossa vida, quando deixamos agir em nós o Espírito de Cristo, é que a relação com o próprio Deus se torna tão profunda, que não chega a ser impedida por qualquer realidade ou situação. Então, compreendemos que com a oração nós não somos libertados das provações, nem dos sofrimentos, mas podemos vivê-los em união com Cristo, com os seus sofrimentos, na perspectiva de participar também da sua glória (cf. *Rm* 8, 17). Na nossa oração, nós muitas vezes pedimos a Deus para ser libertados do mal físico e espiritual, e fazemo-lo com grande confiança. No entanto, com frequência temos a impressão de que não somos escutados, e então corremos o risco de desanimarmos e de não perseverarmos. Na realidade, não há clamor humano que não seja escutado por Deus, e precisamente na oração constante e fiel nós compreendemos com São Paulo que «os sofrimentos da vida presente não têm qualquer proporção com a glória futura, que nos deve ser manifestada» (*Rm* 8, 18). A oração não nos isenta da prova e dos sofrimentos mas, ao contrário — diz São Paulo — nós «gememos interiormente, aguardando a adopção filial, a redenção do nosso corpo» (*Rm* 8, 23); ele diz que a oração não nos isenta do sofrimento, mas a oração permite-nos vivê-lo e enfrentá-lo com uma força renovada, com a mesma confiança de Jesus, que — segundo a Carta aos Hebreus — «nos dias da sua vida mortal, dirigiu preces e súplicas, entre clamores e lágrimas, Àquele que o podia salvar da morte, e foi atendido pela sua piedade» (5, 7). A resposta de Deus Pai ao Filho, aos seus fortes clamores e lágrimas, não foi a libertação dos sofrimentos, da cruz ou da morte, mas foi uma concessão muito maior, uma resposta muito mais profunda; através da cruz e da morte, Deus respondeu com a ressurreição do seu Filho, com a nova vida. A oração animada pelo Espírito Santo leva-nos, também a nós, a viver todos os dias o caminho da vida com as suas provações e os seus sofrimentos, na esperança completa, na confiança em Deus que responde como respondeu ao Filho.

E, em terceiro lugar, a oração do fiel abre-se também às dimensões da humanidade e de toda a criação, assumindo a «criação, que aguarda ansiosamente a manifestação dos filhos de Deus» (*Rm* 8, 19). Isto significa que a oração, sustentada pelo Espírito de Cristo que fala no íntimo de nós mesmos, jamais permanece fechada em si própria, nunca é uma oração apenas para mim, mas abre-se à partilha dos sofrimentos do nosso tempo,

dos outros. Torna-se intercessão pelo próximo, e deste modo libertação de mim mesmo, canal de esperança para toda a criação, expressão daquele amor de Deus, que é derramado nos nossos corações através do Espírito que nos foi comunicado (cf. *Rm* 5, 5). E precisamente este é um sinal de uma oração verdadeira, que não termina em nós mesmos, mas abre-se aos outros e assim liberta-me, e deste modo contribui para a redenção do mundo.

Dilectos irmãos e irmãs, São Paulo ensina-nos que na nossa oração devemos abrir-nos à presença do Espírito Santo, que ora em nós com gemidos inefáveis, para nos levar a aderir a Deus com todo o nosso coração e com todo o nosso ser. O Espírito de Cristo torna-se a força da nossa oração «fraca», a luz da nossa oração «apagada», o fogo da nossa prece «árida», conferindo-nos a verdadeira liberdade interior, ensinando-nos a viver enfrentando as provações da nossa existência, na certeza de que não estamos sozinhos, abrindo-nos aos horizontes da humanidade e da criação, «que geme e sofre como que dores de parto» (*Rm* 8, 22). Obrigado!

## **33.** *A oração nas Cartas de São Paulo (2)*

Quarta-feira, 23 de Maio de 2012

*Queridos irmãos e irmãs,*

Na quarta-feira passada demonstrei como São Paulo diz que o Espírito Santo é o grande mestre da oração e nos ensina a dirigir-nos a Deus com os termos carinhosos dos filhos, chamando-lhe: «*Abbá*, Pai». Assim fez Jesus; também no momento mais dramático da sua vida terrena, Ele nunca perdeu a confiança no Pai, e sempre O invocou com a intimidade do Filho amado. No Getsémani, quando sente a angústia da morte, a sua oração é: «*Abbá!* Pai! Tudo te é possível; afasta de mim este cálice! Mas não se faça o que Eu quero, mas o que Tu queres» (*Mc* 14, 36).

Desde os primeiros passos do seu caminho, a Igreja acolheu esta invocação e fê-la própria, sobretudo na oração do Pai-Nosso, na qual recitamos quotidianamente: «Pai… seja feita a vossa vontade, assim na terra como no céu» (*Mt* 6, 9-10). Nas Cartas de São Paulo encontramo-la duas vezes. Como há pouco ouvimos, o apóstolo dirige-se aos Gálatas com as seguintes palavras: «E, porque sois filhos, Deus enviou aos nossos corações o Espírito do seu Filho, que clama: *Abbá!* Pai!» (*Gl* 4, 6). E no centro daquele cântico ao Espírito, que é o capítulo oito da *Carta aos Romanos*, São Paulo afirma: «E vós não recebestes um espírito que voz escraviza e volta a encher-vos de medo; mas recebestes um Espírito que faz de vós filhos adoptivos. É por Ele que nós clamamos: "*Abbá!* Pai!"» (*Rm* 8, 15). O cristianismo não é uma religião do medo, mas sim da confiança e do amor ao Pai que nos ama. Estas duas afirmações profundas falam-nos do envio e do acolhimento do Espírito Santo, o dom do Ressuscitado, que faz de nós filhos em Cristo, o Filho Unigénito, e insere-nos numa relação filial com Deus, relação de confiança profunda, como a das crianças; uma relação filial análoga à de Jesus, embora a origem e a consistência sejam diferentes: Jesus é o Filho eterno de Deus que se fez carne; quanto a nós, tornamo-nos filhos n'Ele, no tempo, mediante a fé a os Sacramentos do Baptismo e da Crisma; graças a estes dois Sacramentos somos inseridos no Mistério pascal

de Cristo. O Espírito Santo é o dom precioso e necessário que nos torna filhos de Deus, que realiza aquela adopção filial à qual são chamados todos os seres humanos porque, como esclarece a bênção divina da *Carta aos Efésios*, em Cristo, Deus «escolheu-nos… antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis na sua presença, no amor. Predestinou-nos para ser adoptados como seus filhos, por meio de Jesus Cristo» (*Ef* 1, 4).

Talvez o homem de hoje não sinta a beleza, a grandeza e o conforto profundo contidos na palavra «pai», com a qual podemos dirigir-nos a Deus na oração, porque hoje em dia a figura paterna com frequência não está suficientemente presente, e também muitas vezes não é suficientemente positiva na vida quotidiana. A ausência do pai, o problema de um pai não presente na vida do filho é uma grande chaga do nosso tempo, e por isso torna-se difícil compreender na sua profundidade o que significa que Deus é Pai para nós. Do próprio Jesus, da sua relação filial com Deus, podemos aprender o que quer dizer propriamente «pai», qual é a natureza autêntica do Pai que está nos céus. Alguns críticos da religião afirmaram que falar do «Pai», de Deus, seria uma projecção dos nossos pais para o céu. Mas é verdade o contrário: no Evangelho, Cristo mostra-nos quem é pai e como é um pai autêntico, de tal forma que podemos intuir a verdadeira paternidade, aprender também a paternidade genuína. Pensemos nas palavras de Jesus no sermão da montanha, onde Ele diz: «Amai os vossos inimigos e orai por quantos vos perseguem. Fazendo assim, tornar-vos-eis filhos do vosso Pai que está no Céu» (*Mt* 5, 44-45). É precisamente o amor de Jesus, o Filho Unigénito — que chega ao dom de Si mesmo na cruz — que nos revela a natureza verdadeira do Pai: Ele é o Amor, e também nós, na nossa oração de filhos, entramos neste circuito de amor, amor de Deus que purifica as nossas aspirações e as nossas atitudes caracterizadas pelo fechamento, pela auto-suficiência e pelo egoísmo, típicos do homem velho.

Portanto, poderíamos dizer que em Deus o ser Pai tem duas dimensões. Antes de tudo, Deus é nosso Pai, porque é nosso Criador. Cada um de nós, cada homem e cada mulher, é um milagre de Deus, é desejado por Ele e conhecido pessoalmente por Ele. Quando, no Livro do Génesis, se afirma que o ser humano é criado à imagem de Deus (cf. 1, 27), quer-se expressar precisamente esta realidade: Deus é o nosso Pai, e para Ele nós não somos

seres anónimos, impessoais, mas temos um nome. E um versículo dos Salmos emociona-me, quando o recito: «As tuas mãos plasmaram-me», reza o salmista (*Sl* 119, 73). Cada um de nós pode expressar, com esta imagem bonita, a relação pessoal com Deus: «As tuas mãos plasmaram-me. Tu pensaste-me, criaste-me e desejaste-me». Mas isto ainda não é suficiente. O Espírito de Cristo abre-nos a uma segunda dimensão da paternidade de Deus, para além da criação, porque Jesus é o «Filho» em sentido integral, «da mesma substância do Pai», como professamos no Credo. Tornando-se um ser humano como nós, mediante a Encarnação, a Morte e a Ressurreição, Jesus por sua vez acolhe-nos na sua humanidade e no seu próprio ser Filho, e assim também nós podemos entrar na sua pertença específica a Deus. Sem dúvida, o nosso ser filhos de Deus não contém a plenitude de Jesus: devemos ser cada vez mais filhos, ao longo do caminho de toda a nossa existência cristã, crescendo no seguimento de Cristo, na comunhão com Ele, para entrar sempre mais intimamente na relação de amor com Deus Pai, que ampara a nossa vida. É esta realidade fundamental que nos é proporcionada, quando nos abrimos ao Espírito Santo e Ele nos faz dirigir a Deus, dizendo-lhe: *«Abbá*!», Pai! Realmente passamos para além da criação na adopção com Jesus; unidos, estamos verdadeiramente em Deus e somos filhos de um modo novo, numa dimensão renovada.

Mas agora gostaria de voltar a meditar sobre os dois trechos de São Paulo que estamos a considerar, acerca daquela acção do Espírito Santo na nossa oração, também aqui são dois excertos que se correspondem, embora contenham um matiz diverso. Com efeito, na *Carta aos Gálatas* o apóstolo afirma que o Espírito clama em nós: «*Abbá!* Pai!»; na *Carta aos Romanos* diz que somos nós que clamamos: «*Abbá!* Pai!». E São Paulo quer fazer-nos compreender que a oração cristã nunca é, jamais acontece, unilateralmente, de nós para Deus, mas constitui a expressão de uma relação recíproca em que Deus age primeiro: é o Espírito Santo que clama em nós, e nós podemos clamar porque o impulso provém do Espírito Santo. Não poderíamos rezar, se não estivesse gravado na profundidade do nosso coração o desejo de Deus, o ser filhos de Deus. Desde que existe, o *homo sapiens* está sempre à procura de Deus, procura falar com Deus, porque Deus se inscreveu a Si mesmo nos nossos corações. Por conseguinte, a primeira iniciativa vem de Deus e, mediante o Baptismo, Deus age de novo

em nós, o Espírito Santo age em nós; é o primeiro iniciador da oração, para que depois possamos realmente falar com Deus e dizer a Deus: «*Abbá!*». Portanto, a sua presença abre a nossa oração e a nossa vida, abre aos horizontes da Trindade e da Igreja.

Além disso nós compreendemos, eis o segundo aspecto, que a oração do Espírito de Cristo em nós e a nossa n'Ele não é apenas um gesto individual, mas um acto de toda a Igreja. Quando rezamos, abre-se o nosso coração, entramos em comunhão não só com Deus, mas precisamente com todos os filhos de Deus, porque somos um só. E quando nos dirigimos ao Pai no nosso ambiente interior, no silêncio e no recolhimento, nunca estamos sós. Quem fala com Deus não está sozinho. Estamos na grande oração da Igreja, fazemos parte de uma grandiosa sinfonia que a comunidade cristã espalhada por todas as partes da terra e em todas as épocas eleva a Deus; sem dúvida, os músicos e os instrumentos são diferentes — e este é um elemento de riqueza — mas a melodia de louvor é uma só e está em harmonia. Então, cada vez que clamamos e dizemos: «*Abbá!* Pai!», é a Igreja, toda a comunhão dos homens em oração, que sustém a nossa invocação, e a nossa invocação é a invocação da Igreja. Isto reflecte-se na riqueza dos carismas, dos ministérios e das tarefas que desempenhamos na comunidade. São Paulo escreve aos cristãos de Corinto: «Há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo; há diversidade de ministérios, mas o Senhor é um só; há diversos modos de agir, mas é o mesmo Senhor que realiza tudo em todos» (*1 Cor* 12, 4-6). A prece guiada pelo Espírito Santo, que nos faz dizer: «*Abbá!* Pai!» com Cristo e em Cristo, insere-nos no único grande mosaico da família de Deus na qual cada um ocupa um lugar e desempenha um papel importante, em profunda unidade com tudo.

Mais uma anotação: nós aprendemos a clamar «*Abbá!*, Pai!» também com Maria, a Mãe do Filho de Deus. O cumprimento da plenitude do tempo, de que São Paulo fala na *Carta aos Gálatas* (cf. 4, 4), verifica-se no momento do «sim» de Maria, da sua adesão plena à vontade de Deus: «Eis-me, sou a serva do Senhor» (*Lc* 1, 38).

Amados irmãos e irmãs, aprendamos a apreciar na nossa oração a beleza de ser amigos, aliás, filhos de Deus, de O poder invocar com a confidência e a confiança que uma criança tem em relação aos pais que o

amam. Abramos a nossa oração à obra do Espírito Santo, para que em nós clame a Deus: «*Abbá!* Pai!», e a fim de que a nossa oração se transforme, mude constantemente o nosso pensar, o nosso agir, para o tornar cada vez mais conforme com o do Filho Unigénito, Jesus Cristo. Obrigado!

## **34.** *A oração nas Cartas de São Paulo (3)*

Quarta-feira, 30 de Maio de 2012

*Queridos irmãos e irmãs,*

Nestas catequeses estamos a meditar sobre a oração nas cartas de São Paulo e procuramos ver a oração cristã como um encontro verdadeiro e pessoal com Deus Pai, em Cristo, mediante o Espírito Santo. Hoje, neste encontro, entram em diálogo o «sim» fiel de Deus e o «amém» confiante dos crentes. E gostaria de sublinhar esta dinâmica, meditando acerca da *Segunda Carta aos Coríntios*. São Paulo envia esta Carta apaixonada a uma Igreja que várias vezes pôs em questão o seu apostolado, e ele abre o seu coração a fim de que os destinatários sejam tranquilizados a respeito da sua fidelidade a Cristo e ao Evangelho. Esta *Segunda Carta aos Coríntios* começa com uma das preces de bênção mais elevadas do Novo Testamento. Reza assim: «Bendito seja Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, Pai das misericórdias e Deus de toda a consolação! Ele nos consola em toda a nossa tribulação, para que também nós possamos consolar aqueles que estão em qualquer tribulação, mediante a consolação que nós mesmos recebemos de Deus» (*2 Cor* 1, 3-4).

Portanto, Paulo vive em grande tribulação, são numerosas as dificuldades e as aflições que teve que enfrentar, mas jamais cedeu ao desencorajamento, sustentado pela graça e pela proximidade do Senhor Jesus Cristo, para Quem se tinha tornado apóstolo e testemunha, entregando nas suas mãos toda a própria existência. Precisamente por isso, Paulo começa esta Carta com uma prece de bênção e de acção de graças a Deus, porque não houve qualquer momento da sua vida de apóstolo de Cristo no qual tenha sentido a falta do apoio do Pai das misericórdias, do Deus de toda a consolação. Ele sofreu terrivelmente, como diz precisamente nesta Carta, mas em todas estas situações, onde parecia que não se abria um caminho ulterior, recebeu a consolação e o alívio de Deus. Para anunciar Cristo chegou a padecer também perseguições, a ponto de ter sido encerrado no cativeiro, mas sentiu-se sempre interiormente livre, animado

pela presença de Cristo e desejoso de anunciar a palavra de esperança do Evangelho. Da prisão assim escreve a Timóteo, seu fiel colaborador. Acorrentado, ele escreve: «A Palavra de Deus não pode ser acorrentada! Por isso, tudo suporto pelos eleitos de Deus, para que também eles alcancem a salvação em Cristo Jesus e a glória eterna» (*2 Tm* 2, 9b-10). No seu sofrer por Cristo, ele experimenta a consolação de Deus. Escreve: «Assim como abundam em nós os sofrimentos de Cristo, também por meio de Cristo é abundante a nossa consolação» (*2 Cor* 1, 5).

Por conseguinte, na prece de bênção que introduz a *Segunda Carta aos Coríntios* predomina, ao lado do tema das aflições, inclusive a temática da consolação, que não deve ser entendida unicamente como simples alívio, mas sobretudo como encorajamento e exortação a não se deixar vencer pela tribulação nem pela dificuldade. O convite é para viver cada situação unido a Cristo, que carrega sobre Si todo o sofrimento e o pecado do mundo para levar luz, esperança e redenção. E deste modo Jesus torna-nos capazes de consolar, por nossa vez, quantos se encontram em todos os tipos de aflição. A união profunda com Cristo na oração e a confiança na sua presença conduzem à disponibilidade a compartilhar os sofrimentos e as aflições dos irmãos. Paulo escreve: «Quem é fraco, sem que eu o seja também? Quem tropeça, sem que me sinta queimar de dor?» (*2 Cor* 11, 29). Esta partilha não nasce de uma simples benevolência, nem só da generosidade humana ou do espírito de altruísmo, mas brota da consolação do Senhor, do apoio inabalável do «poder extraordinário que provém de Deus, e não de nós mesmos» (*2 Cor* 4, 7).

Estimados irmãos e irmãs, a nossa vida e o nosso caminho são muitas vezes marcados por dificuldades, incompreensões e sofrimentos. Todos nós sabemos que é assim. Na relação fiel com o Senhor, na oração constante, quotidiana, também nós podemos, concretamente, sentir a consolação que provém de Deus. E isto fortalece a nossa fé, porque nos faz experimentar de maneira concreta o «sim» de Deus ao homem, a nós, a mim, em Cristo; faz sentir a fidelidade do seu amor, que chega até à entrega do seu Filho na Cruz. São Paulo afirma: «O Filho de Deus, Jesus Cristo, Aquele que foi por nós anunciado entre vós, por mim, por Silvano e por Timóteo, não foi um “sim” e um “não”, mas unicamente um “sim” e é por isso que, graças a Ele, nós podemos dizer o “amém”, para a glória de Deus» (*2 Cor* 1, 19-20). O

«sim» de Deus não está dividido ao meio, não se encontra entre o «sim» e o «não», mas é um «sim» simples e seguro. E a este «sim» nós respondemos com o nosso «sim», com o nosso «amém», e assim estamos seguros no «sim» de Deus.

A fé não é primariamente obra humana, mas dom gratuito de Deus, que se arraiga na sua fidelidade, no seu «sim», que nos leva a compreender como viver a nossa existência, amando-o a Ele e aos irmãos. Toda a história da salvação é um revelar-se progressivo desta fidelidade de Deus, não obstante as nossas infidelidades e as nossas negações, na certeza de que «os dons e o chamamento de Deus são irrevogáveis», como declara o Apóstolo na *Carta aos Romanos* (11, 29).

Caros irmãos e irmãs, o modo de agir de Deus — muito diferente do nosso — dá-nos consolação, força e esperança, porque Deus não retira o seu «sim». Diante dos contrastes nos relacionamentos humanos, muitas vezes também familiares, nós somos levados a não perseverar no amor gratuito, que exige compromisso e sacrifício. Ao contrário, Deus não se cansa de nós, nunca se cansa de ter paciência connosco e, mediante a sua misericórdia imensa, precede-nos sempre, é o primeiro que vem ao nosso encontro, e este seu «sim» é absolutamente fiável. No acontecimento da Cruz Ele oferece-nos a medida do seu amor, que não calcula e é incomensurável. Na *Carta a Tito*, São Paulo escreve: «Manifestaram-se a bondade de Deus, nosso Salvador, e o seu amor para com os homens» (*Tt* 3, 4). E a fim de que este «sim» se renove cada dia, «Ele marcou-nos com um selo, e colocou em nossos corações o penhor do Espírito» (*2 Cor* 1, 21b-22).

Com efeito, é o Espírito Santo que torna continuamente presente e vivo o «sim» de Deus em Jesus Cristo e cria no nosso coração o desejo de O seguir para, um dia, entrar totalmente no seu amor, quando recebermos no Céu uma morada não edificada por mãos humanas. Não há pessoa que não seja alcançada e interpelada por este amor fiel, capaz de esperar também quantos continuam a responder com o «não» da rejeição ou do endurecimento do coração. Deus espera-nos, procura-nos sempre, quer receber-nos na comunhão consigo para conceder a cada um de nós a plenitude de vida, de esperança e de paz.

No «sim» fiel de Deus insere-se o «amém» da Igreja que ressoa em cada gesto da liturgia: «amém» é a resposta da fé que encerra sempre a nossa oração pessoal e comunitária, e que expressa o nosso «sim» à iniciativa de Deus. Muitas vezes respondemos por hábito com o nosso «amém» na oração, sem entender o seu significado profundo. Este termo deriva de *'aman* que, em hebraico e em aramaico, significa «tornar estável», «consolidar» e, por conseguinte, «estar certo», «dizer a verdade». Se considerarmos a Sagrada Escritura, vemos que este «amém» é pronunciado no fim dos Salmos de bênção e de louvor, como por exemplo no *Salmo* 41: «Tu me ajudarás, porque vivo com sinceridade, e me farás viver sempre na tua presença. Bendito seja o Senhor, Deus de Israel, desde agora e para sempre. Amém, amém!» (vv. 13-14). Ou então exprime adesão a Deus, no momento em que o povo de Israel regressa cheio de alegria do exílio babilónico e diz o seu «sim», o seu «amém» a Deus e à sua Lei. No *Livro de Neemias* narra-se que, depois deste regresso, «Esdras abriu o livro (da Lei) à vista de todo o povo, pois achava-se num lugar elevado, acima da multidão. Quando o escriba abriu o livro, todo o povo se levantou. Então, Esdras bendisse o Senhor, o grande Deus, e e todo o povo respondeu, levantando as mãos: "Amém, amém!"» (*Ne* 8, 5-6).

Por conseguinte, desde os primórdios o «amém» da liturgia judaica tornou-se o «amém» das primeiras comunidades cristãs. E o livro da liturgia cristã por excelência, o *Apocalipse* de São João, começa com o «amém» da Igreja: «Àquele que nos ama e nos purificou dos nossos pecados com o seu sangue, e fez de nós um reino, sacerdotes para Deus e seu Pai; a Ele sejam dadas a glória e o poder, pelos séculos dos séculos. Amém!» (*Ap* 1, 5b-6). Assim se lê no primeiro capítulo do Apocalipse. E o mesmo livro termina com esta invocação: «Amém, vem Senhor Jesus!» (*Ap* 22, 21).

Estimados amigos, a oração é o encontro com uma Pessoa viva que deve ser ouvida e com a qual dialogar; é o encontro com Deus que renova a sua fidelidade inabalável, o seu «sim» ao homem, a cada um de nós, para nos doar a sua consolação no meio das tempestades da vida e para nos levar a viver, unidos a Ele, uma existência cheia de alegria e de bem, que encontrará o seu cumprimento na vida eterna.

Na nossa oração somos chamados a dizer «sim» a Deus, a responder com este «amém» da adesão, da fidelidade a Ele de toda a nossa vida. Esta fidelidade nunca a podemos conquistar com as nossas próprias forças, não é apenas fruto do nosso compromisso quotidiano; ela vem de Deus e está fundada no «sim» de Cristo, que afirma: o meu alimento é cumprir a vontade do Pai (cf. *Jo* 4, 34). É neste «sim» que devemos entrar, entrar neste «sim» de Cristo, na adesão à vontade de Deus, para chegar a afirmar com São Paulo que já não somos nós que vivemos, mas é o próprio Cristo que vive em nós. Então, o «amém» da nossa oração pessoal e comunitária envolverá e transformará toda a nossa vida de consolação de Deus, uma vida mergulhada no Amor eterno e inabalável. Obrigado!

## **35.** *A oração nas Cartas de São Paulo (4)*

Quarta-feira, 13 de Junho de 2012

*Queridos irmãos e irmãs*

O encontro quotidiano com o Senhor e a frequência dos Sacramentos permitem abrir a nossa mente e o nosso coração à sua presença, às suas palavras e à sua acção. A oração não é apenas a respiração da alma mas, para usar uma imagem, é também o oásis de paz no qual podemos ir buscar a água que alimenta a nossa vida espiritual e transforma a nossa existência. E Deus atrai-nos a Si, faz-nos subir ao monte da santidade, para estarmos cada vez mais próximos dele, oferecendo-nos luz e conforto ao longo do caminho. Esta é a experiência pessoal à qual São Paulo faz referência no capítulo 12 da *Segunda Carta aos Coríntios*, sobre o qual desejo meditar hoje. Diante de quantos contestavam a legitimidade do seu apostolado, não enumera as comunidades que fundou e os quilómetros que percorreu; não se limita a recordar as dificuldades e as oposições que enfrentou para anunciar o Evangelho, mas indica a sua relação com o Senhor, uma relação tão intensa a ponto de ser caracterizada também por momentos de êxtase, de contemplação profunda (cf. *2 Cor* 12, 1); portanto, não se exalta com aquilo que ele fez, com a sua força, com as suas actividades e os seus sucessos, mas orgulha-se pela acção que Deus realizou nele e através dele. Com efeito, narra com grande pudor o momento em que viveu a experiência particular de ser arrebatado até ao Céu de Deus. Ele recorda que catorze anos antes do envio da Carta «foi arrebatado — como diz — até ao terceiro Céu» (v. 2). Com a linguagem e os modos de quem narra o que não se pode descrever, São Paulo chega a falar sobre tal acontecimento em terceira pessoa; afirma que um homem foi arrebatado ao «jardim» de Deus, ao Paraíso. A contemplação é tão profunda e intensa, que o Apóstolo nem consegue recordar os conteúdos da revelação recebida, mas tem em mente a data e as circunstâncias em que o Senhor o arrebatou de forma total, atraindo-o a Si como fizera no caminho de Damasco, no momento da sua conversão (cf. *Fl* 3, 12).

São Paulo continua dizendo que, precisamente para não se encher de orgulho pela grandeza das revelações recebidas, ele tem em si um «espinho» (*2 Cor* 12, 7), um sofrimento, e suplica com vigor ao Ressuscitado para ser libertado do enviado do Maligno, desse espinho doloroso na carne. Pede insistentemente três vezes — refere ele — ao Senhor que o afaste dessa prova. E é em tal situação que, na contemplação profunda de Deus, durante a qual «ouviu palavras inefáveis, que não é permitido a qualquer homem pronunciar» (v. 4), recebe uma resposta à sua súplica. O Ressuscitado dirige-lhe uma palavra clara e tranquilizadora: «Basta-te a minha graça, porque é na fraqueza que o meu poder e manifesta» (v. 9).

O comentário de São Paulo a estas palavras pode deixar-nos admirados, mas revela como ele compreendeu o que significa ser verdadeiramente apóstolo do Evangelho. Com efeito, exclama assim: «De bom grado, portanto, prefiro gloriar-me das minhas fraquezas, para que habite em mim a força de Cristo. Por isso me comprazo nas fraquezas, nas afrontas, nas necessidades, nas perseguições e nas angústias, por Cristo. Pois quando sou fraco, então é que sou forte» (vv. 9b-10), ou seja, não se gloria das suas obras, mas da actividade de Cristo que age precisamente na sua debilidade. Meditemos mais um momento sobre este acontecimento ocorrido durante os anos em que São Paulo viveu em silêncio e em contemplação, antes de começar a percorrer o Ocidente para anunciar Cristo, porque esta atitude de profunda humildade e confiança perante o manifestar-se de Deus é fundamental também para a nossa oração e para a nossa vida, para a nossa relação com Deus e com as nossas fragilidades.

Antes de tudo, de que fragilidade fala o apóstolo? O que é este «espinho» na carne? Não o sabemos e não o diz, mas a sua atitude faz compreender que cada dificuldade no seguimento de Cristo e no testemunho do seu Evangelho pode ser superada, abrindo-se com confiança à intervenção do Senhor. São Paulo está bem consciente de ser um «servo inútil» (*Lc* 17, 10) — não foi ele que realizou maravilhas, mas foi o Senhor — um «vaso de barro» (*2 Cor* 4, 7), em que Deus coloca a riqueza e o poder da sua Graça. Nesse momento de intensa oração contemplativa, São Paulo compreende com clareza como enfrentar e viver cada acontecimento, principalmente o sofrimento, a dificuldade e a perseguição: no momento em

que se experimenta a própria debilidade, manifesta-se o poder de Deus, que não nos abandona, não nos deixa sozinhos, mas torna-se sustento e força. Sem dúvida, São Paulo teria preferido ser libertado desse «espinho», desse sofrimento; mas Deus diz: «Não, isto é necessário para ti! Receberás a graça suficiente para resistir e para realizar quanto deve ser feito». Isto é válido também para nós. O Senhor não nos liberta dos males, mas ajuda-nos a amadurecer nos sofrimentos, nas dificuldades e nas perseguições. Portanto, a fé diz-nos que, se permanecermos em Deus, «se em nós o homem exterior vai caminhando para a ruína, se existem muitas dificuldades, contudo o homem interior renova-se, amadurece dia após dia, precisamente nas provações» (cf. *2 Cor* 4, 16). O apóstolo comunica aos cristãos de Corinto, e também a nós, que «a nossa momentânea e leve tribulação proporciona-nos um peso eterno de glória, além de toda e qualquer medida» (v. 17). Na realidade, humanamente falando, não era leve o peso das dificuldades, era gravíssimo; mas em comparação com o amor de Deus, com a grandeza do ser amado por Deus, parece leve, sabendo que a quantidade da glória será incomensurável. Portanto, na medida em que aumenta a nossa união com o Senhor e se faz intensa a nossa oração, também nós vamos ao essencial e compreendemos que não é o poder dos nossos meios, das nossas virtudes e das nossas capacidades que realiza o Reino de Deus, mas é Deus que realiza maravilhas precisamente através da nossa debilidade, da nossa inadequação ao encargo. Por conseguinte, devemos ter a humildade de não confiar simplesmente em nós mesmos, mas de trabalhar na vinha do Senhor, com a ajuda do Senhor, confiando-nos a Ele como frágeis «vasos de barro».

São Paulo menciona duas revelações particulares que mudaram radicalmente a sua vida. A primeira — sabemo-lo — é a pergunta perturbante no caminho de Damasco: «Saulo, Saulo, por que me persegues?» (*At* 9, 4), interrogação que o levou a descobrir e encontrar Cristo vivo e presente, e a sentir a sua chamada a ser apóstolo do Evangelho. A segunda são as palavras que o Senhor lhe dirigiu na experiência de oração contemplativa sobre a qual continuamos a meditar: «Basta-te a minha graça, porque a força se manifesta plenamente na fraqueza». Só a fé, o confiar na acção de Deus, na bondade de Deus que não nos abandona, é a garantia de não trabalhar em vão. Assim, a Graça do Senhor foi a força que acompanhou São Paulo nas dificuldades enormes

para propagar o Evangelho, e o seu coração penetrou no Coração de Cristo, tornando-se capaz de conduzir os outros rumo Àquele que morreu e ressuscitou por nós.

Portanto, na oração nós abrimos a nossa alma ao Senhor a fim de que Ele venha habitar a nossa debilidade, transformando-a em força para o Evangelho. E é rico de significado também o verbo grego com que São Paulo descreve este habitar do Senhor na sua humanidade frágil; usa *episkenoo*, que poderíamos traduzir como «montar a própria tenda». O Senhor continua a montar a sua tenda em nós, no meio de nós: é o Mistério da Encarnação. O próprio Verbo divino, que veio habitar na nossa humanidade, quer habitar em nós, montar em nós a sua tenda, para iluminar e transformar a nossa vida e o mundo.

A contemplação intensa de Deus experimentada por São Paulo evoca a dos discípulos no monte Tabor quando, vendo Jesus transfigurar-se e resplandecer de luz, Pedro disse: «Mestre, é bom estarmos aqui; façamos três tendas: uma para ti, uma para Moisés e uma para Elias» (*Mc* 9, 5). «Não sabia o que dizer, pois estavam assombrados», acrescenta São Marcos (v. 6). Contemplar o Senhor é, ao mesmo tempo, fascinante e tremendo: fascinante, porque Ele nos atrai a Si e arrebata o nosso coração rumo ao alto, levando-o à sua altura onde experimentamos a paz, a beleza do seu amor; tremendo, porque revela a nossa debilidade humana, a nossa inadequação, o cansaço de vencer o Maligno que ameaça a nossa vida, aquele espinho cravado na nossa carne. Na oração, na contemplação quotidiana do Senhor, nós recebemos a força do amor de Deus e sentimos que são verdadeiras as palavras de São Paulo aos cristãos de Roma, onde escreveu: «Estou certo de que nem a morte nem a vida, nem os anjos nem os principados, nem o presente nem o futuro, nem as potestades nem a altura, nem a profundidade nem o abismo, nem qualquer outra criatura poderá separar-nos do amor de Deus, que está em Cristo Jesus nosso Senhor» (*Rm* 8, 38-39).

Num mundo em que corremos o risco de confiar unicamente na eficiência e no poder dos instrumentos humanos, neste mundo somos chamados a redescobrir e dar testemunho do poder de Deus que se comunica na oração, com a qual crescemos todos os dias na conformação

da nossa vida com a de Cristo que — como Paulo afirma — «foi crucificado na sua fraqueza, mas agora está vivo pelo poder de Deus. Nós também somos fracos nele, mas viveremos com Ele pelo poder de Deus que age em vós» (*2 Cor* 13, 4).

Caros amigos, no século passado Albert Schweitzer, teólogo protestante e prémio Nobel da paz, afirmava que «Paulo é um místico, e nada mais que um místico», ou seja, um homem verdadeiramente apaixonado por Cristo, e assim unido a Ele, a ponto de poder dizer: Cristo vive em mim. A mística de São Paulo não se funda unicamente nos acontecimentos extraordinários por ele vividos, mas também na relação quotidiana e intensa com o Senhor, que sempre o sustentou com a sua Graça. A mística não o afastou da realidade mas, ao contrário, deu-lhe a força de viver cada dia para Cristo e de construir a Igreja daquela época até ao fim do mundo. A união com Deus não afasta do mundo, mas confere-nos a força para permanecer realmente no mundo, para fazer quanto se deve realizar no mundo. Portanto, também na nossa vida de oração talvez possamos ter momentos de intensidade particular, nos quais sentimos mais viva a presença do Senhor, mas são importantes a constância e a fidelidade da relação com Deus, sobretudo nas situações de aridez, de dificuldade, de sofrimento e de ausência aparente de Deus. Somente se formos arrebatados pelo amor de Cristo, seremos capazes de enfrentar cada adversidade como Paulo, persuadidos de que tudo podemos naquele que nos dá a força (cf. *Fl* 4, 13). Por conseguinte, quanto mais espaço reservarmos à oração, tanto mais veremos que a nossa vida se transformará e será animada pela força concreta do amor de Deus. Assim aconteceu, por exemplo, com a beata Madre Teresa de Calcutá, que na contemplação de Jesus e precisamente também em épocas de longa aridez, encontrava a razão última e a força incrível para o reconhecer nos pobres e nos abandonados, não obstante a sua figura frágil. A contemplação de Cristo na nossa vida não nos afasta — como eu já disse — da realidade, mas torna-nos ainda mais partícipes das vicissitudes humanas porque o Senhor, atraindo-nos a Si na oração, permite que nos tornemos presentes e próximos de cada irmão no seu amor. Obrigado!

## **36.** *A oração nas Cartas de São Paulo (5)*

Quarta-feira, 27 de Junho de 2012

*Queridos irmãos e irmãs!*

Como vimos nas quartas-feiras anteriores, a nossa oração é feita de silêncios e palavras, de cânticos e gestos que envolvem toda a pessoa: da boca à mente, do coração ao corpo inteiro. É uma característica que encontramos na oração judaica, especialmente nos Salmos. Hoje, gostaria de falar sobre um dos cânticos ou hinos mais antigos da tradição cristã, que São Paulo nos apresenta naquele que é, num certo sentido, o seu testamento espiritual: a *Carta aos Filipenses*. De facto, trata-se de uma Carta que o Apóstolo ditou enquanto estava na prisão, talvez em Roma. Ele sentia que a morte estava próxima porque afirmou que a sua vida seria oferecida em libação (cf. *Fl* 2, 17).

Não obstante esta situação de grave perigo para a sua incolumidade física, São Paulo, em todo o texto, expressa a alegria de ser discípulo de Cristo, de poder ir ao seu encontro, até ao ponto de ver a morte não como uma perda, mas como lucro. No último capítulo da Carta há um convite insistente à alegria, característica fundamental do ser cristão e da nossa oração. São Paulo escreve: «Alegrai-vos sempre no Senhor! De novo o digo: alegrai-vos!» (*Fl* 4, 4). Mas como se pode rejubilar diante de uma condenação à morte iminente? De onde, ou melhor, de quem São Paulo extrai a serenidade, a força e a coragem para ir ao encontro do martírio e do derramamento do sangue?

Encontramos a resposta no centro da *Carta aos Filipenses*, naquele que a tradição cristã denomina *carmen Christo*, o cântico a Cristo, ou mais geralmente «hino cristológico»; um cântico no qual toda a atenção está centrada nos «sentimentos» de Cristo, isto é, no seu modo de pensar e na sua atitude concreta e viva. Esta oração inicia com a exortação: «Tende entre vós os mesmos sentimentos que estão em Cristo Jesus» (*Fl* 2, 5). Tais sentimentos são apresentados nos versículos sucessivos: o amor, a

generosidade, a humildade, a obediência a Deus, o dom de si. Trata-se não só nem simplesmente de seguir o exemplo de Jesus, como uma acção moral, mas de comprometer toda a existência no seu modo de pensar e agir. A oração deve levar a uma consciência e a uma união no amor cada vez mais profundas com o Senhor, para poder pensar, agir e amar como Ele, n'Ele e por Ele. Realizar isto e aprender os sentimentos de Jesus é o caminho da vida cristã.

Agora gostaria de reflectir brevemente sobre alguns elementos deste cântico profundo, que resume todo o itinerário divino e humano do Filho de Deus e abrange a história humana inteira: desde o estar na condição de Deus, até à encarnação, à morte na cruz e à exaltação na glória do Pai está implícito também o comportamento de Adão, do homem desde o início. Este hino a Cristo inicia a partir do seu ser «*en morphe tou Theou*», diz o texto grego, isto é, do estar «na forma de Deus», ou melhor, na condição de Deus. Jesus, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, não vive o seu «ser como Deus» para triunfar ou impor a sua supremacia, não o considera uma posse, um privilégio, um tesouro cioso. Aliás, «despojou-se», esvaziou-se a si mesmo assumindo, diz o texto grego, a «*morphe doulos*», a «forma de servo», a realidade humana marcada pelo sofrimento, pela pobreza, pela morte; assemelhou-se plenamente aos homens, excepto no pecado, de modo a comportar-se como servo completamente dedicado ao serviço dos outros. A propósito, Eusébio de Cesareia — século IV — afirma: «Tomou sobre si mesmo as dores dos que sofrem. Fez suas as nossas humildes doenças. Sofreu e tribulou por nossa causa: isto em conformidade com o seu grande amor pela humanidade» (*A demonstração evangélica*, 10, 1, 22). São Paulo continua delineando o quadro «histórico» no qual se realizou este abaixamento de Jesus: «Rebaixou-se a si mesmo, tornando-se obediente até à morte» (*Fl* 2, 8). O Filho de Deus tornou-se verdadeiramente homem e percorreu um caminho na total obediência e fidelidade à vontade do Pai, até ao sacrifício supremo da própria vida. Mais ainda, o Apóstolo especifica «até à morte, e morte de cruz». Na cruz Jesus Cristo alcançou o máximo grau de humilhação, porque a crucifixão era a pena reservada aos escravos e não às pessoas livres: «*mors turpissima crucis*», escreve Cícero (cf. *In Verrem*, V, 64, 165).

Na Cruz de Cristo o homem é remido e a experiência de Adão é cancelada: Adão, criado à imagem e semelhança de Deus, pretendeu ser como Deus com as próprias forças, colocar-se no lugar de Deus, e assim perdeu a dignidade originária que lhe fora atribuída. Ao contrário, Jesus estava «na condição de Deus», mas rebaixou-se, entrou na condição humana, em total fidelidade ao Pai, para redimir o Adão que está em nós e restituir ao homem a dignidade que perdera. Os Padres realçam que Ele se fez obediente, restituindo à natureza humana, através da sua humanidade e obediência, o que se tinha perdido por causa da desobediência de Adão.

Na oração, na relação com Deus, abrimos a mente, o coração e a vontade à acção do Espírito Santo para entrar na mesma dinâmica de vida, como afirma São Cirilo de Alexandria, cuja festa celebramos hoje: «A obra do Espírito procura transformar-nos por meio da graça na cópia perfeita da sua humilhação» (*Carta Festal* 10, 4). A lógica humana, ao contrário, com frequência procura a realização de si mesmo no poder, no domínio e nos meios poderosos. O homem continua a querer construir com as própria forças a torre de Babel para alcançar por si mesmo a altura de Deus, para ser como Deus. A Encarnação e a Cruz recordam-nos que a realização plena consiste em conformar a própria vontade humana à do Pai, em livrar-se do próprio egoísmo, para se encher do amor, da caridade de Deus e assim em tornar-se verdadeiramente capaz de amar os outros. O homem não se encontra a si mesmo permanecendo fechado, afirmando-se a si mesmo. Só saindo de si mesmo o homem se encontra; só se sairmos de nós mesmos nos encontramos. E se Adão queria imitar Deus, por si só isto não é mau, mas errou sobre a ideia de Deus. Deus não é alguém que quer apenas grandeza. Deus é amor que se doa já na Trindade, e depois na criação. E imitar Deus quer dizer sair de si mesmo, doar-se no amor.

Na segunda parte deste «hino cristológico» da Carta aos Filipenses, o sujeito muda: já não é Cristo, mas Deus Pai. São Paulo realça que é precisamente pela obediência à vontade do Pai, que «Por isso mesmo é que Deus o elevou acima de tudo e lhe concedeu o Nome acima de todos os nomes» (*Fl* 2, 9). Aquele que se abaixou profundamente assumindo a condição de escravo, é exaltado sobre todas as coisas pelo Pai, que lhe dá o nome de «*Kyrios*», «Senhor», a suprema dignidade e senhorio. De facto, diante deste nome novo, que é o próprio nome de Deus no Antigo

Testamento «dobrem-se todos os joelhos, os dos seres que estão no céu, na terra e debaixo da terra: e toda a língua proclame: "Jesus Cristo é o Senhor", para glória de Deus Pai» (vv. 10-11). O Jesus exaltado é o da Última Ceia, que depõe as vestes, se cinge com uma toalha, se inclina para lavar os pés aos apóstolos e lhes pergunta: «Compreendeis o que vos fiz? Vós chamais-me "o Mestre" e "o Senhor", e dizeis bem, porque o sou. Ora, se Eu, o Senhor e o Mestre, vos lavei os pés, também vós deveis lavar os pés uns aos outros» (*Jo* 13, 13-14). É importante recordar sempre isto na nossa oração e na nossa vida: «A ascensão a Deus verifica-se precisamente na descida do serviço humilde, na descida do amor, que é a essência de Deus e portanto a força verdadeiramente purificadora, que torna o homem capaz de compreender e de ver Deus» (*Jesus de Nazaré*, Milão 2007, p. 120).

O hino da Carta aos Filipenses oferece-nos aqui duas indicações importantes para a nossa oração. A primeira é a invocação «Senhor», dirigida a Jesus Cristo, sentado à direita do Pai: Ele é o único Senhor da nossa vida, no meio de muitos «dominadores» que a querem orientar e guiar. Por isso, é necessário dispor de uma escala de valores na qual a primazia compete a Deus, para afirmar com São Paulo: «Sim, considero que tudo isto foi mesmo uma perda, por causa da maravilha que é o conhecimento de Cristo Jesus, meu Senhor» (*Fl* 3, 8). O encontro com o Ressuscitado levou-o a compreender que Ele é o único tesouro pelo qual vale a pena despender a própria existência.

A segunda indicação é a prostração, o «dobrar-se de todos os joelhos» na terra e nos céus, que evoca uma expressão do profeta Isaías, onde indica a adoração que todas as criaturas devem a Deus (cf. 45, 23). A genuflexão diante do Santíssimo Sacramento, ou o pôr-se de joelhos na oração exprimem precisamente a atitude de adoração perante Deus, também com o corpo. Daqui a importância de realizar este gesto não por hábito e à pressa, mas com consciência profunda. Quando nos ajoelhamos diante do Senhor, professamos a nossa fé nele, reconhecemos que Ele é o único Senhor da nossa vida.

Caros irmãos e irmãs, na nossa oração fixemos o nosso olhar no Crucifixo, detenhamo-nos em adoração mais frequentemente diante da

Eucaristia, para fazer entrar a nossa vida no amor de Deus, que se abaixou com humildade para nos elevar a Ele. No início da catequese perguntamo-nos como podia São Paulo alegrar-se diante do risco iminente do martírio e da efusão do seu sangue. Isto só é possível porque o apóstolo nunca afastou o seu olhar de Cristo, até se conformar com Ele na morte, «na esperança de alcançar a ressurreição dos mortos» (*Fl* 3, 11). Como São Francisco diante do Crucifixo, também nós digamos: Deus Altíssimo e glorioso, iluminai as trevas do meu coração. Concedei-me uma fé recta, uma esperança certa e uma caridade perfeita, juízo e discernimento para cumprir a tua verdadeira e santa vontade. Amém (cf. *Oração diante do Crucifixo*: FF [276])!

## **37.** *A oração no Livro do Apocalipse (1)*

Quarta-feira, 5 de Setembro de 2012

*Queridos irmãos e irmãs,*

Hoje, após a interrupção das férias, retomamos as Audiências no Vaticano, continuando naquela «escola da oração» que estou a viver juntamente convosco nestas Catequeses de quarta-feira.

Hoje gostaria de falar sobre a oração no *Livro do Apocalipse* que, como sabeis, é o último do Novo Testamento. Trata-se de um livro difícil, mas que contém uma grande riqueza. Ele põe-nos em contacto com a oração viva e palpitante da assembleia cristã, reunida «no dia do Senhor» (*Ap* 1, 10): com efeito, esta é a linha de fundo na qual o texto se move.

Um leitor apresenta à assembleia uma mensagem confiada pelo Senhor ao evangelista João. O leitor e a assembleia constituem, por assim dizer, os dois protagonistas do desenvolvimento do livro; a eles, desde o início, são dirigidos votos exultantes: «Bem-aventurados aquele que lê e os que ouvem as palavras desta profecia» (1, 3). Do diálogo constante entre eles nasce uma sinfonia de oração, que se desenvolve com grande variedade de formas, até à conclusão. Ouvindo o leitor que apresenta a mensagem, escutando e observando a assembleia que reage, a sua oração tende a tornar-se nossa.

A primeira parte do *Apocalipse* (1, 4-3, 22) apresenta, na atitude da assembleia que reza, três fases sucessivas. A primeira (1, 4-8) é constituída por um diálogo que — único caso no Novo Testamento — se realiza entre a assembleia que acaba de se reunir e o leitor, que lhe dirige votos de bênçãos: «Graça e paz vos sejam dadas» (1, 4). O leitor continua, sublinhando a proveniência destes votos: eles derivam da Trindade: do Pai e do Espírito Santo e de Jesus Cristo, unidos na promoção do projecto criativo e salvífico para a humanidade. A assembleia escuta e, quando ouve mencionar Jesus Cristo, tem como que um sobressalto de alegria e responde com entusiasmo, elevando a seguinte prece de louvor: «Àquele que nos ama

e que com o seu sangue nos lavou dos nossos pecados e nos fez reis e sacerdotes para Deus, seu Pai, glória e poder para todo o sempre. Amém!» (1, 5b-6). A assembleia, envolvida pelo amor de Cristo, sente-se livre das cadeias do pecado e proclama-se «reino» de Jesus Cristo, que pertence totalmente a Ele. Reconhece a grande missão que com o Baptismo lhe foi confiada, de levar ao mundo a presença de Deus. E conclui esta sua celebração de louvor olhando de novo directamente para Jesus e, com entusiasmo crescente, reconhece «a sua glória e o seu poder» para salvar a humanidade. O «amém» final conclui o hino de louvor a Cristo. Já estes primeiros quatro versículos contêm uma grande riqueza de indicações para nós; dizem-nos que a nossa oração deve ser antes de tudo escuta de Deus que nos fala. Submergidos por tantas palavras, estamos pouco habituados a ouvir, sobretudo a predispormo-nos interior e exteriormente para o silêncio a fim de estarmos atentos ao que Deus nos quer dizer. Além disso, tais versículos ensinam-nos que a nossa oração, que muitas vezes é só de pedido, antes de tudo deve ser de louvor a Deus pelo seu amor, pelo dom de Jesus Cristo, que nos deu força, esperança e salvação.

Depois, uma nova intervenção do leitor exorta a assembleia, arrebatada pelo amor de Cristo, ao compromisso de captar a sua presença na própria vida. Diz assim: «Ei-lo que vem sobre as nuvens e todos os olhos O verão, até mesmo os que O trespassaram; todas as tribos da terra se lamentarão por causa dele» (1, 7a). Depois de ter subido ao Céu numa «nuvem», símbolo da transcendência (cf. *Act* 1, 9), Jesus Cristo voltará do mesmo modo como subiu ao Céu (cf. *Act* 1, 11b). Então, todos os povos o reconhecerão e, como exorta São João no quarto Evangelho, «hão-de olhar para Aquele que trespassaram» (19, 37). Pensarão nos próprios pecados, causa da sua crucifixão e, como aqueles que tinham assistido directamente a ela no Calvário, «baterão no peito» (cf. *Lc* 23, 48) pedindo-lhe perdão, para o seguir na vida e preparar assim a comunhão plena com Ele, depois do seu retorno final. A assembleia medita sobre esta mensagem e diz: «Sim. Amém!» (*Ap* 1, 7b). Exprime com o seu «sim» o pleno acolhimento daquilo que lhe é comunicado e pede que isto possa tornar-se verdadeiramente realidade. É a oração da assembleia, que medita sobre o amor de Deus manifestado de modo supremo na Cruz e pede para viver com a coerência dos discípulos de Cristo. Eis a resposta de Deus: «Eu sou o Alfa e Ómega, diz o Senhor Deus, o que é, que era e que há-de vir, o Todo-Poderoso!» (1,

8). Deus, que se revela como o início e a conclusão da história, acolhe e toma a peito o pedido da assembleia. Ele estava, está e estará presente e activo com o seu amor nas vicissitudes humanas, no presente, no futuro, assim como no passado, até alcançar a meta final. Esta é a promessa de Deus. E aqui encontramos mais um elemento importante: a oração constante desperta em nós o sentido da presença do Senhor na nossa vida e na história, e é a sua presença que nos sustém, nos guia e nos dá uma grande esperança, inclusive no meio da obscuridade de certas vicissitudes humanas; além disso, qualquer oração, mesmo a que é feita na solidão mais radical, nunca é um isolar-se nem estéril, mas é a linfa vital para alimentar uma existência cristã cada vez mais comprometida e coerente.

A segunda fase da oração da assembleia (cf. 1, 9-22) aprofunda ulteriormente a relação com Jesus Cristo: o Senhor mostra-se, fala e age, e a comunidade, cada vez mais próxima dele, ouve, reage e acolhe. Na mensagem apresentada pelo leitor, São João narra uma sua experiência pessoal de encontro com Cristo: está na ilha de Patmos por causa da «palavra de Deus e do testemunho de Jesus» (1, 9) e é o «dia do Senhor» (1, 10a), domingo, no qual se celebra a Ressurreição. E São João é «arrebatado pelo Espírito» (1, 10a). O Espírito Santo impregna-o e renova-o, dilatando a sua capacidade de acolher Jesus, que o convida a escrever. A oração da assembleia que escuta assume gradualmente uma atitude contemplativa ritmada pelos verbos «vê», «olha»: ou seja, contempla o que o leitor lhe propõe, interiorizando-o e fazendo-o seu.

João ouve «uma grande voz, como de trombeta» (1, 10b): a voz impõe-lhe que transmita uma mensagem «às sete Igrejas» (1, 11) que se encontram na Ásia Menor e, através delas, a todas as Igrejas de todos os tempos, juntamente com os seus Pastores. A expressão «voz… de trombeta», tirada do livro do Êxodo (cf. 20, 18), evoca a manifestação divina a Moisés no monte Sinai e indica a voz de Deus, que fala do seu Céu, da sua transcendência. Nele é atribuída a Jesus Cristo Ressuscitado, que da glória do Pai fala, com a voz de Deus, à assembleia reunida em oração. Virando-se «para ver a voz» (cf. 1, 12), João avista «sete castiçais de ouro e, no meio dos sete castiçais, alguém semelhante a um Filho de homem» (1, 12-13), termo particularmente familiar a João, que indica o próprio Jesus. Os castiçais de ouro, com as suas velas acesas, indicam a Igreja de todos os

tempos, em atitude de oração na Liturgia: Jesus Ressuscitado, o «Filho do homem», encontra-se no meio dela e, revestido com os paramentos do sumo sacerdote do Antigo Testamento, desempenha a função sacerdotal de mediador junto do Pai. Na mensagem simbólica de João, segue-se uma manifestação luminosa de Cristo Ressuscitado, com as características próprias de Deus, que se repetem no Antigo Testamento. Fala-se dos «cabelos… brancos, como lã branca, como neve» (1, 14), símbolo da eternidade de Deus (cf. *Dn* 7, 9) e da Ressurreição. Um segundo símbolo é o do fogo que, no Antigo Testamento, é frequentemente referido a Deus para indicar duas propriedades. A primeira é a intensidade ciosa do seu amor, que anima a sua aliança com o homem (cf. *Dt* 4, 24). E é esta mesma intensidade ardente do amor que se lê no olhar de Jesus Ressuscitado: «os seus olhos eram como uma chama de fogo» (*Ap* 1, 14a). A segunda é a capacidade constante de vencer o mal como um «fogo devorador» (*Dt* 9, 3). Assim também «os pés» de Jesus, a caminho para enfrentar e destruir o mal, têm a incandescência do «bronze resplandecente» (*Ap* 1, 15). Além disso a voz de Jesus Cristo, «como o ruído de águas caudalosas» (1, 15c), tem o barulho impressionante «da glória do Deus de Israel» que se move rumo a Jerusalém, da qual fala o profeta Ezequiel (cf. 43, 2). Seguem-se ainda três elementos simbólicos que demonstram quanto Jesus Ressuscitado está a realizar pela sua Igreja: tem-na firmemente na sua mão direita — uma imagem muito importante: Jesus tem a Igreja na sua mão — fala-lhe com a força penetrante de uma espada afiada e mostra-lhe o esplendor da sua divindade: «o seu rosto era como o sol quando resplandece em toda a sua força» (*Ap* 1, 16). João está tão envolvido nesta experiência maravilhosa do Ressuscitado, que desfalece e cai como morto.

Depois desta experiência de revelação, o apóstolo tem à sua frente o Senhor Jesus que fala com ele, o tranquiliza, põe uma mão sobre a sua cabeça, revela-lhe a sua identidade de Crucificado Ressuscitado e confia-lhe o cargo de transmitir a sua mensagem às Igrejas (cf. *Ap* 1, 17-18). É bom este Deus, diante do qual ele desfalece e cai como morto. É o amigo da vida e põe a mão sobre a sua cabeça. E será assim também para nós: somos amigos de Jesus. Depois, a revelação do Deus Ressuscitado, do Cristo Ressuscitado, não será tremenda, mas será o encontro com o amigo. Também a assembleia vive com João o momento particular de luz diante do Senhor, mas unido à experiência do encontro quotidiano com Jesus,

sentindo a riqueza do contacto com o Senhor, que preenche todos os espaços da existência.

Na terceira e última fase da primeira parte do *Apocalipse* (cf. 2-3), o leitor propõe à assembleia uma mensagem septiforme na qual Jesus fala em primeira pessoa. Dirigido a sete Igrejas situadas na Ásia Menor, ao redor de Éfeso, o discurso de Jesus começa a partir da situação particular de cada uma das Igrejas, para depois se ampliar às Igrejas de todos os tempos. Jesus entra imediatamente no fulcro da situação de cada Igreja, evidenciando as suas luzes e sombras e dirigindo-lhe um convite urgente: «Arrepende-te» (2, 5.16; 3, 19c); «Conserva o que tens» (3, 11); «pratica as obras de outrora» (2, 5); «Sê, pois, zeloso e arrepende-te» (3, 19b)… Se for ouvida com fé, esta palavra de Jesus começa a ser imediatamente eficaz: acolhendo a Palavra do Senhor, a Igreja em oração é transformada. Todas as Igrejas devem pôr-se à escuta do Senhor, abrindo-se ao Espírito como Jesus pede com insistência, repetindo esta ordem sete vezes: «Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às Igrejas» (2, 7.11.17.29; 3, 6.13.22). A assembleia ouve a mensagem, recebendo um estímulo para o arrependimento, a conversão, a perseverança, o crescimento no amor e a orientação para o caminho.

Estimados amigos, o Apocalipse apresenta-nos uma comunidade congregada em oração, porque é precisamente na oração que sentimos cada vez mais a presença de Jesus connosco e em nós. Quanto mais e melhor orarmos com constância e intensidade, tanto mais nos assemelharemos a Ele, e Ele entrará verdadeiramente na nossa vida e guiá-la-á, dando-lhe alegria e paz. E quanto mais conhecermos, amarmos e seguirmos Jesus, tanto mais sentiremos a necessidade de nos determos em oração com Ele, recebendo serenidade, esperança e força na nossa vida. Obrigado pela atenção!

## **38.** *A oração no Livro do Apocalipse (2)*

Quarta-feira, 12 de Setembro de 2012

*Queridos irmãos e irmãs!*

Na quarta-feira passada falei sobre a oração na primeira parte do *Apocalipse*, e hoje passemos à segunda parte do Livro, e enquanto na primeira parte a oração está orientada para o interior da vida eclesial, na segunda a atenção dirige-se para o mundo inteiro; com efeito, a Igreja caminha na história, faz parte dela segundo o desígnio de Deus. A assembleia que, ouvindo a mensagem de João apresentada pelo leitor, redescobriu a própria tarefa de colaborar para o desenvolvimento do Reino de Deus como «sacerdotes de Deus e de Cristo» (*Ap* 20, 6; cf. 1, 5; 5, 10), abre-se ao mundo dos homens. E aqui sobressaem dois modos de viver em relação dialéctica entre si: o primeiro poderíamos defini-lo o «sistema de Cristo», ao qual a assembleia está feliz por pertencer, e o segundo o «sistema terrestre anti-Reino e antialiança, posto em acto pelo influxo do Maligno» que, enganando os homens, quer realizar um mundo oposto àquele desejado por Cristo e por Deus (cf. Pontifícia Comissão Bíblica, *Bíblia e Moral. Raízes bíblicas do agir cristão*, 70). Então, a assembleia deve saber ler em profundidade a história que está a viver, aprendendo a discernir com a fé os acontecimentos para colaborar, com a sua acção, no desenvolvimento do Reino de Deus. E esta obra de leitura e de discernimento, assim como de acção, está ligada à oração.

Antes de tudo, depois do apelo insistente de Cristo que, na primeira parte do *Apocalipse*, disse sete vezes: «Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz à Igreja» (cf. *Ap* 2, 7.11.17.29; 3, 6.13.22), a assembleia é convidada a subir ao Céu a fim de olhar para a realidade com os olhos de Deus; e aqui voltamos a encontrar três símbolos, pontos de referência a partir dos quais recomeçar para ler a história: o trono de Deus, o Cordeiro e o Livro (cf. *Ap* 4, 1 – 5, 14).

O primeiro símbolo é o trono, sobre o qual está sentada uma personagem que João não descreve, porque ultrapassa qualquer representação humana; só pode mencionar o sentido de beleza e alegria que sente, encontrando-se diante dela. Esta personagem misteriosa é Deus, Deus Todo-Poderoso que não permaneceu fechado no seu Céu, mas que se fez próximo do homem, entrando em aliança com ele; Deus que faz ouvir na história, de modo misterioso mas real, a sua voz simbolizada pelos relâmpagos e pelos trovões. Há vários elementos que aparecem ao redor do trono de Deus, como os vinte e quatro anciãos e os quatro seres vivos, que louvam incessantemente o único Senhor da história.

Portanto, o primeiro símbolo é o trono. O segundo símbolo é o livro, que contém o plano de Deus sobre os acontecimentos e sobre os homens; está fechado hermeticamente com sete selos, e ninguém é capaz de o ler. Diante desta incapacidade do homem de perscrutar o desígnio de Deus, João sente uma tristeza profunda que o leva ao pranto. Mas existe um remédio para a confusão do homem perante o mistério da história: alguém é capaz de abrir o livro e de o iluminar.

E aqui aparece o terceiro símbolo: Cristo, o Cordeiro imolado no Sacrifício da Cruz, mas que está de pé, sinal da sua Ressurreição. E é precisamente o Cordeiro, Cristo morto e ressuscitado que, progressivamente, abre os selos e revela o plano de Deus, o sentido profundo da história.

O que dizem estes símbolos? Eles recordam-nos que é o caminho para saber ler os acontecimentos da história e da nossa própria vida. Elevando o olhar para o Céu de Deus, na relação constante com Cristo, abrindo-lhe o nosso coração e a nossa mente na oração pessoal e comunitária, nós aprendemos a ver a realidade de modo novo e a captar o seu sentido mais verdadeiro. A oração é como uma janela aberta, que nos permite manter o olhar voltado para Deus, não apenas para nos recordarmos da meta rumo à qual nos dirigimos, mas também para deixar que a vontade de Deus ilumine o nosso caminho terreno e nos ajude a vivê-lo com intensidade e empenhamento.

De que modo orienta o Senhor a comunidade cristã para uma leitura mais profunda da história? Antes de tudo, convidando-a a considerar com

realismo o presente que estamos a viver. Então, o Cordeiro abre os primeiros quatro selos do livro e a Igreja vê o mundo na qual está inserida, um mundo onde existem vários elementos negativos. Existem os males que o homem realiza, como a violência, que nasce do desejo de possuir, de prevalecer uns sobre os outros, a ponto de chegar a matá-los (segundo selo); ou então a injustiça, porque os homens não respeitam as leis que se atribuíram a si mesmos (terceiro selo). A eles acrescentam-se os males que o homem deve padecer, como a morte, a fome e a doença (quarto selo). Diante destas realidades, muitas vezes dramáticas, a comunidade eclesial é convidada a nunca perder a esperança, a crer firmemente que a omnipotência aparente do Maligno se confronta com a verdadeira omnipotência, que é a de Deus. E o primeiro selo que o Cordeiro abre contém precisamente esta mensagem. João narra: «Vi então aparecer um cavalo branco. O seu cavaleiro tinha um arco; foi-lhe dada uma coroa e ele partiu como vencedor para voltar a vencer» (*Ap* 6, 2). Na história do homem entrou a força de Deus, que não é capaz só de equilibrar o mal, mas até de o derrotar; a cor branca evoca a Ressurreição: Deus tornou-se tão próximo, a ponto de descer à obscuridade da morte para a iluminar com o esplendor da sua vida divina; assumiu sobre si o mal do mundo para o purificar com o fogo do seu amor.

Como crescer nesta leitura cristã da realidade? O *Apocalipse* diz-nos que a oração alimenta em cada um de nós e nas nossas comunidades esta visão de luz e de esperança profunda: convida-nos a não nos deixarmos vencer pelo mal, mas a vencer o mal com o bem, a olhar para Cristo Crucificado e Ressuscitado que nos associa à sua vitória. A Igreja vive na história, não se fecha em si mesma, mas enfrenta com coragem o seu caminho no meio das dificuldades e dos sofrimentos, afirmando com força que, em definitivo, o mal não vence o bem, a escuridão não ofusca o esplendor de Deus. Este é um ponto importante para nós; como cristãos, nunca podemos ser pessimistas; sabemos bem que no caminho da nossa vida encontramos muitas vezes violência, mentira, ódio e perseguição, mas isto não nos desanima. Sobretudo, a oração educa-nos a ver os sinais de Deus, a sua presença e acção, aliás, a sermos nós mesmos luzes de bem, que difundem esperança e indicam que a vitória é de Deus.

Esta perspectiva leva a elevar a Deus e ao Cordeiro a acção de graças e o louvor: os vinte e quatro anciãos e os quatro seres vivos entoam juntos o «cântico novo» que celebra a obra de Cristo Cordeiro que «renovará todas as coisas» (*Ap* 21, 5). Mas esta renovação é antes de tudo um dom a pedir. E encontramos mais um elemento que deve caracterizar a oração: invocar do Senhor com insistência que o seu Reino venha, que o homem tenha o coração dócil ao senhorio de Deus, que seja a sua vontade a orientar a nossa vida e a do mundo. Segundo a visão do Apocalipse, esta oração de súplica é representada por um pormenor importante: «os vinte e quatro anciãos» e «os quatro seres vivos» têm na mão, juntamente com a cítara que acompanha o seu cântico, também «taças de ouro cheias de perfume» (5, 8a) que, como se explica, «são as orações dos santos» (5, 8b), ou seja, daqueles que já alcançaram Deus, mas também de todos nós que nos encontramos a caminho. E vemos que diante do trono de Deus, um anjo tem na sua mão um turíbulo de ouro no qual põe continuamente os grãos de incenso, isto é, as nossas orações, cujo aroma suave é oferecido juntamente com as preces que se elevam na presença de Deus (cf. *Ap* 8, 1-4). É um simbolismo que nos diz como todas as nossas orações — com todos os limites, o cansaço, a pobreza, a aridez e as imperfeições que podem ter — são como que purificadas e alcançam o Coração de Deus. Ou seja, devemos estar persuadidos de que não existem orações supérfluas, inúteis; nenhuma se perde. E elas encontram resposta, embora às vezes misteriosa, porque Deus é Amor e Misericórdia infinita. O anjo — escreve João — «tomou o turíbulo, encheu-o de brasas do altar e lançou-o por terra; e houve trovões, vozes, relâmpagos e tremores de terra» (*Ap* 8, 5). Esta imagem significa que Deus não é insensível às nossas súplicas, intervém e faz sentir o seu poder e ouvir a sua voz na terra, faz tremer e altera o sistema do Maligno. Muitas vezes, diante do mal temos a sensação de nada podermos fazer, mas é precisamente a nossa oração a primeira resposta e a mais eficaz que podemos oferecer e que torna mais forte o nosso compromisso quotidiano na difusão do bem. O poder de Deus torna fecunda a nossa debilidade (cf. *Rm* 8, 26-27).

Gostaria de concluir com algumas referências ao diálogo final (cf. *Ap* 22, 6-21). Jesus repete várias vezes: «Eis que em breve virei» (*Ap* 22, 7.12). Esta afirmação não indica somente a perspectiva futura no fim dos tempos, mas também a presente: Jesus vem, faz a sua morada em quem crê nele e o

acolhe. Então, a assembleia guiada pelo Espírito Santo reitera a Jesus o convite urgente a tornar-se cada vez mais próximo: «Vem» (*Ap* 22, 17a). É como a «esposa» (22, 17) que aspira ardentemente à plenitude da nupcialidade. Pela terceira vez recorre a invocação: «Amém. Vem, Senhor Jesus!» (22, 20b); e o leitor conclui com uma expressão que manifesta o sentido desta presença: «A graça do Senhor Jesus esteja com todos» (22, 21).

Apesar da complexidade dos seus símbolos, o *Apocalipse* envolve-nos numa oração muito intensa, pelo que também nós ouvimos, louvamos, damos graças e contemplamos o Senhor, pedindo-lhe perdão. A sua estrutura de grande prece litúrgica comunitária é também uma vigorosa exortação a redescobrir o ímpeto extraordinário e transformador da Eucaristia; em particular, gostaria de repetir o convite a serdes fiéis à Santa Missa dominical, no Dia do Senhor, Domingo, verdadeiro centro da semana! A riqueza da oração no Apocalipse faz-nos pensar num diamante, que tem uma série fascinante de lapidações, mas cuja preciosidade reside na pureza do único núcleo fulcral. Assim, as formas sugestivas de oração que encontramos no *Apocalipse* fazem brilhar a preciosidade singular e indizível de Jesus Cristo. Obrigado!

## **39.** *A sagrada liturgia (1)*

Quarta-feira, 26 de Setembro de 2012

*Queridos irmãos e irmãs*

Nestes meses percorremos um caminho à luz da Palavra de Deus, para aprender a rezar de modo cada vez mais autêntico, inspirando-nos nalgumas grandes figuras do Antigo Testamento, nos Salmos, nas Cartas de São Paulo e no Apocalipse, mas sobretudo considerando a experiência singular e fundamental de Jesus, na sua relação com o Pai celestial. Na realidade, só em Cristo o homem se torna capaz de se unir a Deus com a profundidade e a intimidade de um filho em relação a um pai que o ama, só nele nós podemos dirigir-nos em toda a verdade a Deus, chamando-lhe carinhosamente: «*Abbá!* Pai!». Como os Apóstolos, também nós repetimos nestas semanas e repetimos a Jesus hoje: «Senhor, ensina-nos a rezar» (*Lc* 11, 1).

Além disso, para aprender a viver ainda mais intensamente a relação pessoal com Deus, aprendemos a invocar o Espírito Santo, primeiro dom do Ressuscitado aos crentes, porque é Ele que «vem em auxílio da nossa fraqueza; porque não sabemos o que devemos pedir, nem orar como convém» (*Rm* 8, 26), diz São Paulo, e sabemos que Ele tem razão.

Nesta altura, depois de uma longa série de catequeses sobre a oração na Escritura, podemos perguntar-nos: como posso deixar-me formar pelo Espírito Santo e assim tornar-me capaz de entrar na atmosfera de Deus, de orar com Deus? Qual é esta escola na qual Ele me ensina a rezar, vem em ajuda da minha dificuldade de me dirigir de modo justo a Deus? A primeira escola para a oração — vimo-lo nestas semanas — é a Palavra de Deus, a Sagrada Escritura. A Sagrada Escritura é um diálogo permanente entre Deus e o homem, um diálogo progressivo no qual Deus se mostra cada vez mais perto, no qual podemos conhecer sempre melhor a sua face, a sua voz e o seu ser; e o homem aprende a aceitar que conhece Deus, a falar com Deus. Portanto nestas semanas, lendo a Sagrada Escritura, procuramos

aprender como podemos entrar em contacto com Deus a partir da Escritura, deste diálogo permanente.

Existe outro «espaço» precioso, mais uma «fonte» inestimável para crescer na oração, uma nascente de água viva em relação estreitíssima com a precedente. Refiro-me à liturgia, que constitui um âmbito privilegiado no qual Deus fala a cada um de nós, aqui e agora, e espera a nossa resposta.

O que é a liturgia? Se abrirmos o *Catecismo da Igreja Católica* — subsídio sempre precioso, e diria indispensável — poderemos ler que originariamente a palavra «liturgia» significa «serviço por parte do povo a favor do povo» (n. 1.069). Se a teologia cristã tomou este vocábulo do mundo grego, fê-lo obviamente pensando no novo Povo de Deus nascido de Cristo, que abriu os seus braços na Cruz para unir os homens na paz do único Deus. «Serviço a favor do povo», um povo que não existe sozinho, mas que se formou graças ao Mistério pascal de Jesus Cristo. Com efeito, o Povo de Deus não existe por laços de sangue, de território, de nação, mas nasce sempre da obra do Filho de Deus e da comunhão com o Pai, que Ele nos obtém.

Além disso, o *Catecismo* indica que «na tradição cristã (a palavra «liturgia») quer dizer que o Povo de Deus toma parte na "obra de Deus"» (n. 1069), uma vez que o Povo de Deus como tal só existe por obra de Deus.

Foi o que nos recordou o próprio desenvolvimento do Concílio Vaticano II, que começou os seus trabalhos, há cinquenta anos, com o debate acerca do esquema da sagrada liturgia, depois aprovado solenemente, a 4 de Dezembro de 1963, o primeiro texto aprovado pelo Concílio. Que o documento sobre a liturgia tenha sido o primeiro resultado da Assembleia conciliar, talvez alguns o tenham considerado um caso. Entre muitos planos, o texto sobre a sagrada liturgia parecia ser o menos controverso e, precisamente por isso, capaz de constituir uma espécie de exercício para aprender a metodologia do trabalho conciliar. Mas sem qualquer dúvida, aquilo que à primeira vista pode parecer um caso, demonstrou-se a escolha mais justa, também a partir da hierarquia dos temas e das tarefas mais importantes da Igreja. Com efeito, começando com o tema da «liturgia» o Concílio ressaltou de maneira muito clara o primado de Deus, a sua

prioridade absoluta. Antes de tudo, Deus: é precisamente isto que nos diz a escolha conciliar de começar a partir da liturgia. Onde o olhar sobre Deus não é determinante, todas as outras realidades perdem a sua orientação. O critério fundamental para a liturgia é a sua orientação para Deus, para poder assim participar na sua própria obra.

Mas podemos perguntar-nos: qual é esta obra de Deus, na qual somos chamados a participar? Aparentemente, a resposta que nos oferece a Constituição conciliar sobre a sagrada liturgia é dupla. Com efeito, no número 5 indica-nos que a obra de Deus são as suas gestas históricas, que nos trazem a salvação, que culminaram na Morte e Ressurreição de Jesus Cristo; mas no número 7, a mesma Constituição define precisamente a celebração da liturgia como «obra de Cristo». Na realidade, estes dois significados estão inseparavelmente interligados. Se nos perguntarmos quem salva o mundo e o homem, a única resposta é: Jesus de Nazaré, Senhor e Cristo, crucificado e ressuscitado. E onde se torna actual para nós, para mim hoje, o Mistério da Morte e Ressurreição de Cristo, que traz a salvação? A resposta é: na obra de Cristo através da Igreja, na liturgia, em particular no Sacramento da Eucaristia, que torna presente a oferta sacrifical do Filho de Deus, que nos redimiu; no Sacramento da Reconciliação, no qual se passa da morte do pecado para a vida nova; e nos outros actos sacramentais que nos santificam (cf. *Presbyterorum ordinis*, 5). Assim, o Mistério pascal da Morte e Ressurreição de Cristo constitui o âmago da teologia litúrgica do Concílio.

Demos mais um passo em frente e interroguemo-nos: de que modo se torna possível esta actualização do Mistério pascal de Cristo? O Beato Papa João Paulo II, 25 anos após a Constituição *Sacrosanctum concilium*, escreveu: «Para actualizar o seu Mistério pascal, Cristo está sempre presente na sua Igreja, sobretudo nos actos litúrgicos. Por conseguinte, a liturgia é o lugar privilegiado do encontro dos cristãos com Deus e com aquele que Ele enviou, Jesus Cristo (cf. *Jo* 17, 3)» (*Vicesimus quintus annus*, n. 7). Na mesma linha, no *Catecismo da Igreja Católica* lemos assim: «Cada celebração sacramental é um encontro dos filhos de Deus com o seu Pai, em Cristo e no Espírito Santo. Tal encontro exprime-se como um diálogo, através de acções e de palavras» (n. 1.153). Portanto, a primeira exigência para uma boa celebração litúrgica é que seja oração, diálogo com

Deus, antes de tudo escuta e depois resposta. Na sua «Regra», falando sobre a oração dos Salmos, São Bento indica aos monges: *mens concordet voci*, «a mente concorde com a voz». O santo ensina que na oração dos Salmos as palavras devem preceder a nossa mente. Geralmente não acontece assim; antes, devemos pensar e depois aquilo que pensamos transforma-se em palavra. Mas na liturgia, contrariamente, é a palavra que precede. Deus concedeu-nos a palavra e a sagrada liturgia oferece-nos as palavras; nós devemos entrar nas palavras, no seu significado, acolhê-las em nós, pondo-nos em sintonia com estas palavras; é assim que nos tornamos filhos de Deus, semelhantes a Deus. Como recorda a *Sacrosanctum concilium*, para garantir a plena eficácia da celebração «é necessário, porém, que os fiéis celebrem a Liturgia com rectidão de espírito, unam a sua mente às palavras que pronunciam, cooperem com a graça de Deus, para não acontecer de a receberem em vão» (n. 11). Elemento fundamental e primário do diálogo com Deus na liturgia é a concordância entre o que pronunciamos com os lábios e aquilo que trazemos no coração. Entrando nas palavras da grande história da oração, nós mesmos somos conformados com o espírito destas palavras, tornando-nos capazes de falar com Deus.

Nesta linha, gostaria de referir-me unicamente a um dos momentos que, durante a própria liturgia, nos chama e nos ajuda a encontrar tal concordância, este conformar-nos com o que ouvimos, dizemos e realizamos na celebração da liturgia. Refiro-me ao convite que formula o Celebrante antes da Prece eucarística: «*Sursum corda*», elevemos os nossos corações, para fora do enredo das nossas preocupações, dos nossos desejos, das nossas angústias e da nossa distracção. O nosso coração, o íntimo de nós mesmos, deve abrir-se docilmente à Palavra de Deus e recolher-se na oração da Igreja, a fim de receber a sua orientação para Deus das próprias palavras que ela ouve e pronuncia. O olhar do coração deve dirigir-se ao Senhor, que se encontra no meio de nós: é uma disposição fundamental.

Quando vivemos a liturgia com esta atitude de base, o nosso coração é como que subtraído à força de gravidade, que o atrai para baixo, e eleva-se interiormente para o alto, para a verdade, para o amor, para Deus. Como recorda o *Catecismo da Igreja Católica*: «A missão de Cristo e do Espírito Santo que, na liturgia sacramental da Igreja anuncia, actualiza e comunica o mistério da salvação, prossegue no coração de quem ora. Os Padres

espirituais comparam, por vezes, o coração a um altar» (n. 2.655): *altare Dei est cor nostrum!*

Caros amigos, só celebramos e vivemos bem a liturgia, se permanecermos em atitude orante, e não se quisermos «realizar algo», fazer-nos ver ou agir, mas se orientarmos o nosso coração para Deus e estivermos em atitude de oração, unindo-nos ao Mistério de Cristo e ao seu diálogo de Filho com o Pai. É o próprio Deus que nos ensina a rezar, afirma São Paulo (cf. *Rm* 8, 26). Foi Ele mesmo que nos concedeu as palavras adequadas para nos dirigirmos a Ele, palavras que encontramos no Saltério, nas grandiosas preces da sagrada liturgia e na própria Celebração eucarística. Oremos ao Senhor para estarmos cada dia mais conscientes de que a Liturgia é obra de Deus e do homem; oração que brota do Espírito Santo e de nós, inteiramente dirigida para o Pai, em união com o Filho de Deus que se fez homem (cf. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 2.564). Obrigado!

## **40.** *A sagrada liturgia (2)*

Quarta-feira, 3 de Outubro de 2012

*Queridos irmãos e irmãs,*

Na catequese precedente, comecei a falar de uma das fontes privilegiadas da oração cristã: a sagrada liturgia, que — como afirma o *Catecismo da Igreja Católica* — é «participação na oração de Cristo, dirigida ao Pai no Espírito Santo. Na liturgia, toda a oração cristã encontra a sua fonte e o seu termo» (n. 1.073). Hoje, gostaria que nos interrogássemos: na minha vida, reservo um espaço suficiente à oração e, sobretudo, que lugar ocupa na minha relação com Deus a prece litúrgica, especialmente a Santa Missa, como participação na oração comum do Corpo de Cristo, que é a Igreja?

Ao responder a esta pergunta, devemos recordar antes do mais que a oração é a relação viva dos filhos de Deus com o seu Pai infinitamente bom, com o seu Filho Jesus Cristo e com o Espírito Santo (cf. *ibid*., n. 2.565). Portanto, a vida de oração consiste em estarmos habitualmente na presença de Deus e em termos consciência disso, em vivermos em relação com Deus como vivemos os relacionamentos habituais da nossa vida, com os familiares mais queridos, com os amigos verdadeiros; aliás, é a relação com o Senhor que confere luz a todas as outras nossas relações. Esta comunhão de vida com Deus, Uno e Trino, é possível porque por meio do Baptismo fomos inseridos em Cristo e, com Ele, começamos a ser um só (cf. *Rm* 6, 5).

Com efeito, só em Cristo podemos dialogar com Deus Pai como filhos; de outra forma, não é possível, mas em comunhão com o Filho podemos dizer, também nós, como Ele disse: «*Abbá*». Em comunhão com Cristo podemos conhecer Deus como Pai verdadeiro (cf. *Mt* 11, 27). Por isso, a oração cristã consiste em olhar constantemente e de maneira sempre nova para Cristo, falar com Ele, estar em silêncio com Ele, ouvi-lo, agir e sofrer com Ele. O cristão redescobre a sua identidade autêntica em Cristo,

«primogénito entre todas as criaturas», em quem tudo subsiste (cf. *Cl* 1, 15 ss.). Ao identificar-me com Ele, ao ser um só com Ele, volto a descobrir a minha identidade pessoal, a de verdadeiro filho que olha para Deus como para um Pai cheio de amor.

Mas não esqueçamos: é na Igreja que descobrimos e conhecemos Cristo como Pessoa viva. Ela é o «seu Corpo». Tal corporeidade pode ser compreendida a partir das palavras bíblicas sobre o homem e a mulher: os dois serão uma só carne (cf. *Gn* 2, 24; *Ef* 5, 30 ss.; *1 Cor* 6, 16 s.). O vínculo inseparável entre Cristo e a Igreja, através da força unificadora do amor, não anula o «tu» e o «eu», mas eleva-os à sua unidade mais profunda. Encontrar a própria identidade em Cristo significa chegar a uma comunhão com Ele, que não me anula, mas eleva-me à dignidade mais excelsa, a de filho de Deus em Cristo: «A história do amor entre Deus e o homem consiste precisamente no facto de que esta comunhão de vontade cresce em comunhão de pensamento e de sentimento e, assim, o nosso querer e a vontade de Deus coincidem cada vez mais» (Encíclica *Deus caritas est*, 17). Rezar significa elevar-se à altura de Deus, mediante uma transformação necessária e gradual do nosso próprio ser.

Assim, participando na liturgia, fazemos nossa a linguagem da mãe Igreja, aprendemos a falar nela e por ela. Naturalmente, como eu já disse, isto acontece de maneira gradual, pouco a pouco. Devo imergir-me progressivamente nas palavras da Igreja, com a minha oração, com a minha vida, com o meu sofrimento, com a minha alegria e com o meu pensamento. Trata-se de um caminho que nos transforma.

Então, penso que estas reflexões nos permitem responder à pergunta que fizemos no início: como aprendo a rezar, como cresço na minha oração? Olhando para o modelo que Jesus nos ensinou, o *Pai-Nosso*, nós vemos que a primeira palavra é «Pai» e a segunda é «nosso». Por conseguinte, a resposta é clara: aprendo a rezar, alimento a minha oração, dirigindo-me a Deus como Pai e orando-com-outros, rezando com a Igreja, aceitando a dádiva das suas palavras, que gradualmente se tornam familiares e ricas de sentido. O diálogo que Deus estabelece com cada um de nós, e nós com Ele, na oração inclui sempre um «com»; não se pode rezar a Deus de modo individualista. Na prece litúrgica, principalmente na Eucaristia, e —

formados pela liturgia — em cada oração, não falamos unicamente como indivíduos, mas entramos no «nós» da Igreja que ora. E devemos transformar o nosso «eu», entrando neste «nós».

Gostaria de evocar mais um aspecto importante. No *Catecismo da Igreja Católica* lemos: «Na *liturgia da Nova Aliança*, toda a acção litúrgica, especialmente a celebração da Eucaristia e dos sacramentos, é um encontro entre Cristo e a Igreja» (n. 1.097); portanto, quem celebra é o «Cristo total», a Comunidade inteira, o Corpo de Cristo unido à sua Cabeça. Então, a liturgia não constitui uma espécie de «automanifestação» de uma comunidade, mas é, ao contrário, sair do simples «sermos-nós-mesmos», estar fechados em nós próprios, e aceder ao grande banquete, entrar na grandiosa comunidade viva, na qual é o próprio Deus quem nos alimenta. A liturgia comporta a universalidade e este carácter universal deve entrar sempre de novo na consciência de todos. A liturgia cristã é o culto do templo universal, que é Cristo Ressuscitado, cujos braços estão abertos na cruz para atrair todos ao abraço do amor eterno de Deus. É o culto do céu aberto. Nunca é unicamente o evento de uma comunidade individual, com uma sua colocação no tempo e no espaço. É importante que cada cristão se sinta e esteja realmente inserido neste «nós» universal, que oferece o fundamento e o refúgio no «eu», no Corpo de Cristo, que é a Igreja.

Nele, devemos ter presente e aceitar a lógica da encarnação de Deus: Ele fez-se próximo, presente, entrando na história e na natureza humana, tornando-se um de nós. E esta presença continua na Igreja, seu Corpo. Então, a liturgia não é a recordação de acontecimentos passados, mas a presença viva do Mistério pascal de Cristo, que transcende e une os tempos e os espaços. Se na celebração não sobressai a centralidade de Cristo, não teremos a liturgia cristã, totalmente dependente do Senhor e sustentada pela sua presença criadora. Deus age através de Cristo, e nós só podemos agir através dele e nele. Cada dia deve aumentar em nós a convicção de que a liturgia não é um nosso, um meu «fazer», mas é uma obra de Deus em nós e connosco.

Portanto, não é o indivíduo — sacerdote ou fiel — ou o grupo que celebra a liturgia, mas ela é primariamente obra de Deus através da Igreja, que tem a sua história, a sua rica tradição e a sua criatividade. Esta

universalidade e abertura fundamentais, que são próprias de cada liturgia, constituem um dos motivos pelos quais ela não pode ser idealizada nem modificada por uma comunidade ou por peritos, mas deve ser fiel às formas da Igreja universal.

Até na liturgia da comunidade mais pequenina está sempre presente a Igreja inteira. Por isso, na comunidade litúrgica não existem «estrangeiros». Em cada celebração litúrgica participa juntamente toda a Igreja, céu e terra, Deus e os homens. A liturgia cristã, mesmo se é celebrada num lugar e num espaço concreto, e exprime o «sim» de uma determinada comunidade, é católica por sua natureza, deriva do tudo e leva ao todo, em unidade com o Papa, com os Bispos, com os fiéis de todas as épocas e de todos os lugares. Quanto mais uma celebração for animada por esta consciência, tanto mais fecundamente nela se realizará o sentido autêntico da liturgia.

Caros amigos, a Igreja torna-se visível de muitos modos: no gesto caritativo, nos projectos de missão, no apostolado pessoal que cada cristão deve levar a cabo no seu próprio ambiente. Mas o lugar onde ela é vivida plenamente como Igreja é a liturgia: ela é o acto no qual cremos que Deus entra na nossa realidade e nós o podemos encontrar e tocar. É o acto no qual entramos em contacto com Deus: Ele vem a nós, e nós somos iluminados por Ele. Por isso, quando nas reflexões sobre a liturgia focalizamos apenas o modo como a tornar atraente, interessante e bonita, corremos o risco de esquecer o essencial: a liturgia celebra-se para Deus, e não para nós mesmos; é obra sua; Ele é o sujeito; e nós devemos abrir-nos a Ele e deixar-nos guiar por Ele e pelo seu Corpo, que é a Igreja.

Peçamos ao Senhor para aprender a viver cada dia a sagrada liturgia, especialmente a Celebração Eucarística, orando no «nós» da Igreja, que dirige o seu olhar não para si mesma, mas para Deus, e sentindo-nos parte da Igreja viva de todos os lugares e tempos. Obrigado!